

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 362, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 344/2021**

**OF 643/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guarabira, Estado da Paraíba.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 162, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de Moradores da Boa Vista, no município de Olho D'Água das Flores - AL;
- 2 - Portaria nº 778, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Nova Glória (ACNG), no município de Nova Glória - GO;
- 3 - Portaria nº 1.004, de 10 de maio de 2016 - Associação Beneficente do Vale do Curu - ABVC, no município de Apuiarés - CE;
- 4 - Portaria nº 586, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul, no município de Caxias do Sul - RS;
- 5 - Portaria nº 1.873, de 7 de junho de 2017 - Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA, no município de Salto do Lontra - PR;
- 6 - Portaria nº 2.206, de 7 de junho de 2017 - ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas, no município de São Miguel do Guaporé - RO;
- 7 - Portaria nº 2.738, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM, no município de Belo Horizonte - MG;
- 8 - Portaria nº 5.589, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim, no município de Manhumirim - MG;
- 9 - Portaria nº 6.625, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Zumbi dos Palmares, no município de Itaberaba - BA;
- 10 - Portaria nº 6.627, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, no município de Ariranha - SP;
- 11 - Portaria nº 6.635, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana, no município de São Francisco de Itabapoana - RJ;
- 12 - Portaria nº 7.223, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária do Carmo, no município de Ituverava - SP;
- 13 - Portaria nº 4.092, de 21 de agosto de 2019 - Associação Cultural e Artística de Tapira, no município de Tapira - PR;
- 14 - Portaria nº 4.291, de 30 de agosto de 2019 - Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, no município de Natal - RN;
- 15 - Portaria nº 4.293, de 30 de agosto de 2019 - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, no município de Guarabira - PB;



16 - Portaria nº 4.310, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, no município de São Francisco de Sales - MG;

17 - Portaria nº 4.705, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Preservação Ambiental Entre Rios, no município de Ipameri - GO;

18 - Portaria nº 4.716, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, no município de Monte Carmelo - MG;

19 - Portaria nº 4.722, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, no município de Diamante D'Oeste - PR;

20 - Portaria nº 4.723, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Unidos Para Sempre, no município de Conceição do Araguaia - PA;

21 - Portaria nº 4.744, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, no município de Altamira - PA;

22 - Portaria nº 4.748, de 17 de setembro de 2019 - Associação Para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape, no município de Mamanguape - PB;

23 - Portaria nº 4.753, de 17 de setembro de 2019 - Associação Educativa e Cultural de Itabira MG, no município de Itabira - MG;

24 - Portaria nº 4.754, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa, no município de Resende Costa - MG;

25 - Portaria nº 4.755, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas, no município de Varjão de Minas - MG;

26 - Portaria nº 4.758, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC, no município de Bela Cruz - CE;

27 - Portaria nº 4.759, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, no município de Passos - MG;

28 - Portaria nº 4.863, de 19 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de Itaituba - ARCI, no município de Itaituba - PA;

29 - Portaria nº 4.867, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão, no município de Baependi - MG; e

30 - Portaria nº 4.870, de 19 de setembro de 2019 - Organização Para Cidadania e Desenvolvimento de Umarizal Terezinha de Souza Fonseca, no município de Umarizal – RN.

Brasília, 16 de julho de 2021.

Brasília, 16 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.003146/2017-84, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, inscrita no CNPJ nº 08.582.678/0001-31, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6053/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.293/2019, de 30 de Agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 4293/2019/SEI-MCTIC de 26 de agosto de 2019

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 30/08/2019, às 20:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4567939** e o código CRC **0F239D49**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 643/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 162, 778 e 1.004, 2016; 586, 1.873, 2.206 e 2.738, de 2017; 5.589, 6.625, 6.627, 6.635 e 7.223, de 2018; 4.092, 4.291, 4.293, 4.310, 4.705, 4.716, 4.722, 4.723, 4.744, 4.748, 4.753, 4.754, 4.755, 4.758, 4.759, 4.863, 4.867 e 4.870, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI  
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.057028/2013-16

SEI nº 2731319

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39352/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746880** e o código CRC **2F32CF52**.

## INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
<b>Nº Processo:</b>	01250.003146/2017-84
<b>Interessado:</b>	Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste
<b>Setor:</b>	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
<b>CNPJ:</b>	08.582.678/0001-31
<b>Serviço:</b>	Radiodifusão Comunitária
<b>UF:</b>	PB
<b>Localidade:</b>	Guarabira
<b>Tipo:</b>	Renovação - Rádio Comunitária
<b>Número do Tipo:</b>	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais

436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 10/09/2019, às 09:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4610565** e o código CRC **1557E080**.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 4610565

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## **NOTA TÉCNICA Nº 1126/2017/SEI-MCTIC**

Processo de Renovação nº: **01250.003146/2017-84**

Processo de Outorga nº: **53730.000062/1999**

Assunto: Renovação de Outorga.

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guarabira/PB**.

### **ANÁLISE**

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 24/12/2017. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia 24/11/2017, os itens dispostos abaixo, na forma do art. 131 da Norma nº 1/2015:

I. Requerimento de renovação, assinado pelo representante legal, conforme modelo constante do anexo V da Norma nº 01/2015;

II. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

III. Cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, nos termos do art. 40 da Norma nº 01/2015;

IV. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas art. 22, Parágrafo 4º; e

VI. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do art. 116 da Norma nº 01/2015, versando sobre a programação



veiculada pela emissora.

## CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 23/01/2017, às 10:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/02/2017, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1625700** e o código CRC **0DF077BA**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 1625700



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 1930/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I**

Rua Severino de Paiva Resende, 234 - 1º andar - Bairro: Nordeste I  
58200000 / Guarabira - PB  
CNPJ nº 08.582.678/0001-31

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 1126/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/02/2017, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1625721** e o código CRC **77724761**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1930/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 1625721

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/SERCO

ENDEREÇO / ADRESSE

Ofício nº 1930 /2017/SEI-MCTIC, 02/02/2017  
01250.003146/2017-84

CEP / CODE POSTAL

REPRESENTANTE LEGAL

ASS. DOS MORAD. E AGRIC. RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I  
RUA SEVERINO DE PAIVA RESENDE, 234 - 1º ANDAR -  
NORDESTE I  
58200000 GUARABIRA - PB

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JR 75043547 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

03 FEV 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO BENEFICIÁRIO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DE LA PERSONNE SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Endereço de entrega: Serviço de Comunicação Eletrônica

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo 3 Sala 320-J

70044-900 - Brasília - DF

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL



01250.075055/2017-41



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

Ofício nº 24/2017

Ao Ministério das Comunicações  
Secretaria de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo B Sala 300-0

Assunto: **Renovação de Outorga**

Processo de Renovação nº: 01250.003146/2017-84  
Processo de Outorga nº: 53730.000062/1999

Prezado senhor,

Vimos através deste encaminhar a documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN**, para renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

Segue em anexo:

- Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL.
- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.
- Requerimento de renovação, assinado pela representante legal;
- Declaração, firmada pela representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização;
- Cópia atualizada do Estatuto da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste;
- Ata de Eleição da Diretoria em exercício;
- Prova de seus diretores são brasileiros natos e maiores de 18 anos;
- Último relatório do Conselho Comunitário, versando sobre a programação veiculada pela emissora;
- Declarações individuais dos dirigentes, firmando compromisso e interesse em renovar a outorga.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*  
**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49  
RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB

**MC/PROTOCOLO**

**DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO**

Em 04/12/17 às 15:30 horas

Assinatura: *[Assinatura]*





**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**  
Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

<b>Qualificação da entidade</b>	
Denominação: <b>Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste</b>	
Nome Fantasia: <b>Rádio Comunitária Nordeste FM</b>	
CNPJ: <b>08582678/0001-31</b>	
Endereço de Sede: <b>Rua Celina Pinto</b>	Nº: <b>637</b>
Bairro: <b>Nordeste II</b>	CEP: <b>58200-000</b>
Cidade: <b>Guarabira</b>	UF: <b>PB</b>
Nome do representante legal: <b>Maria Valdilene Alves Martins Rolim</b>	
Endereço eletrônico (e-mail): <b>nordestefm104@hotmail.com</b>	

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*

Assinatura do representante legal da entidade

<b>Qualificação da entidade</b>	
Denominação: <b>Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste</b>	CEP: <b>58200-000</b>
Nome Fantasia: <b>Rádio Comunitária Nordeste FM</b>	UF: <b>PB</b>

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

1 – Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL.
2 – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.
3 – Estatuto social atualizado.
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
5 – Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes.
6 – Último relatório do Conselho Comunitário.
7 – Declaração, assinada pelo representante legal da entidade interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Valdilene Alves Martins Rolim**, brasileira, casada, CPF nº 804.776.154-49, RG/Identidade nº1.516.240 - 2ªvia – SSP/PB, residente à Rua Rosil Guedes, 109, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para os devidos fins de prova, que a emissora comunitária Nordeste FM, utilizando a frequência 104,9 FM, localizada no Bairro do Nordeste da cidade de Guarabira, Estado da Paraíba, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento da estação.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49  
RG/Identidade nº1.516.240 - 2ªvia – SSP/PB





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I**  
**CNPJ: 08.582.678/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 16:08:23 do dia 16/11/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/05/2018.

Código de controle da certidão: **A4A3.5600.62D4.2C7B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página  
para impressão



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 08582678/0001-31  
**Razão Social:** ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I  
**Nome Fantasia:** AMARBN  
**Endereço:** RUA CELINA PINTO 650 / NORDESTE I / GUARABIRA / PB / 58200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 02/11/2017 a 01/12/2017

**Certificação Número:** 2017110202183637471621

Informação obtida em 16/11/2017, às 16:27:48.

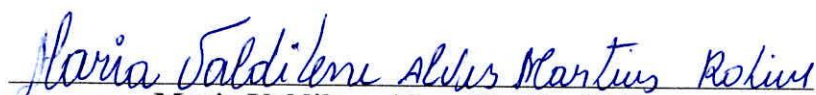
A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

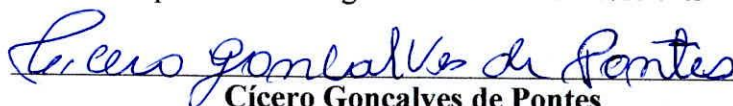
**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL  
À RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste – Amarbn – Fundada em 25 de outubro de 1987 - Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000- CNPJ 08.582.678/0001-31, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.



**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49



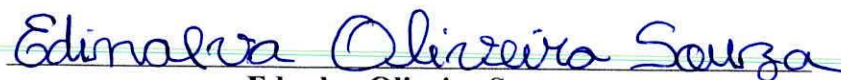
**Cícero Gonçalves de Pontes**

Dirigente - Vice-Presidente - CPF nº 486.714.284-00



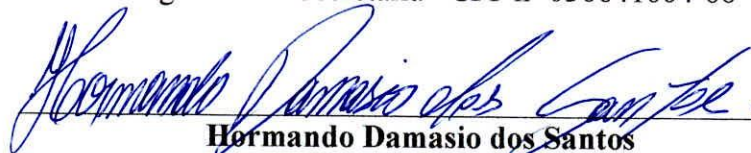
**Jucélia da Silva Gomes**

Dirigente – 1ª Secretária – CPF nº 705.126.50-03



**Ednalva Oliveira Souza**

Dirigente - 2ª Secretária - CPF nº 036841604-66



**Hermando Damasio dos Santos**

Dirigente - 1º Tesoureiro - CPF nº 057.559.204-43



**Sebastião dos Santos Souza**

Dirigente – 2º Tesoureiro - CPF nº 568.222.864-20



José Maurício Evaristo da Silva  
**José Maurício Evaristo da Silva**  
Dirigente - Diretor de Esporte e Cultura - CPF nº 675415694 – 53

Josias Guedes da Silva  
**Josias Guedes da Silva**  
Dirigente - Conselheiro Fiscal - CPF nº 798.038.574-87

Adriana Maria dos Santos  
**Adriana Maria dos Santos**  
Dirigente - Conselheira Fiscal - CPF nº 040.546.404-51

Ricardo Virgínio dos Santos  
**Ricardo Virgínio dos Santos**  
Dirigente - Conselheiro Fiscal - CPF nº 077.904.107-09

Endereço para correspondência: Rua Celina Pinto 637, Bairro do Nordeste I, na cidade de Guarabira, Estado Paraíba, CEP 58200 000,

Telefones para contato: 0XX-83 – 3271 – 7116

0XX-83 – 3271 – 7665.

Correio eletrônico (e-mail): [nordestefm104@hotmail.com](mailto:nordestefm104@hotmail.com)

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**  
Presidente da AMARBN  
CPF nº 804.776.154-49  
RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB



**AMARBN****Associação dos Moradores e Agricultores Rurais  
do Bairro do Nordeste I - AMARBN***Fundada em 25 de outubro de 1987 - Rua Celina Pinto, 637 - Nordeste I**Guarabira/ PB**CEP 58200 000 \****C.G.C. 08.582.678/0001-31**

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Capítulo I**

#### **Da denominação, Sede e Finalidade**

**Artigo 1º.** Sob este Estatuto Social, fica organizada a **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I**, simplesmente denominada **AMARBN**, no município de Guarabira, estado da Paraíba, configurando-se como associação civil, *com fins não econômicos*, sem discriminação de caráter político, religioso, de raça ou de cor, com duração por prazo indeterminado, regendo-se pela legislação em vigor e pelas disposições constantes no presente Estatuto.

**Artigo 2º.** A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - AMARBN tem por finalidade:

- I. Promover a união e a solidariedade entre os moradores e agricultores do município de Guarabira, particularmente, do bairro do Nordeste I;
- II. Discutir e encaminhar soluções para os problemas sociais do município de Guarabira, particularmente, do bairro do Nordeste I;
- III. Atuar na luta dos moradores e agricultores em prol de melhores condições de moradia, educação, saúde, segurança, lazer, arte e cultura e geração de emprego e renda;
- IV. Lutar contra qualquer tipo de discriminação seja de origem social, político-partidária, raça, cor, sexo ou credo religioso;
- V. Fortalecer os princípios democráticos e de cidadania, bem como salva-guardar os direitos da maioria;
- VI. Promover ações de desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar;
- VII. A execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Artigo 3º.** A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - AMARBN tem sede e foro no município de Guarabira, estado da Paraíba, estabelecida à Rua Celina Pinto, 637, Nordeste I, com atuação em áreas urbanas e rurais neste município.

### **Capítulo II**

#### **Dos órgãos deliberativos**

**Artigo 4º.** São órgãos deliberativos da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - AMARBN:

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho de Representantes;
- III. Diretoria Executiva.

**Artigo 5º.** A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - AMARBN é constituída pela Diretoria Executiva, Conselho de Representantes e Assembléia Geral.

**Artigo 6º.** A Diretoria Executiva é o principal órgão executivo, composta de 6 (seis) membros eleitos em Assembléia Geral.

**Parágrafo único.** A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes ao mês, salvo em seção extraordinária, desde que, convocada pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

**Artigo 7º.** Compete a Assembléia Geral:

- I. Eleger e empossar a Diretoria Executiva;
- II. Eleger e empossar Conselho de Representantes;
- III. Aprovar o plano de trabalho da Entidade;
- IV. Proceder a Reforma Estatutária.





**Artigo 8º.** A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente, maioria simples da Diretoria Executiva e Conselho de Representantes, ou, ainda por 1/3 (um terço) dos associados da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 9º.** A Assembléia Geral será convocada com, no mínimo 10 (dez) dias, por Edital de Convocação, e instalada com, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios presentes e em pleno gozo dos seus direitos.

**Parágrafo 1º.** A Assembléia Geral será instalada em primeira convocação no horário marcado, ou em segunda convocação, 40 (quarenta) minutos após, com, no mínimo, 1/3 (um terço) dos sócios em pleno gozo dos seus direitos.

**Parágrafo 2º.** A Assembléia Geral será instalada e dirigida pelo Presidente da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, por qualquer membro da Diretoria Executiva e Conselho de Representantes ou, na falta destes, por um sócio eleito pela Assembléia Geral para este fim.

**Parágrafo 3º.** Os associados serão convocados para a Assembléia Geral através de Edital contendo pauta, e afixado na sede da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN e amplamente divulgada no Bairro do Nordeste I.

**Parágrafo 4º.** As decisões da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos Associados que se fizerem presentes e em pleno gozo dos seus direitos.

**Parágrafo 5º.** A Assembléia Geral Ordinária acontecerá 1 (uma) vez a cada mês e a Assembléia Geral Extraordinária acontecerá sempre que se fizer necessário segundo as disposições deste Estatuto.

**Artigo 10º.** Compete ao Conselho de Representantes:

- I. Traçar a política a ser executada pela Diretoria Executiva;
- II. Funcionar como fiscal na aplicação de política traçada;
- III. Indicar juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva os substitutos dos casos de vacância, licença ou impedimento de qualquer membro da Diretoria Executiva;
- IV. Analisar e aprovar a gestão financeira da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN.

**Parágrafo Único.** Ao Conselho de Representantes ficam delegados poderes para orientar e até punir sócios que venham denegrir o bom nome da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN.

**Artigo 11.** O Conselho de Representantes será formado por sócios eleitos por área ou ruas, com mandato de 2 (dois) anos.

**Parágrafo 1º.** O Conselho de Representantes reunir-se-á 1 (uma) vez a cada mês ou, extraordinariamente, quando convocado.

**Parágrafo 2º.** O Conselho de Representantes poderá ser convocado pela Diretoria Executiva ou por 2/3 (dois terços) dos sócios membros deste Conselho.

**Parágrafo 3º.** As decisões do Conselho de Representantes serão tomadas por maioria simples de voto e registradas em ata em livro próprio.

**Artigo 12.** Compete a Diretoria Executiva:

- I. Executar as deliberações do Conselho de Representantes;
- II. Representar a Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN perante as autoridades públicas e nos eventos que se afinem com os objetivos desta Entidade.

**Artigo 13.** A Diretoria Executiva terá mandato de 2 (dois) anos, com direito apenas uma reeleição, parcial ou total, por igual período e, com a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor para Assuntos de Moradia, Diretor Social e Diretor de Esporte e Cultura.





**Artigo 14.** Compete ao Presidente da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Representar esta Entidade em juízo e fora dele;
- II. Presidir as reuniões da Diretoria Executiva ou da Assembléia Geral;
- III. Assinar, com o Tesoureiro, qualquer ordem de movimentação bancária, fundos sociais, inclusive, cheques ou levantamento de depósitos e qualquer espécie de títulos, cauções ordens de pagamentos, previsões orçamentárias, balanços e relatórios financeiros;
- IV. Abrir, rubricar e encerrar livros da Secretaria e da Tesouraria da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN.

**Artigo 15.** Compete ao Vice-Presidente da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos, desempenhando as funções a que lhe compete.

**Artigo 16.** Compete ao 1º Secretário, e ao 2º Secretário, em substituição ao 1º secretário, da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Superintender os trabalhos da Secretaria desta Associação, propondo a Diretoria Executiva as providências administrativas e disciplinares necessárias a sua eficiência e organização;
- II. Redigir e assinar toda correspondência da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, bem como lavrar e firmar, com o Presidente, as atas das reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;
- III. Superintender a organização de material de qualquer serviço, promoções aos associados, de substituir o Presidente nas ausências ou impedimento do Vice-Presidente desta Entidade.

**Artigo 17.** Compete ao 1º Tesoureiro, e ao 2º Tesoureiro, em substituição ao 1º Tesoureiro, da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Arrecadar e guardar sob suas responsabilidades todos os valores pertencentes a Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- II. Receber as contribuições, donativos ou rendas devidas a Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN - depositando-se na conta corrente desta Entidade, logo após seu recebimento;
- III. Responsabilizar-se pela escrituração dos livros de contabilidade, mantendo-os em ordem e devidamente registrados, bem como, os comprovantes de recibos e despesas;
- IV. Elaborar os balancetes bimestrais e o balanço geral de fins de cada exercício assim como o orçamento da Entidade a tempo de serem apresentados aos órgãos competentes;
- V. Prestar ao Presidente, a Diretoria Executiva e a Assembléia Geral, as informações que lhe foram solicitadas;
- VI. Representar esta Entidade em eventos públicos, desde que designado pela Diretoria Executiva.

**Artigo 18.** Compete ao Diretor para Assuntos de Moradia da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Coordenar as discussões sobre moradia;
- II. Encaminhar a solução de problemas relacionados com a situação de moradia no município de Guarabira;
- III. Coordenar comissão de moradia para reivindicações por políticas públicas;
- IV. Representar esta Entidade em eventos públicos, desde que designado pela Diretoria Executiva.

**Artigo 19.** Compete ao Diretor de Esporte e Cultura da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Cuidar da organização e da permanente orientação em atividades culturais, assim como, palestras, cursos, debates e outras atividades similares a serem promovidas por esta Associação;
- II. Coordenar e supervisionar as publicações da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- III. Incentivar a prática de atividades esportivas;
- IV. Divulgar a arte e a cultura promovendo e incentivando atividades culturais e de lazer;
- V. Promover atividades de resgate da arte e cultural local;
- VI. Representar esta Entidade em eventos públicos, desde que designado pela Diretoria Executiva.





**Artigo 20.** Compete ao Diretor Social da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Animar e estimular as reuniões, confraternizações, visitas domiciliares e Assembléias da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- II. Incentivar a aproximação da Diretoria com os sócios e a comunidade, envolvendo-os em atividades promovidas pela Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- III. Proporcionar a articulação entre Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN com outras entidades afins;
- IV. Zelar pelo bom funcionamento da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- V. Representar esta Entidade em eventos públicos, desde que designado pela Diretoria Executiva.

### **CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES**

**Artigo 21.** Pessoas físicas e jurídicas, sem fins lucrativos, com residência ou sede, neste Município, poderão se associar à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, desde que aprovadas em Assembléia Geral com, no mínimo, 1/3 (um terço) votos dos sócios presentes e em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 22.** A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN - será constituída por um número ilimitado de sócios.

**Parágrafo Único.** O ingresso de qualquer interessado no quadro de sócios da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, dar-se-á unicamente mediante proposta, devidamente assinada, e apresentada por 2 (dois) sócios, em pleno gozo de seus direitos, e após aprovação em Assembléia Geral, em conformidade ao disposto no artigo 21 deste Estatuto.

**Artigo 23.** Qualquer sócio tem o direito de votar e ser votado em Assembléia Geral para a Diretoria Executiva e Conselho de Representantes da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN.

**Parágrafo único.** Só terá direito a ser votado, para qualquer cargo ou função eletiva na Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, o sócio que participe do quadro social desta Entidade há, no mínimo, 2 (dois) anos.

**Artigo 24.** São Direitos de Sócios da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Tomar parte nas Assembléias Gerais, apresentando, discutindo e votando propostas;
- II. Interpelar a Diretoria Executiva e Conselho de Representantes, diretamente, por escrito ou, em Assembléia geral, sobre assuntos referentes a sua administração da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- III. Frequentar a sede desta Associação;
- IV. Propor a admissão de novos sócios na Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN;
- V. Votar e ser votado, desde que esteja com suas obrigações em dia e em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 25.** São deveres dos sócios da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Zelar pelo bom nome desta Associação e pela aplicação do presente Estatuto;
- II. Acatar as deliberações da Assembléia Geral;
- III. Pagar as mensalidades de acordo com o estabelecido pela Assembléia Geral;
- IV. Participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias desta Associação.





## CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO

**Artigo 26.** Constitui patrimônio da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:

- I. Doações e donativos;
- II. Contribuições regulares dos sócios;
- III. Compra de bens móveis e imóveis;
- IV. Títulos legais de aquisição.

**Artigo 27.** Compete a Diretoria Executiva a administração do patrimônio da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN.

**Artigo 28.** O patrimônio da Associação só poderá ser alienado com a Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

**Artigo 29.** O exercício financeiro da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN coincidirá com o ano civil.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 30.** Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraidas pela **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**.

**Artigo 31.** Para a realização de eleições para preenchimento de quadros da Diretoria Executiva e do Conselho de Representantes, a Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, terá um Regimento Eleitoral aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim.

**Artigo 32.** Em caso de extinção da pessoa jurídica, os bens patrimoniais da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, serão transferidos à Entidade congênere.

**Artigo 33.** Este estatuto entra em vigor a partir da data da sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, e poderá ser modificado no todo ou em partes por deliberação em Assembléia Geral.

**Artigo 34.** Os cargos eletivos não poderão ser cumulativos nem remunerados.

**Artigo 35.** A eleição da Diretoria Executiva e Conselho de Representantes se dará por votação em Assembléia Geral, mediante voto direto, há cada 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma reeleição parcial ou total dos seus membros, para igual período.

**Artigo 36.** As chapas para a eleição da Diretoria Executiva e Conselho de Representantes deverão ser inscritas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias junto a Diretoria Executiva da Associação.

**Artigo 37.** O exercício social da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN terá início na data de sua fundação, findando-se, no mesmo dia e mês que for aprovado a sua dissolução.

**Artigo 38.** Os casos aqui omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva com recurso voluntário ao Conselho de Representantes e a Assembléia Geral.



Guarabira/PB, 11 de abril de 2004

**CARTORIO TOSCANO DE SALES**

### REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Apresentado hoje para Registro, Protocolado no livro **A-3** sob o nº **1309** e registrado sob o nº **1328** no livro **A-23** folhas **064/068** ficando cópia arquivada neste serviço. O que certifico e dou fé.

GUARABIRA - PB 26/04/2004

Romero Fernandes Costa Filho  
Escrevente Autorizado

(2459034)

SEI 01250.075055/2017-41 / pg. 12



Aos doze dias de dezembro de 2004 (12/12/2004), às oito horas (8 h) reuniu-se em Assembléia Geral a diretoria e os sócios da **Associação de Moradores e Agricultores Rurais do Bairro Nordeste I – AMARBN**, localizada à rua Celina Pinto nº 637, Bairro Nordeste I, Guarabira/PB, e realizaram as seguintes modificações estatutárias:

**No Artigo 4º, alínea II**, e onde mais conste neste Estatuto a expressão "Conselho de Representantes", passa a constar "Conselho Comunitário".

**No Artigo 7º** foram suprimidas as alíneas **I, II, III e IV** e é acrescentado o seguinte texto ao caput, *Compete à Assembléia Geral "reunir-se para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário. Poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral e quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou como pelo menos de um terço nas convocações seguintes".*

**No Artigo 21** suprimir o seguinte texto: *"desde que aprovados em Assembléia Geral..."*;

**Suprimir o parágrafo único do Artigo 22;**

**Suprimir o parágrafo único do art. 23.**



**TOSCANO DE SALES**  
**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
**2º OFÍCIO DE NOTAS**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, que nesta data fiz a competente averbação à margem do registro nº 1328, fls. 064/068, do livro A-23, de Pessoas Jurídicas, em data de 26/04/2004, no Estatuto da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, as alterações seguintes: No Artigo 4º, alínea II, e onde mais conste neste Estatuto a expressão “Conselho de Representantes”, passa a constar “Conselho Comunitário”; No Artigo 7º foram suprimidas as alíneas I, II, III e IV e é acrescentado o seguinte texto ao caput, Compete à Assembléia Geral “reunir-se para avaliação e prestação de contas da Diretoria, para alterações estatutárias ou destituição dos dirigentes bem assim para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário. Poderá ser convocada extraordinariamente por, no mínimo, um quinto dos associados, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral e quando a deliberação se relacionar à destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou como pelo menos de um terço nas convocações seguintes”, No Artigo 21, suprimir o seguinte texto: “desde que aprovados em Assembléia Geral”; Suprimir o parágrafo do Artigo 22 e Suprimir o parágrafo único do Artigo 23, constantes no presente MEMORANDUM; do que dou fé.



Guarabira, 17 de dezembro de 2004

*Garibaldi Correia de Sales Filho*  
Tabelião Substituto





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO  
NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Valdilene Alves Martins Rolim**, brasileira, casada, CPF nº 804.776.154-49, RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB, residente à Rua Rosil Guedes, 109, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

CPF nº 804.776.154-49

RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI. P62



*Maria Valdiléne Alves Martins Rolim*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.516.240.2avia

NOME MARIA VALDILENE ALVES MARTINS  
ROLIM. João Felix Martins

FILIAÇÃO Maria Alves Martins

Guarabira-PB. 13-11-1970

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Doc de Cas. 7811. fls. 36. 11v. B. 26.  
DOC ORIGEM Cart de Guarabira-PB.

CPF 804.776.154-49

João Pessoa PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

29840

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição  
804.776.154-49

Nome  
MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM

Nascimento  
13/11/1970





**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 06.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO**MATRÍCULA****22629505****REFERENCIA**

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

OUT/2017

MARIA ALVES MARTINS  
RUA ROSIL GUEDES 109

NORDESTE

58200-000

GUARABIRA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
053.06.505.0252	0	Residencial	Comercial	Industrial	Público	22629505
		1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
A03N871965	18/09/2007	5	LIGADO	LIGADO

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1077	1086	9	31	01/11/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT.   QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
ABR/2017	12	0	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
MAI/2017	11	0	COL. TERMOT	0 0 0
JUN/2017	13	0	COR	13 21 21
JUL/2017	11	0	COL. TOTAIS	64 65 64
AGO/2017	11	0	CLORO	64 64 64
SET/2017	9	0	TURBIDEZ	13 13 13
MEDIA(M)	11		DADOS REFERENTES A: AGO/2017	

DATA DA LEITURA: 03/10/2017	HORA DA LEITURA: 08:23:48
DESCRICAO	CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 29,47 R\$66,31

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$6.13 PIS E COFINS. LEI 12.741/12.

**VENCIMENTO:**

02/11/2017

**Total a Pagar:**

R\$66,31

v.16.13 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA  
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL  
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)  
NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.  
INFORMACOES GERAIS:  
ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO  
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Cícero Gonçalves de Pontes**, brasileiro, solteiro, CPF nº 486.714.284-00, RG/Identidade nº 659.127 – SSP/PB, residente à Rua Rosil Guedes, 109, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, Vice-Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Cícero Gonçalves de Pontes**

CPF nº 486.714.284-00

RG/Identidade nº 659.127 – SSP/PB



**CEDULA DE IDENTIDADE**



IMAGEM DIREITA

*Cicero Gonçalves de Pontes*

ASSINATURA DO PORTADOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**

659.127

REGISTRO GERAL

NOME **Cicero Gonçalves de Pontes**  
**Raul Felix de Pontes**  
 FILIAÇÃO **Maria Gonçalves Bezerra**

**Guarabira-PB** **12-07-60**

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

*Cicero Gonçalves de Pontes* de 1979

DIRETOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**CICERO**

NASCIMENTO **12.07.60**

INSCRIÇÃO NO CPF **486 714 284 00**

CONTRIBUINTE

**CICERO GONCALVES DE PONTES**

*Cicero Gonçalves de Pontes*

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL**  
**COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAL**

**CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
 CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

**VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL**

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Cicero Gonçalves de Pontes*

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 06.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO**MATRÍCULA****22629505****REFERENCIA**

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

OUT/2017

MARIA ALVES MARTINS  
RUA ROSIL GUEDES 109

NORDESTE

58200-000

GUARABIRA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
053.06.505.0252	0	1	0	0	0	22629505

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
A03N871965	18/09/2007	5	LIGADO	LIGADO

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
1077	1086	9	31	01/11/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT.   QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
ABR/2017	12	0	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
MAI/2017	11	0	COL.TERMOT	0 0 0
JUN/2017	13	0	COR	13 21 21
JUL/2017	11	0	COL.TOTAIS	64 65 64
AGO/2017	11	0	CLORO	64 64 64
SET/2017	9	0	TURBIDEZ	13 13 13
MEDIA(M)	11		DADOS REFERENTES A: AGO/2017	

DATA DA LEITURA: 03/10/2017	HORA DA LEITURA: 08:23:48
DESCRICAO	CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 29,47 R\$66,31

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$6.13 PIS E COFINS. LEI 12.741/12.

**VENCIMENTO:**

02/11/2017

**Total a Pagar:**

R\$66,31

v.16.13 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA  
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL  
POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)  
NAO EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.  
INFORMACOES GERAIS:  
ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO  
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Jucélia da Silva Gomes**, brasileira, solteira, CPF nº 705.126.50-03, RG/Identidade nº 4.166.648 – SSP/PB, residente à Rua Honorato Araujo Filho, 122, Bairro do Nordeste II, Guarabira/PB, 2ª Secretária da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Jucélia da Silva Gomes**

CPF nº 705.126.50-03

RG/Identidade nº 4.166.648 – SSP/PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

*Jucélia da Silva Gomes*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

29062




VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.166.648

DATA DE EXPEDIÇÃO 15/05/2013

NOME JUCÉLIA DA SILVA GOMES

FILIAÇÃO JUSCELINO GOMES LAUREANO

REJANE DA SILVA

NATURALIDADE GUARABIRA-PB

DOC ORIGEM

NASC. N. 42973 FLS. 113V LIV. A38

CARTÓRIO GUARABIRA-PB

705.126.504-03

João Pessoa - PB

DATA DE NASCIMENTO 19/07/1998

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

22727140

N. OSP

NOTIFICACAO DE DEBITO

16539860

MARIA APARECIDA DA SILVA  
RUA CELINA PINTO 634 - 00000

NORDESTE  
GUARABIRA

58200-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
053.15.090.0236	0	1	0	0	0	80184689
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y15N407943	29/10/2015	4	LIGADO	LIGADO		

Consta(m) em nosso(s) registro(s) pendência(s) de pagamento de contas anterior(es). Conforme previsto na Lei Federal 11.445, essa(s) pendência(s) sujeita(m) o imóvel a suspensão do fornecimento de água. Se o débito já estiver sido pago, há mais de 5 dias, desconsidere este aviso.

Para demais informações, entre em contato com a CAGEPA pelas lojas de atendimento ou call center (115) gratuito.

REFERENCIA CONTA	VENCIMENTO	VALOR(R\$)
OUT/2016	08/11/2016	115.51
JUL/2017	08/08/2017	247.96
AGO/2017	08/09/2017	208.58
SET/2017	08/10/2017	347.25

EMISSAO:

26/10/2017

Total a Pagar:

RS919,30

v.16.13 R. 1.0

MATRÍCULA	N. OSP	EMISSAO	TOTAL A PAGAR
22727140	16539860	26/10/2017	919.30

82690000009-0 19300010900-2 227271400-6-9 53986000000-6



MATRÍCULA	N. OSP	EMISSAO	TOTAL A PAGAR
22727140	16539860	26/10/2017	RS919,30

RECEBI A NOTIFICACAO REFERENTE AO(S) DEBITO(S) ACIMA RELACIONADO(S)  
MARIA APARECIDA DA SILVA DATA: 26/10/2017  
RUA CELINA PINTO 634 - 00000 HORA: 3:40:52

INSCRICAO: 053.15.090.0236 ASS: \_\_\_\_\_



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Ednalva Oliveira Souza**, brasileira, casada, CPF nº 036841604-66, RG/Identidade nº 22.690.08 – SSP/PB, residente à Rua Honorato Araujo Filho, 136, Bairro Nordeste II, Guarabira/PB, 2ª Tesoureira da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Ednalva Oliveira Souza**

CPF nº 036841604-66

RG/Identidade nº 22.690.08 – SSP/PB



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA P.10

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO




*Edinalva Oliveira Souza*  
SINATURA CÍVEL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

22 69008

DATA DE EXPEDIÇÃO 22 MAR. 1996

NOME EDINALVA OLIVEIRA SOUZA

FILIAÇÃO João Eloi de Oliveira  
Antonia João da Silva

Araçagi-PB. 15-09-1978.  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

Cert. Cas. Nº. 2.328, fls. 265, liv. Baux-05.  
DOC ORIGEM Cart. de Guarabira-PB.

CPF

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº EDINALVA OLIVEIRA SOUZA

Nº de inscrição 036841604-66

Data do Nascimento 15/09/78



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura  
*Edinalva Oliveira Souza*  
EDINALVA OLIVEIRA SOUZA

S  
E  
R  
P  
R  
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 10/10/98

EDINALVA DE OLIVEIRA SOUZA  
RUA HONORATO ARAUJO FILHO, 136 - NORDESTE II  
GUARABIRA / PB CEP 59200-000 (AG 22)

Emissão: 17/08/2017 Referência: Ago / 2017

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO

Roteiro 9-22-106-5660

Nº de editor: 00000388006

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-080  
CNPJ: 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.686.980  
Cód. par. Déb. Automático: 09006620371

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF / CNPJ / RANI  
Ago / 2017 17/08/2017 18/09/2017 3684160466

UC (Unidade Consumidora): 5/662037-1

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias	
Data	Leitura	Data	Leitura						
17/07/17	26997	17/08/17	27118		1		121		31
Demonstrativo									
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa el	Valor Base Calc	Aliq	ICMS(R\$)	Base Calc	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
		Tributos Total(R\$)		ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Cofins(R\$) (0,9724%)(4,4788%)			
0601	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,216637	6,49	6,49	27	1,75	6,49	0,06
0601	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	70,000	0,371320	25,99	25,99	27	7,02	25,99	0,25
0601	Consumo - 101 a 220 kWh-BR	21,000	0,557099	11,69	11,69	27	3,16	11,69	0,11
0601	Adic. B. Amarela			0,81	0,81	27	0,24	0,91	0,01
0601	Adic. B. Vermelha			1,76	1,76	27	0,47	1,76	0,02
0610	Subsídio			35,60	35,60	27	9,61	35,60	0,35
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			9,37	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 07/2017			0,17	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 07/2017			1,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-24,05	0,00	0	0,00	0,00	0,00
TOTAL				68,04	62,44		22,25	62,44	0,80
CCI: Código de Classificação do Item		3,69							

CCI: Código de Classificação do Item

Média últimos meses (kWh)  
124

VENCIMENTO 24/08/2017  
TOTAL A PAGAR R\$ 68,04

Histórico de Consumo (kWh)

121 | 122 | 140 | 125 | 134 | 120 | 129 | 122 | 124 | 117 | 124 | 111  
Jul/17 Jun/17 Mai/17 Abr/17 Mar/17 Fev/17 Jan/17 Dez/16 Nov/16 Out/16 Set/16 Ago/16

a2e4.5bc8.ba27.90dd.e630.ce81.5d3a.a506.

Indicadores de Qualidade 6/2017 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,91	0,00	NOMINAL 220	Serviços de Dist. de Energia/PB	11,39	16,74
DIC TRIMESTRAL	11,82			Compra de Energia	15,37	22,59
DIC ANUAL	23,64			Serviço de Transmissão	0,70	1,15
FIC MENSAL	3,45	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231	Encargos Setoriais	4,11	6,04
FIC TRIMESTRAL	6,97			Impostos Diretos e Encargos	36,39	53,48
FIC ANUAL	13,95			Outros Serviços	0,00	0,00
DMC	3,46	0,00		Total	68,04	100,00
DICRI	12,22					

Valor do EUSD (Ref. 6/2017) R\$ 15,54

ATENÇÃO

- Sua Unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 24,05

Faturas em atraso





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Hormando Damasio dos Santos**, brasileiro, solteiro, CPF nº 057.559.204-43, RG/Identidade nº 277.857.6 – SSP/PB, residente à Rua Paraná, 356, Bairro Nordeste I, Guarabira/PB, 1º Tesoureiro da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Hormando Damasio dos Santos**

CPF nº 057.559.204-43

RG/Identidade nº 277.857.6 – SSP/PB



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2778576 DATA DE EXPEDIÇÃO 14 JUN 2000

NOME HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS

FILIAÇÃO Pedro Damasio dos Santos  
Maria Jose Leandro

Guarabira-PB. 07.11.1979

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert.Nasc.Nº1872, fls.167, liv. A.03.

CPF

João Pessoa - PB

SIGNATURA DO DIRETOR

LEI Nº 116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.910

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

07/11/1979

HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS

057.559.204-43

CPF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal



SEVERINA DA SILVA FERREIRA  
RUA PARANA, 355 - NACÕES  
GUARABIRA / PB CEP: 68200000 (AG. 22)

Emissão: 22/11/2017 Referência: Nov / 2017  
Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25- Cresto Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-630  
Fôleiro: 12-22-88-100 Nº medidor: 00000714578

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.095.163/0001-40 Insc. Est. 16.015.923-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000 920 034  
Cód. para Deb. Automático: 00008046518

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPE/ CNPJ/ RANI
Nov / 2017	22/11/2017	20/12/2017	2172432407

UC (Unidade Consumidora): 5/804651-8

#### Canal de contato

- Informamos a não efetuação da leitura por impedimento do acesso a sua unidade, resultando no faturamento pela média. Eventual diferença será compensada no próximo faturamento. Reafirmamos a necessidade de desimpedir o acesso ao local da medição. Persistindo o impedimento o fornecimento poderá ser suspenso após três dias da apresentação desta fatura (Art. 171 Res 414 ANEEL).

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
23/10/17	17312	22/11/17	17377	1	65	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Aliq.	ICMS(R\$)	Base Calc. Pis(R\$)	Cofins(R\$)
				Tributos Total(R\$)	ICMS(R\$)	ICMS	Pis/Cofins(R\$)	(1,2521%) (6,1218%)
0801	Consumo em kWh	65,000	0,732200	47,59	47,59	25	11,90	47,59 0,63 2,91
0801	Adic. B. Vermelha			4,42	4,42	25	1,10	4,42 0,05 0,27

LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA	8,80	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0904	COMPENSAÇÃO POR INDICADOR-DMIC 09/2017	-1,57	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL						
		57,24	52,01	13,00	52,01	0,68	3,18	

#### Média últimos meses (kWh)

85

**VENCIMENTO**  
29/11/2017

**TOTAL A PAGAR**  
R\$ 57,24

#### Histórico de Consumo (kWh)

70	69	72	59	76	74	69	79	66	74	4	0
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Mai/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

#### RESERVADO AO FISCO

afec.6e8e.50f9.61de.1596.44d1.748d.59fc.

#### Indicadores de Qualidade 9/2017 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	9,18	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,92		
DIC ANUAL	23,84		
FIC MENSAL	3,48	2,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	6,97		
FIC ANUAL	13,95		
DMIC	3,48	7,72	
DICRI	12,22		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	12,22	20,77
Compra de Energia	17,67	30,35
Serviço de Transmissão	1,87	3,18
Encargos Setoriais	3,32	5,75
Impostos Diretos e Encargos	23,87	40,25
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>58,81</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 9/2017) R\$ 17,80

#### ATENÇÃO

- Imóvel fechado sem acesso ao medidor. Faturado pela média.

#### Faturas em atraso

PARAIBA  
Roteiro: 12-22-88-100  
Matrícula: 804651-2017-11-7

**VENCIMENTO**  
29/11/2017

**TOTAL A PAGAR**  
R\$ 57,24

83660000000-1 57240054000-9 08046512017-0 11700022019-6







**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Sebastião Santos de Souza**, brasileiro, casado, CPF nº 568.222.864-20, RG/Identidade nº 1.193.196.2ª via – SSP/PB, residente à Rua Honorato Araujo Filho, 136, Bairro Nordeste II, Guarabira/PB, Vice-Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

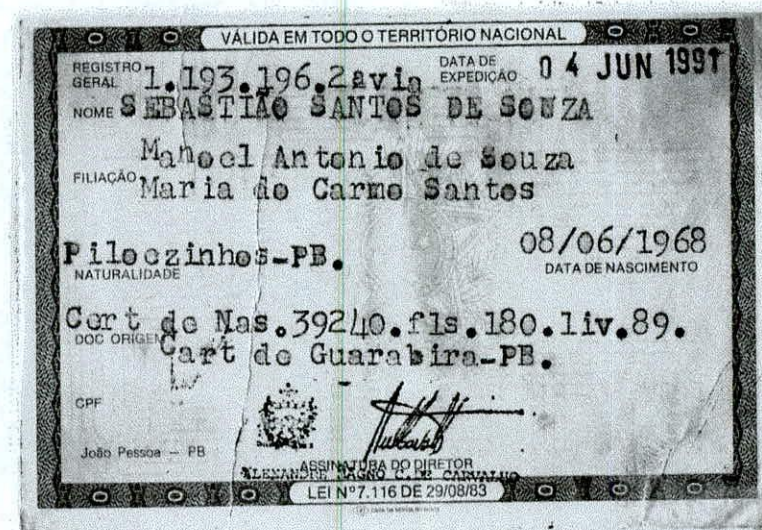
Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

**Sebastião Santos de Souza**

CPF nº 568.222.864-20

RG/Identidade nº 1.193.196.2ª via – SSP/PB







EDINALVA DE OLIVEIRA SOUZA  
RUA HONORATO ARAUJO FILHO, 136 - NORDESTE II  
GUARABIRA/PB CEP: 58200-000 (AG. 22)

**Energisa**

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 9 - 22 - 106 - 5680 Referência: Mar / 2017  
IP medidor: 00000368008 Emissão: 16/03/2017

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº000.660.973  
Código para Débito Automático: 00001620371

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): **5/662037-1**

Mar / 2017

Canal de contato

Apresentação

16/03/2017

Data prevista da próxima leitura

13/04/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

36841604-66

Insc. Est:

Faturas em atraso

Histórico de Consumo (kWh)

Fev/17	120
Jan/17	128
Dez/16	122
Nov/16	124
Out/16	117
Set/16	124
Ago/16	111
Jul/16	124
Jun/16	142
Mai/16	142
Abr/16	140
Mar/16	137

Média dos últimos meses  
128

RESERVADO AO FISCO

c26f.7ff5.db03.f1b1.386f.dae7.24da.5bac.

Indicadores de Qualidade 1/2017 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,82		
DIC ANUAL	23,64		
FIC MENSAL	3,48	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	6,97		
FIC ANUAL	13,95		
DMIC	3,48		
DICRI	12,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	13,05	16,86
Compra de Energia	18,84	21,80
Serviço de Transmissão	0,90	1,17
Encargos Setoriais	5,13	6,67
Impostos Diretos e Encargos	40,99	53,30
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>76,91</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 1/2017) R\$ 23,92

**ATENÇÃO**

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$24,31





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

DECLARAÇÃO

Eu, **José Maurício Evaristo da Silva**, brasileiro, casado, CPF nº 675415694 – 53, RG/Identidade nº 2393779 – SSP/PB, residente à Rua Celina Pinto, 634, Bairro Nordeste I, Guarabira/PB, Diretor de Esporte e Cultura da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

  
**José Maurício Evaristo da Silva**

Diretor de Esporte e Cultura

CPF nº 675415694 – 53

RG/Identidade nº 2393779 – SSP/PB



**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR: *Jose Mauricio Evaristo da Silva*




ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA  
INSTITUTO DE POLICIA CIENTIFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICACAO

DI. P62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO GERAL: **2393779**

DATA DE EXPEDIÇÃO: **06 JAN. 1997**

NOME: **JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA**

FILIAÇÃO: **Manoel Evaristo da Silva**  
**Maria Francisca da Conceição**

GUARABIRA-PB. DATA DE NASCIMENTO: **19-09-1969.**

Cert. Nasc. Nº 3252:11.231V:liv.A-03;

DOC ORIGEM: **Cart. de Guarabira-PB.**

CPF: **Alexandre Magno Carneiro de Carvalho**  
**Diretor do Instituto de Identificação**  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

**675.415.694-53**

JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA

19/09/1969





**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cime, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA, INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA
22727140
N. OSP
16539860

NOTIFICACAO DE DEBITO

MARIA APARECIDA DA SILVA  
RUA CELINA PINTO 634 - 00000

NORDESTE  
GUARABIRA

58200- 000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
053.15.090.0236		0	Residencial	Comercial	Industrial	Público	80184689
			1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água		Situação Esgoto		
Y15N407943	29/10/2015	4	LIGADO		LIGADO		

Consta(m) em nosso(s) registro(s) pendencia(s) de pagamento de contas anterior(es). Conforme previsto na Lei Federal 11.445, essa(s) pendencia(s) sujeita(m) o imóvel a suspensão do fornecimento de água. Se o débito já estiver sido pago, há mais de 5 dias, desconsidere este aviso.

Para demais informações, entre em contato com a CAGEPA pelas lojas de atendimento ou call center (115) gratuito.

REFERENCIA CONTA	VENCIMENTO	VALOR(R\$)
OUT/2016	08/11/2016	115.51
JUL/2017	08/08/2017	247.96
AGO/2017	08/09/2017	208.58
SET/2017	08/10/2017	347.25

EMISSAO:

26/10/2017

Total a Pagar:

R\$919,30

v. 16.13 R. 1.0

MATRÍCULA	N. OSP	EMISSAO	TOTAL A PAGAR
22727140	16539860	26/10/2017	919.30

82690000009-0 19300010900-2 227271400-6-9 53986000000-6



**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRÍCULA	N. OSP	EMISSAO	TOTAL A PAGAR
22727140	16539860	26/10/2017	R\$919,30

RECEBI A NOTIFICACAO REFERENTE AO(S) DEBITO(S) ACIMA RELACIONADO(S)  
MARIA APARECIDA DA SILVA DATA: 26/10/2017  
RUA CELINA PINTO 634 - 00000 HORA: 3:40:52

INSCRICAO: 053.15.090.0236 ASS: \_\_\_\_\_



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Josias Guedes da Silva**, brasileiro, casado, CPF nº 798.038.574-87, RG/Identidade nº 1.516.224 - 2ª via – SSP/PB, residente à Rua José Américo de Almeida, 580, Bairro do Nordeste II, Guarabira/PB, Conselheiro Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

*Josias Guedes da Silva.*

**Josias Guedes da Silva**

CPF nº 798.038.574-87

RG/Identidade nº 1.516.224 - 2ª via – SSP/PB



MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Receita Federal**  
Cadastro de Pessoas Físicas

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Número  
**798.038.574-87**

Nome  
**JOSIAS GUEDES DA SILVA**

Nascimento  
**17/09/1971**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Sistema Único de Saúde

**JOSIAS GUEDES DA SILVA**

Data Nasc.: 17/09/1971 Sexo: M

**700 8049 6658 9581**



Este cartão é de uso pessoal e não pode ser  
utilizado por terceiros sob pena de cassação do Documento Único de Saúde

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SUS 

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.516.224 - 2ª VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/01/2017

NOME JOSIAS GUEDES DA SILVA

FILIAÇÃO PEDRO DEOCELIANO DA SILVA SEVERINA GUEDES DA SILVA

NATURALIDADE GUARABIRA-PB

DOC ORIGEM GUARABIRA-PB

CERT. CAS. Nº2645 - LIV. B.A. 06 - FLS. 124V - CARTÓRIO

798.038.574-87

LIBERADO EM 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-262





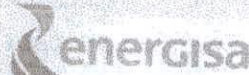
*Josias Guedes da Silva*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



ELY DA SILVA SANTOS  
RUA JOSE AMERICO DE ALMEIDA, 580 - NORDESTE II  
GUARABIRA - PB CEP: 56200000 (AG 22)



Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO B-230 Ate 5 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro 9-22 - 108 - 4820 Referência: Mai/2017  
Nº medidor 03000694349 Emissão: 16/05/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 854 935

Código para Débito Automático: 00004287512

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora):

5/428751-2

Canal de contato

Mai / 2017

Apresentação

16/05/2017

Data prevista da próxima leitura

14/06/2017

CPF/ CNPJ/ RANI

Insc. Est. 00000000000000

Faturas em atraso

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
13/04/17	15175	16/05/17	15277	1
				33

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	102	42,31	42,31
Adic. B. Verméis		3,08	3,08
ICMS		18,28	18,28
PIS		0,72	0,72
COFINS		3,34	3,34
CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA		8,37	8,37

**PAGO**  
LANÇAMENTO E SERVIÇOS  
7/5/2017  
CASA LOTERICA  
TREVO DA SORTE  
Guarabira-PB

Histórico de Consumo (kWh)

Abr/17	91
Mar/17	105
Fev/17	99
Jan/17	107
Dez/16	92
Nov/16	95
Out/16	91
Set/16	91
Ago/16	92
Jul/16	99
Jun/16	84
Mai/16	81

Média dos últimos meses  
95

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	87,71	27,00	18,28
PIS	87,71	1,0757	0,72
COFINS	87,71	4,9445	3,34

VENCIMENTO

23/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 76,08

RESERVADO AO FISCO

aca3.91a5.85c5.a7a9.cc0e.2269.a9f8.5987.

Indicadores de Qualidade 3/2017 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,82		
DIC ANUAL	23,64		
FIC MENSAL	3,48	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 202 LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL	6,97		
FIC ANUAL	13,95		
DMIC	3,48	0,00	
DICR	12,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	18,33	21,46
Compra de Energia	22,03	28,98
Serviço de Transmissão	1,12	1,47
Encargos Setoriais	5,99	7,74
Impostos Diretos e Encargos	30,71	40,37
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	76,08	100,00

Ve o rdo EUSD (Ref 3/2017) R\$ 24,35

ATENÇÃO





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO  
NORDESTE – AMARBN** – *Fundada em 25 de outubro de 1987 -*  
*Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000*  
**CNPJ 08.582.678/0001-31**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Adriana Maria dos Santos**, brasileira, solteira, CPF nº 040.546.404-51, RG/Identidade nº 2.702.152 – SSP/PB, residente à Rua Paraná, 356, Bairro das Nações, Guarabira/PB, Conselheira Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

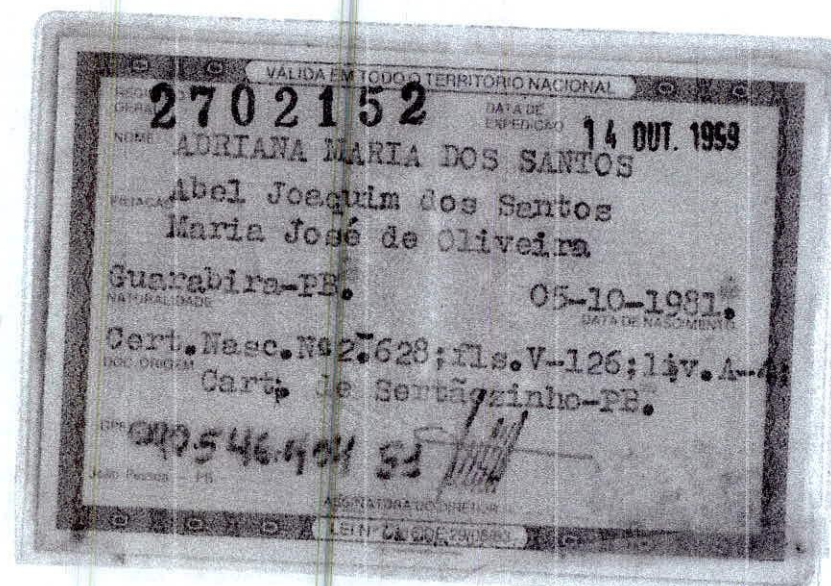
Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

*Adriana Maria dos Santos*

**Adriana Maria dos Santos**

CPF nº 040.546.404-51

RG/Identidade nº 2.702.152 – SSP/PB







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Almeida, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

22746986

REFERENCIA

NOV/2017

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

ALCIELLE DA SILVA FERREIRA  
RUA PARANA 356

NORDESTE  
GUARABEIRA

58200-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
053.06.315.0172	0	1	0	0	0	22746986
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y16N091075	12/09/2016	1	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PRÓXIMA LEITURA
79	87	8	31	61/12/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
MAI/2017	8	0	PARAMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES	
JUN/2017	8	0	COL. TERMOT	0
JUL/2017	8	0	COR	13 21 21
AGO/2017	7	0	COL. TOTAIS	64 65 64
SET/2017	8	0	CLORO	64 64 64
OUT/2017	8	0	TURBIDEZ	13 13 13
MEDIA(M)	3		DADOS REFERENTES A: AGO/2017	

DATA DA LEITURA: 03/11/2017	HORA DA LEITURA: 09:50:15
DESCRIÇÃO	CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 R\$36,84
047-JUROS DE MORA	R\$0,17
050-ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT.	R\$0,73

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS. R\$3.41 PIS E COFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

16/11/2017

Total a Pagar:

R\$37,74



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 -  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000  
CNPJ 08.582.678/0001-31

#### DECLARAÇÃO

Eu, **Ricardo Virginio dos Santos**, brasileiro, casado, CPF nº 077.904.107-09, RG/Identidade nº 117.3673 - 9 – SSP/RJ, residente à Rua Celina Pinto, 580, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, Conselheiro Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para fins de direito, junto à Delegacia do Ministério das Comunicações, Jurisdição da Paraíba, especialmente para obtenção da renovação de outorga do serviço de radiodifusão Comunitária (RadCom), pela **AMARBN**, em atendimento à legislação vigente (Lei nº 9.612/98, Decreto nº 2.615/98, a Portaria Ministerial 191/98 e a Norma nº 1/2015 – Ministério das Comunicações), que a nossa entidade deseja a renovação da outorga e se compromete em continuar com o serviço de radiodifusão comunitária, contribuindo assim com a democratização da comunicação em nossa comunidade.

Guarabira/PB, 21 de novembro de 2017

Ricardo Virginio dos Santos

**Ricardo Virginio dos Santos**

CPF nº 077.904.107-09

RG/Identidade nº 117.3673 - 9 – SSP/RJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DPTC/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO FELIX PACHECO

**RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

112

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 11713673-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/10/95

NOME RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS

FILIAÇÃO SEVERINO VIRGINIO DOS SANTOS

MARIA DA PENHA S DA SILVA DATA DE NASCIMENTO 21/07/1977

NATURALIDADE PARAIBA

DOC ORIGEM C. NASC LIV A14 FLS 258

TERM 15958 D. GUARABIRA PB

CPF 112

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7 116 DE 29/08/83

0115-1VIA FPAC-FPA3

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS

Nº de Inscrição 077904107-09 Data do Nascimento 21/07/77



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

**RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**

RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS

S  
E  
R  
V  
I  
D

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 30/12/95



MARIA LUIZA DO NASCIMENTO  
RUA CELINA PINTO, 560 - CENTRO  
GUARABIRA / PE CEP: 58200000 (AG. 22)

Emissão: 18/10/2017 Referência: Out / 2017  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 9 - 22 - 110 - 3440 Nº medidor: 00008332104

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 53071-690  
CNPJ 09.095.183/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.658.741  
Cód. para Deb. Automático: 00004297073

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Out / 2017	18/10/2017	17/11/2017	3638341410 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/429707-3

Canal de contato

- CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL -  
CADASTRO BIOMÉTRICO  
A IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA É OBRIGATORIA E GRATUITA.  
O TRIB. REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA ALERTA QUANTO  
AO CADASTRAMENTO PRODUZIR UM CARTÓRIO ELEITORAL  
MAIS PRÓXIMO PARA EFETUAR O SEU CADASTRO

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias				
Data	Leitura	Data	Leitura							
18/09/17	16592	18/10/17	16693	1	291	30				
Demonstrativo										
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/ Tributos Total(R\$)	Valor Base Calc ICMS(R\$)	Aliq. ICMS	ICMS(R\$)	Base Calc PIS(R\$)	Cofins(R\$)	Cofins(R\$) (1,0388%) (4,7850%)	
0001	Consumo em kWh	291,000	0,000000	203,90	203,90	27	55,05	203,90	2,12	9,78
0001	Adic. B. Amarela			3,45	3,45	27	0,93	3,45	0,03	0,16
0001	Adic. B. Vermelha			8,59	8,59	27	2,32	8,59	0,09	0,41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA			13,80	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0803	CUSTO DE RELIGACAO NORMAL 10/2017			7,46	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 08/2017			4,71	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 07/2017			4,55	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 08/2017			2,87	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 07/2017			3,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2017			0,71	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
CCI: Código de Classificação do item				TOTAL	253,44	215,94	59,30	215,94	2,24	10,33

Média últimos meses (kWh)

206

**VENCIMENTO**  
**25/10/2017**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 253,44**

Histórico de Consumo (kWh)

265	257	269	222	226	171	196	185	185	181	120	189
Sep/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Mai/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16	Out/16

hash: bac4.06d6.9f72.d17c.49f5.f497.cda0.a59c.

Indicadores de Qualidade 8/2017 - Guarabira

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,82		
DIC ANUAL	23,64		
FIC MENSAL	3,46	0,00	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL	6,97		
FIC ANUAL	13,95		
CMIC	3,46	0,00	LIMITE SUPERIOR 201
DIORI	12,22		

Composição de Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	51,65	20,45
Compra de Energia	70,90	27,99
Serviço de Transmissão	7,96	3,14
Encargos Setoriais	14,36	5,67
Impostos Diretos e Encargos	100,61	39,82
Outros Serviços	7,46	2,94
<b>Total</b>	<b>253,44</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 8/2017) R\$59,61

**ATENÇÃO**

- Leitura confirmada

**Faturas em atraso**



- 45º de Eleições de Diretoria e Conselho Fiscal de Associação do Bairro do Nordeste I - IURBEM. Aos dezessete (17) do mês de novembro de dois mil e dezessete (2017), na sede de IURBEM, situada à Rua Celina Pinto, s/nº, e Trinta e sete (37), Bairro do Nordeste I, às dez (10:00) horas da manhã, foi dado início ao processo de eleição de Diretoria e Conselho Fiscal da Associação, com a seguinte composição:

Presidente - Maria Rutilene Aires Martins Rolim; Vice-Presidente - Celeno Gonçalves de Pontes; 1ª Secretária - Túclicia de Silva; 2ª Secretária - Carmelva Oliveira de Souza; 1º Tesoureiro - Hermanto Demétrio Santos; 2º Tesoureiro - Sebastião Santos de Souza; Diretoria de Esportes e Cultura - José Márcio Evaristo de Silva; Conselho Fiscal 1 - Carlos Guedes de Silva; Conselho Fiscal 2 - Arnaldo Maria dos Santos; Conselho Fiscal 3 - Ricardo Virgílio dos Santos. A Comissão Eleitoral de Eleições, conduzindo os trabalhos, tendo o processo eleitoral desenvolvido em clima normal e em conformidade com seu Estatuto Social, conforme disposto no Capítulo das Disposições Gerais, nos artigos 1, 35 e 36. No decorrer dos trabalhos, tivemos alguns associados que não constavam na lista, mais que quem do Quadro há mais de dez anos, tendo a Comissão de Organização decidido por unanimidade que este item participasse do processo de votação, sendo estes: Heronilides Aires dos Santos, RG - 2.080.529-SSP/PB, filiado desde 1977; Edson Gomes dos Santos, RG - 2.331.183-SSP/PB; José Roberto Joaquim dos Nascimento, RG - 854.265-SSP/PB. Também constam na lista de votantes alguns nomes de filiais com alteração, em decorrência de divórcio e casamento, como sendo: Maria Gomes de Silva, hoje: Maria Gomes dos Santos; Maria de Conceição Lima dos Santos, nome de casada, não consta na lista de votantes. Sendo informado, a quem assiste as ocorrências que tivemos no decorrer dos trabalhos de presente eleitoral. Desse forma às quinze (15:00) horas foi dado por encerrada a eleição, passando então a apuração dos votos pela Comissão Organizadora (Comissão Eleitoral), contando com a presença do Fiscal de Chapa Lucen Bernardo de



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Guarabira-PB 24/11/2017 15:11:53

Wardiria Toscano de Sales - Titular

[2017-013625] EMUL-R\$ 2,31 FARPEN-R\$ 0,27 FEP-R\$ 0,46 ISS-R\$ 0,27

SELO DIGITAL: AGR59177-922C

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Ofício 24/2017 (2459034)

SEI 01250.075055/2017-11 (pg. 145)

GRAFSET



01 voto em Votante e 00 votos (nulos). Ome senhor (nulos) e  
Thaísa Fernandes e presente Ate, que vou com mim saudade,  
enquanto Presidente de Comissão Eleitoral: Ricardo Francisco  
Machado Moreira, bem como Jéssica Almeida, membro, de acordo  
Comissão: Valterito Alexandre de Souza, Angélica Maria  
Gonzaga Diniz e Israel Monteiro dos Santos; Jule Brito em  
exercício. E também passe a ser o mesmo por todos os Votantes  
Guarabira, 19 de novembro de 2017. Ricardo Francisco Machado, MV  
Angélica Maria Gonzaga Diniz, Valterito Alexandre de Souza - Jure  
Monteiro dos Santos, PRESIDENTE: Maria Valdimir Alves Martins  
Rafael, VICE-PRESIDENTE Cícero Gonçalves de Pontes; 1º SE-  
CRETARIA: Juiliana da Silva Gomes, 2º SECRETARIA: Edinalva  
Oliveira Souza; 1º TESOUREIRO: Jommano Damasceno  
dos Santos, 2º TESOUREIRO: Sebastião Santos de Souza. PIRETON,  
ESPORTE E CULTURA: Jommano Elias, Sô de Silva, 7º con-  
SELHEIRO: Joviano Mendes da Silva. 2º CONSELHEIRO  
Adriana Maria dos Santos, 3º CONSELHEIRO: Ricardo Virgílio do  
Santos. Juan Modesto Bernard de Araújo. Rafael Gonçalves  
Maria das Neves Paulino da Silva, Teticia Viana  
da Silva, José Abmao Simeão, MARIA DAS GRACAS PE-  
REIRA. Maria José da Silva Barbosa, Ali-  
son Gomes dos Santos, Maria José Ferreira Dias  
JPH ALBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, Maria das Graças Pereira  
MARIA DA CONCEICA TURA DOS SANTOS, GEORGINO DO -  
Ramo de Pontes Suormal, Wilson Gomes dos  
Santos, Heronides Alves dos Santos,  
marcelo Pereira de Oliveira. Jommano Gomes de Silva  
PRESIDENTE: Maria Valdimir Alves Martins  
CPF: 804.776.154-49



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - TITULAR  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-8502

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que me foi  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Guarabira-PB 24/11/2017 15:11:53  
Wardiria Toscano de Sales - Titular  
[2017-013628] EMOL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27 FEPI:R\$ 0,41 ISS:R\$ 0,12  
SELO DIGITAL: AGB59180-NPWE  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - TITULAR  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-8502

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA -

Documento protocolado no Livro A-0005, registrado no Livro A-0005  
sob No. 036003 e arquivado neste Serviço. Perante a dou te'.  
Guarabira-PB, 24/11/2017 14:45:33  
Romero Fernandes Costa Filho - Escrivão  
EMOL:R\$ 44,31 FARPEN:R\$ 5,94 FEPI:R\$ 11,07 ISS:R\$ 2,21  
SELO DIGITAL: ABL13629-ELZZ

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





# Ata da Reunião do Conselho Comunitário da Rádio Comunitária Nordeste FM - 104,9 MHz.

No primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na sala do estúdio da Rádio Comunitária Nordeste FM, localizada na Rua Severino de Paiva Resende, 234, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, realizou-se a reunião do Conselho Comunitário, em atendimento aos preceitos da lei, contando, ou seja, contando com a presença dos conselheiros: Angela Maria Gonzaga Diniz (Representante do Serviço de Educação Popular - SEDUP), Israel Monteiro dos Santos (Representante da Fundação, Centro Unificado de Capacitação e Arte - FUND. CUCA), Valderedo Alexandre de Souza (Representante da Fundação Cultural José Soares de Lima), Marilsson Pereira da Silva (Representante da Associação dos Moradores do Bairro do Cordão - AMBC), Levi Lopes Segundo (Representante da Associação de Arte e Cultura de Guarabira - AACG), Marcelo Leite (Representante do Movimento de Adolescentes e Crianças - MAC), José Nival Evaristo da Silva (Representante da comunidade), Adriana Maria dos Santos (Representante da comunidade), Leuan Madysson Bernardo de Araújo (Representante da comunidade), que exercem suas funções apreciando a programação e propostas advindas da Direção administrativa da RADCOM, tendo como diretor o senhor José Maurício Evaristo da Silva, um dos precursores da implantação desse sistema de radiodifusão na comunidade, que vem concluindo as atividades de maneira responsável, atualizada, humana, propostas inovadoras e ideias transformadoras, em busca do atendimento direto às comunidades adjacentes, dentro do sistema de irradiação legal da Rádio Comunitária Nordeste FM. Em cumprimento a pauta, o conselho pode verificar de

do acompanhamento da programação  
do transmissão de programa

TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502

Autentico a presente copia, reproducao fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Guarabira-PB 24/11/2017 15:11:53

Wardiria Toscano de Sales - Titular

[2017-013627] EMUL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27 FEPJ:R\$ 0,46 ISS:R\$ 0,12

SELO DIGITAL: A6B59179-BWAB

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Ofício 24/2017 (2455) 34

SEI 01250.076055/2017-41 / pg. 47



e opiniões dos ouvintes. Dentro das observações do Conselho, relatamos a fim de ficar registrado as seguintes: 1 - A programação musical busca sempre respeitar a valorização humana, evitando o estrangeirismo e os modismos, o que educa positivamente e agrada os ouvintes; 2 - O formalismo é aberto às notícias locais e às opiniões diversas, evitando a divulgação de notícias violentas e a tomada de opinião formada individual; 3 - A emissora dispõe de horário ecumênico religioso, proporcionando a toda manifestação religiosa que apresente proposta respeitosa a todas as demais; 4 - A RADCOM se preocupa ainda em reservar um espaço voltado para as crianças, resgatando a musicalidade e o encantamento fabuloso educativo infantil. O programa "Momento Criança" desenvolve a capacidade de atrair as crianças e os adultos pelas recordações propagada pela musicalidade eminentemente infantil, como as cantigas de rodas que passam de geração a geração; 5 - A cultura local e as expressões artísticas da comunidade e região também são garantidas na rádio comunitária Nordeste FM, com programas específicos e itinerantes, indo até as comunidades para revelar os artistas de várias modalidades em nosso meio; 6 - A questão do desafio de manter a emissora no que diz respeito a recursos para custear as atividades é o que se observa de mais difícil, exigindo o constante esforço da Direção para cumprir as despesas básicas. Por isso se valem dentro da lei, de eventos e através de apoios culturais, que auxiliem as necessidades. Tudo dentro dos conformes, o Conselho Comunitário, nada a mais acrescentar, a não ser desejar a continuidade do sucesso dos que fazem a coordenação da Rádio Comunitária Nordeste FM e parabenizar pela excelente condução dos serviços prestados.



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que me foi apresentado. Em testemunho da verdade.

Guarabira-PB 24/11/2017 15:11:53

Wardiria Toscano de Sales - Titular

[2017-013629] EMOL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27 FEPJ:R\$ 0,46 ICS:R\$ 0,12

SELO DIGITAL: AGB59181-PMK2

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Ofício 24/11/2017 (2452034)

SEI 01250.075055/2017-41 / pg. 48



assinar este documento, como também pelos componen-  
tes presentes. Guarabira / PB, 01 de novembro de 2017.

x Adriana Maria dos Santos  
(Representante da comunidade)

x Angeliane gonçaga Ains  
(Serviço de Educação Popular - SEDUP)

x Israel Monteiro dos Santos  
(Fundação Centro Unificado de Capacitação e  
Arte - FUND.CUCA)

x Valderido Alexandre de Souza  
(Fundação Cultural José Soares de Lima)

x Maximiliano Teixeira de Silva CPF-02 9336 994-79  
(Associação dos Moradores do Bairro do  
Cordeiro - AMBC)

x Levi Loff Segf.  
(Associação de Arte e Cultura de Guarabira)

x (Movimento de Adolescentes e Crianças - MAC)

x Jos. Helder evaristo da Silva  
(Representante da comunidade)

duan Modyssem Bernardo de Araújo  
(Representante da comunidade)



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502  
Autentico a presente copia, reprodução fiel do original que me foi  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Guarabira-PB 24/11/2017 15:11:53  
Wardir de Sales - Titular  
[2017-013626] EMOL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27 FEPJ:R\$ 0,46 ISS:R\$ 0,12  
SELO DIGITAL: AGB59178-SUFF  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





CARIMBO

ETIQUETA

Correios		<b>REGISTRADO URGENTE</b> <b>REGISTERED PRIORITY</b>	
AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)	
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0,760	
JO 35757488 3 BR			

DESTINATÁRIO / Recipient

ENDEREÇO / Address

CEP  
Zip

--	--	--	--	--	--

DESTINATARIO  
MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES  
ELETRÔNICA  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
DE COMUNICAÇÕES ELETRÔNICA  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,  
ANEXO B SALA 300-0  
BRASÍLIA/DF  
70044-900

TELEFONE / Phone number

UF / State

PAÍS / Country





(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE / Sender

ENDEREÇO / Address

CEP / Zip



765000644

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES  
RURALS DO BAIRRO DO NORDESTE  
AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31  
REPRESENTANTE LEGAL:  
MARIA VALDILENE ALVES MARTIS ROLIM  
RUA CELINA PINTO, 637  
NORDESTE I  
GUARABIRA/PB  
58200-000**

DEVOLUÇÃO / Return

(CN15)

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)          | <input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)                                |
| <input type="checkbox"/> Recusado (Refused)        | <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)       |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)    | <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number) |
| <input type="checkbox"/> Não procurado (Unclaimed) | <input type="checkbox"/> Outros (Other)                                     |
| <input type="checkbox"/> Ausente (Absent)          | .....   |

Tentativas de entrega (Delivery attempts)

1ª \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_ 2ª \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_ 3ª \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_

- ☐ Informação prestada pelo porteiro ou síndico  
Information provided by the doorman or the condo manager
- ☐ Reintegrado ao serviço postal em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Reinstated to postal service

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_  
Date Signature





## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4310/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

**RAPHAEL GARCIA DE SOUZA**

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel  
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul  
70070-940 - Brasília/DF

**Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.**

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 01250.003146/2017-84, de interesse da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste, sediada em **Guarabira/PB**, para renovação da outorga referente ao período de 24 de dezembro de 2007 a 24 de dezembro de 2017.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/02/2018, às  
14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2631065** e o código CRC **AB1053F9**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4310/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 2631065





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4312/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I**

Rua Severino de Paiva Resende, 234 - 1º andar - Bairro: Nordeste I  
58200000 / Guarabira - PB  
CNPJ nº 08.582.678/0001-31

**Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 24 de dezembro de 2007 a 24 de dezembro de 2017, protocolizado sob o nº 01250.003146/2017-84, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/02/2018, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2631083** e o código CRC **38063355**.









**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**AO REMETENTE**  
SERAD/CGRC  
Ofício nº 4312/2018/SEI-MCTIC, 08/02/2018  
01250.003146/2017-84  
**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES  
RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I**  
Rua Severino de Paiva Resende, 234 - 1º andar - Nordeste I  
58200-000 Guarabira / PB



**Correios**  
**R\$ 07,55**  
19.02.18 - 09:01  
CARTA  
AGF VIA POSTAL /BSB



PB202014  
EOCF98



**Correios**  
**R\$ 05,00**  
19.02.18 - 09:07

AGF VIA POSTAL /BSB



**REGISTRADO URGENTE**  
**REGISTERED PRIORITY**



PESO / WEIGHT (kg)

2030

JT 22708418 5 BR







DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT  
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22708418 5 BR

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

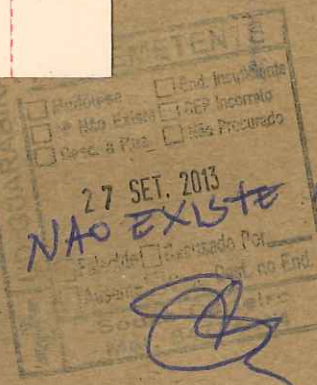
Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



REMETENTE:

ENDEREÇO:

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
70.044-900 Brasília - DF





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10009/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste

Rua Celina Pinto, nº 637 - Nordeste II

58200-000 - Guarabira/PB

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 4312/2018/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) não existe o número.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:  
[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)  
ou [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

Minutas e Anexos:

Ofício 4312 - evento sei 2631083



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2018, às  
09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**2751520** e o código CRC **57C3487B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 10009/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 2751520





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SERAD/CGRC  
Ofício nº 10009/2018/SEI-MCTIC, 20/03/2018  
01250.003146/2017-84  
**MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**  
Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro  
do Nordeste  
Rua Celina Pinto, nº 637 - Nordeste II  
58200-000 Guarabira / PB

AO REMETENTE

1200  
AVISO  
AR



Correios  
R\$ 12,55  
23.03.18 - 15:21  
CARTA  
AGF VIA POSTAL/BSB

Correios

**REGISTRADO URGENTE**  
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ PESO / WEIGHT (kg) *0,40*

JT 22717645 7 BR





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22717645 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 MAR 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIA MAXICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

04/04/18	06/04/18	09/4/18
14:00 h	15:10 h	15:15 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE:

ENDEREÇO:

Rui Ribeiro Mendes  
Suporte  
Mat.: 8.477.966-7

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 Brasília - DF





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 19881/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste

Rua Celina Pinto, nº 637 - Nordeste I

58200-000 - Guarabira/PB

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 10009/2018/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) ausente.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:  
[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html)  
ou [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,

Minutas e Anexos:

Ofício 10009 - evento sei 2751520

Ofício 4312 - evento sei 2631083



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/05/2018, às  
15:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**2985240** e o código CRC **89256B0A**.



Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 19881/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 2985240





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN – Fundada em 25 de outubro de 1987 -**

Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000

**CNPJ 08.582.678/0001-31**

Ofício nº 03/2018

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – Sala 303

**Assunto: Solicitação de correspondência e Informe de novo endereço**

Prezado senhor,

Vimos através deste **solicitar** reenvio da correspondência com AR: nº JT227176457BR, enviada em 12/04/2018, para o destinatário Maria Valdilene Alves Martins Rolim, no endereço: Rua Celina Pinto, 634, Bairro do Nordeste I – Guarabira/PB. Pois infelizmente perdemos o prazo de entrega, devido não termos no momento e no do endereço indicado, uma pessoa que se responsabilizasse pelo recebimento, embora tenhamos recebido o aviso de chegada pelos Correios, o prazo já tinha sido perdido e a correspondência havia retornado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Desta forma, aproveitamos para **informar** abaixo, um novo endereço com garantia de recebimento de toda correspondência endereçada a Representante Legal da AMARBN.

Representante Legal: **Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Endereço: **Rua: Rosil Guedes, Nº 109, Bairro do Nordeste I – Guarabira/PB – CEP – 58200-000.**

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para externar os mais sinceros votos de estima e distinta consideração.

Guarabira/PB, 12 de junho de 2018

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49

RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 20/06/18 às 14:00 horas

Assinatura: *Conceição*



**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar – Sala 303

70044-900

Brasília-DF





( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

**Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do  
Nordeste – AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31**

Representante Legal: Maria Valdilene Alves Martins Rolim

*Rua: Rosil Guedes, Nº 109, Bairro do Nordeste I – Guarabira/PB – CEP –  
58200-000*



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 19881/2018/SEI-MCTIC, 22/05/2018

01250.003146/2017-84

MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste

Rua Celina Pinto, nº 637 - Nordeste I

58200-000 Guarabira / PB

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

14/06/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO da Silva  
SIGNATURE DE L'AGENT Mat. 8.473.867-4

Agente dos Correios - Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm







AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

JR 69439364 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

04 JUN 2018

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Eplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>08.582.678/0001-31</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>10/11/1987</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>AMARBN</b>			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>R CELINA PINTO</b>	NÚMERO <b>637</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>58.200-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>NORDESTE I</b>	MUNICÍPIO <b>GUARABIRA</b>	UF <b>PB</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **24/07/2018** às **10:00:47** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

**CNPJ:** 08.582.678/0001-31

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:06:28 do dia 24/07/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/08/2018.

Certidão expedida gratuitamente.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Certidão nº: 154690765/2018

Expedição: 24/07/2018, às 10:17:05

Validade: 19/01/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.582.678/0001-31**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 08582678/0001-31  
**Razão Social:** ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I  
**Nome Fantasia:** AMARBN  
**Endereço:** RUA CELINA PINTO 650 / NORDESTE I / GUARABIRA / PB / 58200-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/07/2018 a 05/08/2018

**Certificação Número:** 2018070702434115668317

Informação obtida em 24/07/2018, às 10:33:57.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

**NOTA TÉCNICA Nº 16632/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.003146/2017-84.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 1 (um).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. **A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guarabira**, estado da **Paraíba**, apresentou resposta à exigência, em atendimento à Nota Técnica nº 1126 /2017/SEI-MCTIC, evento SEI 1625700.

**ANÁLISE**

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de <b>indeferimento</b> .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação <b>deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo V da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.</b>
	Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.  <b><u>Observação 1:</u></b> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.
			<b>Estatuto Social atualizado,</b>



Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.	Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria.	<p><b>contendo entre outras, as seguintes disposições:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- assegurar, expressamente <u>o ingresso gratuito</u>, de pessoas físicas e jurídicas, como associado,</li> <li>- assegurar, expressamente, <u>que não será feita a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados</u>,</li> <li>- <b>O art.13 do Estatuto Social</b>, indica que a Diretoria é composta de nove (9) cargos. Porém a Ata de Eleição realizada em 19/11/2017, elegeu apenas sete (7) cargos, deixando de eleger o Diretor Social e o Diretor p/ Assuntos de Moradia,</li> </ul> <p><b>Observação:</b> o estatuto social ou suas alterações, deverão estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p>
	Art. 130, § 1º, inciso IV	CPF dos dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia <b>LEGÍVEL</b> do CPF do <b>2º Tesoureiro Sebastião Santos de Souza</b> .
		Declaração, <b>atualizada</b> , atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do	Essa declaração deverá ser assinada pelo representante legal da Entidade.

Art. 130, § 1º, inciso VI	Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	<b>Observação:</b> essa declaração não precisará ser autenticada ou ter firma reconhecida, salvo solicitação expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Art. 130, § 6º, inciso VI	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.	Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe a certidão negativa dos débitos.

### 3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade **verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1.909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva.** Em outras palavras, basta que se verifique **que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica,** sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve, ao realizar eleições da diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

### 4. Após consulta ao sítio do Tribunal Regional Federal da **5ª Região (TRF5 -Paraíba)** e da respectiva Seção/Subseção Judiciária do domicílio



dos dirigentes (**Guarabira**), verificou-se a impossibilidade de **emissão de certidão negativa criminal e eleitoral**, relativa a **todos os dirigente**. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora encaminhe as referidas certidões.

## INFORMAÇÃO SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

5. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

## CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 24/07/2018, às 13:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 27/07/2018, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3191052** e o código CRC **7FF5B485**.

**Anexo: Anexo V - evento SEI 3191869.**

---

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 3191052





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 29301/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste (CNPJ nº 08.582.678/0001-31 )

**Rua: Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I**

**CEP: 58200.000 - Guarabira/PB.**

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16632/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais

assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 27/07/2018, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3191855** e o código CRC **FA1AF610**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 29301/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 3191855



**ANEXO 5**  
**MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:		CNPJ:			
Endereço de Sede:					
Município:		UF:		CEP:	
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> ):					

Endereço de Correspondência:					
Município:		UF:		CEP:	

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	° (N/S)	‘	”
		Longitude:	° W	‘	”

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					



Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 29301/2018/SEI-MCTIC, 27/07/2018.

01250.003146/2017-84

MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro  
NordesteRua Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I  
58200-000 Guarabira / PB

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATIONPRIMEIRA ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

\* Maria Valdiléne Alves Martins Rolim

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /  
SIGNATURE DE L'AGENT

99998670

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm







AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 79383683 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.

70.044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:	Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste				
Nome Fantasia:	Rádio Comunitária Nordeste FM	CNPJ:	085 826 78/0001-31		
Endereço de Sede:	Rua Celina Pinto, 637, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Nome do representante legal:	Maria Valdilene Alves Martins Rolim				
Endereço eletrônico (e-mail):	Nordestefm104@gmail.com				

Endereço de Correspondência:	Rua Rosil Guedes, nº 109, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:	Rua Severino Paiva Resende, 234, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	06 °	51 ' 10" S		
	Longitude:	35 °	29 ' 06" W		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

1/4

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO  
Em 17/09/18 às 14:00 horas  
Assinatura: Conceição



VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	Maria Valdilene Alves Martins Rolim				
Cargo:	Presidente	Tit. Eleitor:		0180 9452 1201	
RG:	151 624 0 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/P B	CPF:	804 776 154 - 49
Endereço:	Rua Rosil Guedes, nº 109, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Maria Valdilene Alves Martins Rolim</i>				

Nome do dirigente:	Cicero Gonçalves de Pontes				
Cargo:	Vice-Presidente	Tit. Eleitor:		0027 3540 1279	
RG:	659 127	Órgão Emissor:	SSP/P B	CPF:	486 714 284 - 00
Endereço:	Rua Padre Inácio de Almeida, S/N, 1º andar, Centro				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Cicero Gonçalves de Pontes</i>				

Nome do dirigente:	Maria Da Luz da Silva Santos				
Cargo:	1ª Secretária	Tit. Eleitor:		0339 2627 1210	
RG:	290 674 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	061 791 604 - 73
Endereço:	Rua Carmélia Guedes, 284, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Maria Da Luz da Silva Santos</i>				

Nome do dirigente:	Edinalva Oliveira Souza				
Cargo:	2ª Secretária	Tit. Eleitor:		0257 6754 1228	
RG:	226 900 8	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	036 841 604 - 66



Endereço:	Rua Honorato Araújo Filho, 136, Bairro do Nordeste II				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Edimara Oliveira Salvo</i>				

Nome do dirigente:	Hormando Damasio dos Santos				
Cargo:	1º Tesoureiro	Tit. Eleitor:	0267 4188 1210		
RG:	277 857 - 6	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	057 559 204 - 43
Endereço:	Rua Paraná, 356, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Hormando Damasio dos Santos</i>				

Nome do dirigente:	Sebastião Santos de Souza				
Cargo:	2º Tesoureiro	Tit. Eleitor:	0026 5291 1295		
RG:	119 319 6 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	568 222 864 - 20
Endereço:	Rua Honorato Araújo Filho, 136, Bairro do Nordeste II				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>Sebastião Santos de Souza</i>				

Nome do dirigente:	José Maurício Evaristo da Silva				
Cargo:	Diretor de Esporte e Cultura	Tit. Eleitor:	0152 0109 1201		
RG:	239 377 9	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	675 415 694 - 53
Endereço:	Rua Celina Pinto, 634, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>José Maurício Evaristo da Silva</i>				

Nome do dirigente:	José Alberto de Lima				
Cargo:	Diretor Social	Tit. Eleitor:	0276 9118 1279		
RG:	147 504 9 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	752 297 814 - 91
Endereço:	Rua Rosil Guedes, 200, Bairro do Nordeste I				
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP:	58200 000
Assinatura:	<i>José Alberto de Lima</i>				

Nome do dirigente:	Maria Gomes dos Santos				
Cargo:	Diretora para Assuntos de Moradia	Tit. Eleitor:	0027 2359 1201		
RG:	113 257 2 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF:	690 441 634 - 34
Endereço:	Rua Osvaldo Soares, 53, Bairro do Nordeste I				
Município:	<i>Maria Gomes dos Santos</i>	UF:		CEP:	



	Guarabira	:	P B		58200 000
Assinatura:	<i>x Josias Guedes da Silva</i>				

### REPRESENTANTES DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Nome do Representante:		Josias Guedes da Silva			
Tit. Eleitor:		0168 3357 1201			
RG:	151 622 4 2ª Via	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF	58200 000
Endereço:		Rua José Américo de Almeida, 580, Bairro do Nordeste II			
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP	58200 000
Assinatura:		<i>x Josias Guedes da Silva</i>			

Nome do Representante:		Ricardo Virgínio dos Santos			
Tit. Eleitor:		0972 9502 0370			
RG:	117 3673 9	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF	077 904 107 - 09
Endereço:		Rua Celina Pinto, 580, Bairro do Nordeste I			
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP	58200 000
Assinatura:		<i>x Ricardo Virgínio dos Santos</i>			

Nome do Representante:		Adriana Maria dos Santos			
Tit. Eleitor:		0276 9369 1244			
RG:	270 215 2	Órgão Emissor:	SSP/PB	CPF	040 546 404 - 51
Endereço:		Rua Paraná, 289, Bairro do Nordeste I			
Município:	Guarabira	UF:	PB	CEP	58200 000
Assinatura:		<i>x Adriana Maria dos Santos</i>			

Guarabira/PB, 28 de Agosto de 2018.



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO  
NORDESTE – AMARBN** – *Fundada em 25 de outubro de 1987 -*

*Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000*

**CNPJ 08.582.678/0001-31**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **Maria Valdilene Alves Martins Rolim**, brasileira, casada, CPF nº 804.776.154-49, RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB, residente à Rua Rosil Guedes, 109, Bairro do Nordeste I, Guarabira/PB, Presidente da **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I – AMARBN**, declaro, para os devidos fins de prova, que a emissora comunitária Nordeste FM, utilizando a frequência 104,9 MHz, localizada na Rua Severino Paiva Resende, nº 234, Bairro do Nordeste I – Guarabira/PB, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constante da respectiva licença de funcionamento da estação, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pela Portaria nº 737, de 23 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2006, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 400/2007, publicado no Diário Oficial da União de 24 de Dezembro de 2007.

Guarabira/PB, 31 de agosto de 2018

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49

RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 - CNPJ 08.582.678/0001-31  
Rua Celina Pinto. 637. B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000

Guarabira (PB), 06 de setembro de 2017

Ofício 005/2018 - AMARBN

Ao

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Secretária de Radiodifusão

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

CEP. 70044-900 / Brasília - DF

**Assunto: Solicitação de prorrogação para enviar o regimento da entidade atualizado**

Prezado senhor,

Desde a ciência da Nota Técnica nº 16632/2018/SEI-MCTIC encaminhada a nossa instituição, vimos da melhor forma possível tentando cumprir as exigências e o prazo estabelecido por este Ministério, com o objetivo de garantir a outorga de nossa emissora que conseguimos com tanto trabalho e esforço de 1987, e não seria agora por total irresponsabilidade nossa, que deixaríamos de cumprir as exigências do Ministério e perder o que temos de mais valioso em nossa comunidade através de nossa entidade.

Conforme o exigido pela Nota Técnica, enviamos para sua apreciação o **Requerimento** (Art. 130, § 1º, inciso I), **Estatuto Social** (Art. 130, § 1º, inciso I), **CPF dos Dirigentes** (Art. 130, § 1º, inciso IV), **Declaração** (Art. 130 § 1º, inciso VI) e **Certidões Negativas** (Art. 130, § 6º, inciso VI)

Quanto ao Estatuto adequado a Portaria, vimos de forma humilde, solicitar a compreensão deste Ministério no sentido de prorrogar o prazo para conseguimos realizar esta adequação.

O motivo qual nos força a pedir esta prorrogação é a falta de pessoas qualificadas para nos auxiliar na elaboração não só da parte exigida pela portaria, mas também em outras partes do nosso estatuto.

Quero também ressaltar que nossa representante legal, a Senhora Maria Valdilene Alves Martins Rolim, que cuidava zelosamente de seu genitor, sofreu com o inesperado falecimento do mesmo, no último dia 02 de setembro do corrente ano (Cópia da certidão de óbito anexo) e que não só a ausência da representante, mas também o abalo emocional da

mesma pela perda de seu genitor, provocou desconcentração do trabalho em equipe, que estávamos concentrados a cumprir a determinação Técnica deste Ministério.

Desde já, pedimos nossas sinceras e humildes desculpas pelo estouro do prazo e esperamos a compreensão de Vossa Senhoria em nos conceder a prorrogação por período idêntico.

Por fim reafirmamos o nosso compromisso de cumprir rigorosamente as exigências e a prorrogação de prazo, pois esta emissora é de suma importância em nossa comunidade, e a mesma tem prestado relevantes serviços à população do Bairro do Nordeste I e não podemos vim a perder.

Atenciosamente,



Cicero Gonçalves de Pontes

VICE-PRESIDENTE





Autentico a presente copia, reprodução fiel do original  
apresentado. Em testemunho da verdade.  
Guarabira-PB 04/09/2018 16:33:35  
Wilson de Freitas Santos - Tabelião Substituto  
[2018-009687] EMPL:R\$ 2,37 FAREN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,44  
SELO DIGITAL: AHJ74125-TOPB  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>

Cartório de Registro Civil  
Guarabira - PB  
Fone: (83) 3271-2090

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Óbito

NOME:

**João Felix Martins**

CPF

**928.168.514-00**

MATRÍCULA:

**0725610155 2018 4 00024 236 0018246 10**

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
masculino		viúvo, 94 anos
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Guarabira-PB	RG nº: 421145 SSP-PB	— NÃO INFORMADO —

**FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA**

Antonio Felix Martins e Silvina Maria Martins. Residia na(o) Rua Rosil Guedes, nº 109, Bairro Nordeste I, no município de Guarabira-PB

**DATA E HORA DE FALECIMENTO**

dois de setembro de dois mil e dezoito - 06:40

DIA MÊS ANO  
02 09 2018

**LOCAL DO FALECIMENTO**

Em domicílio: Rua Rosil Guedes, nº 109, Bairro Nordeste I, nesta cidade no município de Guarabira-PB

**CAUSA DA MORTE**

Indeterminada

**SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO**

Cemitério Bom Jesus, nesta cidade

**DECLARANTE**

Maria Valdilene Alves Martins Rolim

**NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO**

Doutor Aluisio Paredes - CRM: 1600

**OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES**

Registro lavrado em 03/09/2018, no Livro C-00024, Nº 18246, folha 236-V. Foi apresentada a Declaração de Óbito nº 258935170. O extinto é viúvo de Maria Alves Martins, deixa filhos. Não deixou bens.



SERVIÇO REGISTRAL DE PESSOAS NATURAIS

- Guarabira - Paraíba

**Sebastiana P. da Costa e Souza**

TITULAR

**Mario Flávio da Costa e Souza**

SUBSTITUTO

**Maria de Fátima P. da Costa**

ESCREVENTE

Cartório do Registro Civil Evanildo da Costa

Sebastiana Pereira da Costa e Souza

Guarabira-PB

Rua Osório de Aquino, 131, centro Guarabira-PB - CEP 5820000 Fone:  
32711339 E-mail: rcpn.evaristocosta@gmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fe.

Guarabira-PB, 3 de Setembro de 2018

Sebastiana Pereira da Costa e Souza  
Oficial do Registro Civil

Selo Digital: **AGY69372-90JB**

Consulte a autenticidade em: <https://selodigital.tpb.jus.br>



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**

Inscrição: **018094521201**

Zona: 010

Seção: 0054

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 13/11/1970

Domicílio desde: 30/07/1989

Filiação: MARIA ALVES MARTINS  
JOAO FELIX MARTINS

Certidão emitida às 18:45 de 23/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**UWXS.SXWA.SYJE.AQB6**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210154/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**, CPF/CNPJ N° **804.776.154-49**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:22:31.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-0831-2



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **CICERO GONCALVES DE PONTES**

Inscrição: **002735401279**

Zona: 047

Seção: 0146

Município: 19151 - ARACAGI

UF: PB

Data de Nascimento: 12/07/1960

Domicílio desde: 21/05/1992

Filiação: **MARIA GONCALVES BEZERRA**  
**RAUL FELIPE DE PONTES**

Certidão emitida às 19:10 de 26/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**F6RE.GYPD.JDWR.HTNC**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210155/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **CICERO GONÇALVES DE PONTES**, CPF/CNPJ N° **486.714.284-00**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:23:38.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-0833-9

PAULO BARBOSA DA SILVA  
RUA PADRE INACIO DE ALMEIDA, S/Nº 1 ANDAR - CENTRO  
GUARABIRA / PB CEP: 55200000 (AG 22)

Emissão: 14/06/2018 Referência: Jun / 2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 7 - 22 - 75 - 4093 NP medidor: 00008650526

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 08.095.163/0001-43 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº007.994.943  
Cód. para Deb. Automático: 00016952830

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jun / 2018	14/06/2018	16/07/2018	7593872491 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1695283-0

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
15/05/18	4752	14/06/18	4859	1	107	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa	Valor	Base Calc.	Alíq.	Valor	Base Calc.	Pot	Cofins
				Total (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS	Pot (Cofins) (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS (R\$)
0001	Consumo em kWh	107,000	0,727880	77,88	77,88	27	21,02	77,88	0,70	3,23
0801	Adic. B. Amarela			0,83	0,83	27	0,22	0,83	0,01	0,03
0801	Adic. B. Vermelha			3,67	3,67	27	0,99	3,67	0,03	0,16
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA			8,52	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 04/2018			0,08	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 04/2018			1,87	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 93,93 82,38 22,24 82,38 0,74 3,41

Média últimos meses (kWh)  
118

VENCIMENTO  
16/07/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 93,83

Histórico de Consumo (kWh)

23	98	115	126	132	140	142	121	110	143	128	125
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18

RESERVADO d178.bb9e.6c14.6595.ed3a.8b02.83d8.e93d.

#### Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	6,9	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	11,82		
DIC ANUAL	23,64		
FIC MENSAL	3,48	0,00	CONTRATADA 232
FIC TRIMESTRAL	8,97		LIMITE INFERIOR 231
FIC ANUAL	12,95		
DMIC	3,48	0,00	
DICRI	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PB	19,47	20,75
Compra de Energia	28,15	30,00
Serviço de Transmissão	2,98	3,18
Encargos Setoriais	5,39	5,74
Impostos Diretos e Encargos	37,94	40,33
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	93,83	100,00

Valor do EUGD (Ref. 4/2018) R\$ 33,82

ATENÇÃO

Faturas em atraso





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **MARIA DA LUZ DA SILVA SANTOS**

Inscrição: **033926271210**

Zona: 010

Seção: 0235

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 16/11/1985

Domicílio desde: 12/07/2007

Filiação: NEUSA MARIA DOS SANTOS  
JOSÉ NOBERTO DA SILVA

Certidão emitida às 20:08 de 22/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**GQXS.ODOG.NY86.XZ8L**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210156/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **MARIA DA LUZ DA SILVA SANTOS**, CPF/CNPJ N° **061.791.604-73**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:24:53.

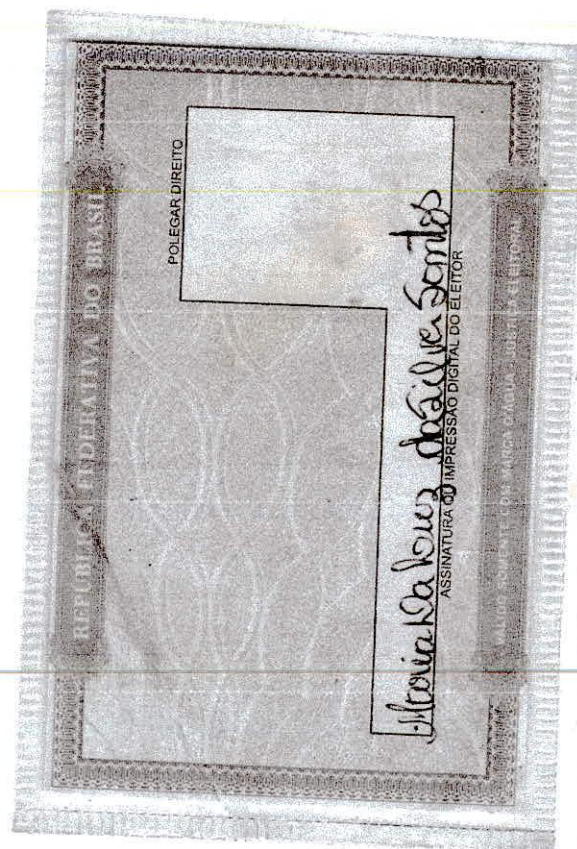
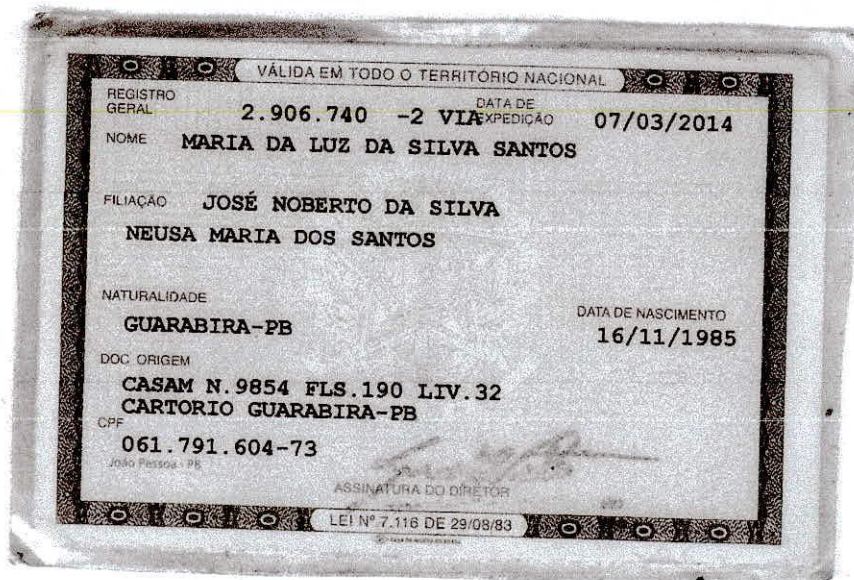
Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-0834-7







LUCILENE BELARMINO DA SILVA  
RUA CARMELO GUEDES, 284 - NORDESTE  
GUARABIRA / PB CEP: 59200000 (AG 22)  
Emissão: 17/09/2018 Referência: Ago / 2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO E1220, Km 25 - Cristo Redentor, João Pessoa / PB - CEP: 58071-690  
Roteiro: 2-22-105-7895 Nº medidor: 00001125863

**energisa**  
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 09.096.163/0001-40 Insc. Est: 16.015.322-0  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 011 067 198  
Cód. para Deb. Automático: 00002988962

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Ago / 2018	17/08/2018	17/09/2018	961.714.840-4 Insc. Est.

**UC (Unidade Consumidora): 5/298896-2**

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE fornecida pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
16/07/18	14136	17/08/18	14196	1	60	30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa d/	Valor Base Calc.	Alto	ICMS(R\$)	Base Calc.	Pis(R\$)	Cofins(R\$)
CC	Descrição								
Tributos Totais(R\$): ICMS(R\$) ICMS									
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,245940	7,37	7,37	26	1,64	7,37	0,08
0601	Consumo > 31 a 100kWh-BR	30,000	0,421610	12,64	12,64	26	3,16	12,64	0,14
0601	Adic. B. Vermelha			2,06	2,06	26	0,51	2,06	0,02
0610	Subsídio			25,33	25,33	26	6,34	25,33	0,27
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			6,80	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-17,48	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CC: Código de Classificação do Item: TOTAL 36,74 47,40 11,95 47,40 0,51 2,36

Média últimos meses (kWh) **VENCIMENTO 24/08/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 36,74**

Histórico de Consumo (kWh)

60	61	66	60	60	73	64	71	82	73	93	65
Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18

30b2.7f1a.7dfa.beaf.35d6.3b8f.b228.2121.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL			NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	11,82	0,00		
DIC ANUAL	23,24			
FIC MENSAL	3,49	0,00	CONTRATADA	202
FIC TRIMESTRAL	6,97		LIMITE INFERIOR	231
FIC ANUAL	13,95		LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	3,46	0,00		
DIORI	12,22			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia - PB	5,28	14,41
Compra de Energia	7,56	20,62
Serviço de Transmissão	0,81	2,20
Encargos Setoriais	1,47	3,99
Impostos Diretos e Encargos	21,52	58,57
Outros Serviços	3,00	8,16
<b>Total</b>	<b>36,74</b>	<b>100,00</b>

Valores EUSD (Ref: 6/2018) R\$ 7,71

**ATENÇÃO**

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) emitida(s) relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 01/09/2018. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. - Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$17,48

**Faturas em atraso**

Jul/18 42,58

PARA:BA

Roteiro: 2-22-105-7895  
Matrícula: 298396-2018-08-5

**VENCIMENTO 24/08/2018**

**TOTAL A PAGAR R\$ 36,74**

83690000000-8 36740054000-4 02988962018-2 08500022019-5







**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **EDINALVA OLIVEIRA SOUZA**

Inscrição: **025767541228**

Zona: 010

Seção: 0063

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 15/09/1978

Domicílio desde: 20/03/1996

Filiação: ANTONIA JOAO DA SILVA  
JOAO ELOI DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 18:53 de 23/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**OSFI.ZPCD.GAVN.VLP6**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210157/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **EDINALVA OLIVEIRA SOUZA**, CPF/CNPJ N° 036.841.604-66 . Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:25:52.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-0835-5





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS**

Inscrição: **026741881210**

Zona: 011

Seção: 0102

Município: 20052 - CUITEGI

UF: PB

Data de Nascimento: 07/11/1979

Domicílio desde: 31/03/1998

Filiação: MARIA JOSE LEANDRO  
PEDRO DAMASIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 18:50 de 14/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**UNXT.TS+R.NIC6.AA7Y**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**202300/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **057.559.204-43**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:09:45.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

**8-2137-0287-5**





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA**

Inscrição: **002652911295**

Zona: 010

Seção: 0057

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 08/06/1968

Domicílio desde: 15/04/1986

Filiação: **MARIA DO CARMO SANTOS DE SOUZA**  
**MANOEL ANTONIO DE SOUZA**

Certidão emitida às 18:58 de 23/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**UEXA.REV/.J42X.YRCI**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210158/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **SEBASTIÃO SANTOS DE SOUZA**, CPF/CNPJ N° **568.222.864-20**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:26:56.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
**8-2138-0836-3**







**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA**

Inscrição: **015201091201**

Zona: 010

Seção: 0086

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 19/09/1969

Domicílio desde: 30/06/1988

Filiação: **MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO**  
**MANOEL EVARISTO DA SILVA**

Certidão emitida às 19:48 de 23/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**4F1Z.BHYD.SAME.EBVØ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 42080422018

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA**, nacionalidade BRASIL, filho(a) de MANOEL EVARISTO DA SILVA e MARIA FRANCISCA DA SILVA, natural de GUARABIRA/PB, documento de identificação 2393779 SPP/PB, CPF 675.415.694-53.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:23 de 17/08/2018



42080422018



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **JOSÉ ALBERTO DE LIMA**

Inscrição: **027691181279**

Zona: 010

Seção: 0087

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 26/02/1971

Domicílio desde: 06/05/1998

Filiação: JOSEFA RITA DE LIMA  
JOÃO PAULO DE LIMA

Certidão emitida às 13:04 de 26/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**D/I5.M+JU.6A6/.XM+P**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**211000/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **JOSÉ ALBERTO DE LIMA**, CPF/CNPJ N° **752.297.814-91**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 18:14:31.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-2008-8

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.475.049 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 27/06/2013

NOME JOSÉ ALBERTO DE LIMA

FILIAÇÃO JOÃO PAULO DE LIMA  
JOSEFA RITA DE LIMA

NATURALIDADE GUARABIRA-PB DATA DE NASCIMENTO 26/02/1971

DOC ORIGEM

NASC.N.50792 FLS.18 LIV.93  
CARTORIO GUARABIRA-PB

752.297.814-91

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

344  
572

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL V-02  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA P-062  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

*João Alberto de Lima*  
ASSINATURA DO TITULAR

CAPIEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR JOSE ALBERTO DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO 26/02/1971 Nº 010 0087

Nº 0276 8118 1279

DATA DE EMISSÃO 28/01/2015

MUNICÍPIO GUARABIRA/PB

JUIZ ELEITORAL

BIOMÉTRICA

IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA



JOSE ALBERTO DE LIMA  
RUA ROSA L. GUEDES, 208 - NORDESTE I  
GUARABIRA / PB CEP: 58200-000 (RG: 22)

Emissão: 16/01/2018 Referência: Jan / 2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br220, Air 25 - Oneto Repetidor: João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 9-22-111-315 Nº medidor: 00000258637

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
ONFJ091095133(000143) Ins. Est 16.015.828-0

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº000.684.977  
Cód. para Deb. Automático: 00004299533

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 085 0196 Aceso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI  
Jan / 2018 16/01/2018 15/02/2018 75229781491

UC (Unidade Consumidora): 5/429953-3

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE lançada pelo Lei nº 10.439, de 20 de abril de 2002  
- Compartilhe sua energia conosco também nas redes sociais. Estamos presentes no Facebook, com @energisa e no Twitter (@energisa), sempre que precisar da gente. Queremos estar sempre próximos!

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 18/12/17	Leitura 30881	Data 18/01/18	Leitura 30893	
				21

#### Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)	Valor Base (R\$)
0601 Consumo até 50kV Un-EP	30.000	0.179950	5.39	0.00	0.00	5.39	0.05	0.25
0601 Adc. B. Vermelha			0.14	0.00	0.00	0.14	0.00	0.01
0610 Susc. Idc			10.64	0.00	0.00	10.64	0.11	0.51
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0804 JUROS DE MOROS 12/2017			0.01	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
0805 MULTA 12/2017			0.12	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
0906 Devolução Substituição			-10.03	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

CCI Códigos de Classificação do Item TOTAL 6.27 0.00 0.00 16.17 0.16 0.77

Média últimos meses (kWh) 62 VENCIMENTO 23/01/2018 TOTAL A PAGAR R\$ 6,27

#### Histórico de Consumo (kWh)

0	30	60	90	120	150	180	210	240	270	300
Dez/17	Nov/17	Out/17	Sep/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17

RESERVADO AO USUÁRIO 643d.d5f9.dc57.4b34.a7ec.35d6.a33a.3df8.

#### Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	1.00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	1.00	NOMINAL
DIC ANUAL	1.00	NOMINAL
DIC MENSAL	1.00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	1.00	NOMINAL
DIC ANUAL	1.00	NOMINAL
DIC MENSAL	1.00	NOMINAL
DIC TRIMESTRAL	1.00	NOMINAL
DIC ANUAL	1.00	NOMINAL

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia / PB	0.00	0.00
Comércio de Energia	0.00	0.00
Serviços de Transmissão	0.00	0.00
Serviços de Distribuição	0.00	0.00
Serviços de Manutenção	0.00	0.00
Serviços de Engenharia	0.00	0.00
Serviços de Outros	0.00	0.00
Total	6.27	100.00

Valor do EUSD (Ref. 11/2017) R\$ 0.67

#### ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada com o valor de R\$ 6,27, tendo um desconto de R\$ 0,00.  
- Leitura confirmada

#### Faturas em atraso

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
DI PARLAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME  
JOSE ALBERTO DE LIMA

DOC IDENTIDADE ORG EMISSOR UF  
1475049 SSP PB

CPF  
752.297.814-91

DATA NASCIMENTO  
26/02/1971

FILIAÇÃO  
JOAO PAULO DE LIMA  
JOSEFA RITA DE LIMA

PERMISSÃO  
ACC  
CAT HAB  
AB

Nº REGISTRO  
011-5122145

VALIDADE  
16/01/2018

1ª HABILITACAO  
16/01/1990

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
GUARABIRA, PB

DATA EMISSAO  
03/08/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

PARAIBA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
IDENTIFICACAO BIOMETRICA

TITULO ELEITORAL

JOSE ALBERTO DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO  
26/02/1971

Nº REGISTRO  
0276 9116 1279

DATA DE EMISSAO  
26/02/2015

MUNICIPIO - UF  
GUARABIRA/PB

VALIDO SEMPRE PARA USO EM TUDO QUE EXIGIR IDENTIFICACAO





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **MARIA GOMES DOS SANTOS**

Inscrição: **002723591201**

Zona: 010

Seção: 0181

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 24/05/1957

Domicílio desde: 27/06/1997

Filiação: ALAIDE GOMES DOS SANTOS  
JOAO ANTONIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 20:03 de 22/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**CS6H.OP8W.UM8A.X3RØ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210691/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **MARIA GOMES DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **690.441.634-34**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 13:35:10.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2138-1586-6





MARIA GOMES DOS SANTOS  
RUA OSVALDO SOARES, 53 - NORDESTE  
GUARABIRA / PB CEP: 56200000 (AG 22)

Emissão: 18/07/2018 Referência: Jul/2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/BANCA RENDA MONOFAS COBR230, Km 25 - Centro Repartição João Pessoa / PB - CEP 54074-690  
Roteiro: 9-22-106-2510 Nº medidor: 00000165348

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.065.100/0001-40 Insc. Est. 16.015.639-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 0002989317  
Cód. par. Dth. Automático: 00002989317

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Jul/2018 Apresentação 18/07/2018 Data prevista da próxima leitura 17/08/2018 CPF/CNPJ/RANI 690.441.634-34 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/298931-7

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE forçada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
18/06/18	30035	18/07/18	30103		68	30
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Valor	Base Calc	Pot	Cofine
0801	Consumo em 30 kWh/BR	30,000	0,245840	7,37	7,37	0,07
0801	Consumo em 31 a 100 kWh/BR	68,000	0,421910	28,87	28,87	0,31
0801	Adic. B. Vermeia		3,71	3,71	0,04	0,10
0810	Subsídio		37,89	37,89	0,41	1,88
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA		9,18	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 04/2018		1,24	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 04/2018		1,28	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 04/2018		1,56	0,00	0,00	0,00
0808	Devolução Subsídio		-35,98	0,00	0,00	0,00
CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	63,70	77,44	19,35	77,44

Média últimos meses (kWh)  
113

VENCIMENTO  
25/07/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 63,70

Histórico de Consumo (kWh)

112 | 108 | 109 | 105 | 114 | 108 | 132 | 124 | 128 | 121 | 35 | 102  
Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18 | Abr/18 | Mai/18 | Jun/18

RESERVADO 99e2 d961 db51 312e 3455 aa17 2cc9 5737

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	11,82	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	23,64		
DIC ANUAL	34,45	0,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 200
DIC MENSAL	11,82		LIMITE SUPERIOR 237
DIC TRIMESTRAL	23,64		
DIC ANUAL	34,45		

Valor do EUSD (Ref. 5/2018) R\$ 12,63

**ATENÇÃO**  
REAVISO: Caso as faturas de energia elétrica (em atraso), o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 02/08/2018. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento dessa conta não elimina a suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam em atraso, desconsidere esta mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Sua unidade foi faturada como Banca Renda, tendo um desconto de R\$ 25,38.

Faturas em atraso  
Jun/18 62,86  
Mai/18 59,24

PARAIBA

Roteiro: 9-22-106-2510  
Matrícula: 298931-2018-07-2

VENCIMENTO  
25/07/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 63,70

83640000000-3 63700054000-4 02989312018-7 07200022019-3





# JUSTIÇA ELEITORAL

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **JOSIAS GUEDES DA SILVA**

Inscrição: **016833571201**

Zona: 010

Seção: 0259

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 17/09/1971

Domicílio desde: 30/06/1989

Filiação: SEVERINA GUEDES DA SILVA  
PEDRO DEOCLECIANO DA SILVA

Certidão emitida às 16:04 de 26/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**R1JL.B3E/.QW/U.8FEP**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210170/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **JOSIAS GUEDES DA SILVA**, CPF/CNPJ N° 798.038.574-87. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:46:32.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
8-2138-0850-9



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**

Inscrição: **097295020370**

Zona: 010

Seção: 0216

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 21/07/1977

Domicílio desde: 25/04/2004

Filiação: MARIA DA PENHA SIMPLICIO DA SILVA  
SEVERINO VIRGINIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 18:43 de 23/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**WMJD.JXCF.RVGM.ED/M**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**210153/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **077.904.107-09**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:21:00.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2138-0830-4



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Nome Civil: **ADRIANA MARIA DOS SANTOS**

Inscrição: **027693691244**

Zona: 010

Seção: 0211

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de Nascimento: 05/10/1981

Domicílio desde: 04/05/1998

Filiação: MARIA JOSE DE OLIVEIRA  
ABEL JOAQUIM DOS SANTOS

Certidão emitida às 18:55 de 14/08/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código:

**YHZY.YEZK.FW72.DO9N**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**202302/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza CRIMINAL contra **ADRIANA MARIA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **040.546.404-51**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 14 (quatorze) dias do mês de Agosto de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:12:47.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

**8-2137-0289-1**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
 FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I**  
**CNPJ: 08.582.678/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:45:37 do dia 06/09/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/03/2019.

Código de controle da certidão: **62CA.DC42.B398.F0A0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndConjuntaInter/EmiteCerti...> 06/09/2018





Oficina 54 da Assembleia Geral da Associação dos Agricultores Rurais do Bairro do Norte (AMARBON). Aos dezesseis (16) dias do mês de agosto de mil e oitocentos e oitenta e oito (1908), às quinze (15) horas, na sede da AMARBON, situada à Rua Celina Pinto, seiscentos e trinta e sete (637), no Bairro do Nordeste I, Guarabira reuniram-se a Diretoria Executiva, Representantes Conselho e demais sócios da AMARBON, para tratar seguintes assuntos: 1) Substituir a 1ª Secretária Célia da Silva Gomes, devido sua justificada impossibilidade de tempo para atuar na associação; 2) Eleger o(a) Diretor(a) Social e o(a) Diretor(a) para assuntos de moradia; 3) Informar sobre a necessidade de atualizar o estatuto social da AMARBON de acordo com as novas adequações jurídicas. Tratada a existência de quórum, a senhora Valdilene Alves Martins Polim, inicia a sessão tratando inicialmente da necessidade de substituir a 1ª Secretária, pois a mesma não está podendo exercer sua função por falta de tempo. A assembleia indica e aprova a senhora Maria Daluz da Sil Santos, ficando assim aceite por ela e aceite pela assembleia para que ela passe a ser a 1ª Secretária da AMARBON. O segundo ponto é sobre eleição dos Diretores de Moradia e Social. A assembleia indicou e aprovou o senhor José Al de Lima, como Diretor Social e a senhora Maria Gomes dos Santos, como Diretora para assuntos Moradia. Ambos aceitaram e a assembleia os elegeu. Continuando, a senhora Presidente informou que o estatuto social da AMARBON precisa ser atualizado de acordo com adequações jurídicas necessárias na atualidade e discutimos e aprovaremos o, mais breve possível.

GRAFSET



atualizações. Tudo acertado e nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerra a assembleia às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Eu, Adriana Maria dos Santos, Representante do Conselho Fiscal, me sirvo de secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Guarabira PB, dezesseis de agosto de dois mil e dezeto.

x Maria Valdira Alves Martins Rolim  
(Presidente - CPF 804 446 154-49)

x Cleo Gomes de Pontes  
(Vice-Presidente - CPF 486 414 284-00)

x Maria Vaneza da Silva Santos  
(1ª Secretária - CPF 061 791 604-73)

x Edinara Oliveira Souza  
(2ª Secretária - CPF 036 841 604-66)

x Fernando Gomes dos Santos  
(1º Tesoureiro - CPF 054 559 204-43)

x Eustácio Santos da Souza  
(2º Tesoureiro - CPF 568 222 864-20)

x Fri Maurício Gacete do Lillo  
(Diretor de Esporte e Cultura - CPF 645 415 694-53)

x Adilson de Souza  
(Diretor Social - CPF 752 297 814-91)

x Maria Gorete da Silva  
(Diretora para assuntos de Moradia - CPF

x Gerson Guedes da Silva  
(Representante do conselho) CPF 798 038 544-84

x Ricardo Virgílio dos Santos  
(Representante do conselho) CPF 074 904 104-09

x Adriana Maria dos Santos  
(Representante do conselho) CPF 040 546 404-51)

Demais presentes: Elza Lúcia de Sousa, Diriam  
Guedes de Sousa, Maria de Fátima Francisca da Silva,





7 - OFICINA de Notas  
FONE 3271 1257  
Guaratinga PB  
SERVIÇO JARIAL E REGISTRAL

DE SALES  
Notas  
1251  
PB  
REGISTRAR

Apresentação do.doc. requeri. de Renovação de Outorga. (3373186) SEI 01250.056186/2018-18 / pg. 44



**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações**  
Secretária de Radiodifusão  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
  
70044-900 Brasília-DF





**Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste –  
AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31**  
Representante Legal: Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
*Rua Rosil Guedes, nº109, B. Nordeste I – Guarabira-PB – 58200 000*

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

## GABINETE DO MINISTRO / CGGM

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	COCCT	SEPED	DAD	CGRL
AGME	CONCEA	SEPOD	DGE	DIMAP
ASCOM	CTNBio	<b>SERAD</b>	DGV	
ASPAR	OUVID	SETEC	DPO	
ASSIN	CONJUR	SETEL	DTI	
CERIM	SEXEC	SEPRG	CGGP	

DEMANDA:		
Acompanhar	Examinar e elaborar minuta de decisão/resposta	Tomar ciência e arquivar
Emitir manifestação	<b>Examinar e adotar providências de praxe</b>	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Parecer	Responder ao requerente/interessado c/c para o GM	

OBSERVAÇÃO:
<b>(ProtGab N° 4527/2018)</b>



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio de Barros Trannin, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 18/09/2018, às 11:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3373526** e o código CRC **37EF5D34**.





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 01250.056186/2018-18**

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 18/09/2018, às 16:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3375733** e o código CRC **D6C696A6**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

---

**Referência:** Processo nº 01250.056186/2018-18

SEI nº 3375733



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

**DESPACHO INTERNO**

**Processo nº: 01250.056186/2018-18**

**Referência: Apresentação do. doc. requeri. de Renovação de Outorga. (3373186)**

**Interessado: Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste**

**Assunto: Renovação de Outorga - Rádio Comunitária**

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para exame e providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 19/09/2018, às 07:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3377279** e o código CRC **42B92663**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.056186/2018-18

SEI nº 3377279



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800266883**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA**  
**CPF: 675.415.694-53**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço **<http://www.jfjb.jus.br>** por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 24/09/2018 15:26:59  
Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900  
Fone: (83) 2108-4011





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I**  
**CNPJ: 08.582.678/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:16:33 do dia 24/09/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/03/2019.

Código de controle da certidão: **2632.8168.FE03.146B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 37977/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste (CNPJ nº 08.582.678/0001-31)

**Rua: Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I**

**CEP: 58200.000 - Guarabira/PB.**

Assunto: **Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 16632/2018/SEI-MCTIC (evento SEI 3191052), em especial quanto a reformulação do Estatuto Social, "assegurando, expressamente o ingresso gratuito, de pessoas físicas e jurídicas como associado e determinando que não será feita a distribuição de bônus ou eventuais sobras de receitas entre os associados", informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015, haja vista que as justificativas apresentadas pela entidade devem ser levadas em consideração, conforme aponta o Proc: 01250.056186/2018-18, evento SEI 3373186. **A entidade deverá incluir ainda os seguintes documentos:**

**Certidões Cível, Criminal e Eleitoral da Justiça Estadual, relativos a todos os diretores.**

2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).



4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html)

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/10/2018, às 17:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3395998** e o código CRC **487041F8**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 37977/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 3395998

AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 37977/2018/SEI-MCTIC, 01/10/2018

01250.003146/2017-84

MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro  
do Nordeste

Rua Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I

58200.000 Guarabira / PB

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Maria Valdilene Alves Martins

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

11/10/18

CARUBO DE EMPRESA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATIONNº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENTLuan Augusto da Silva  
Mat 8.478.867-4  
Agente dos Correios - Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS GN07

AR

( CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO )

JU 08348318 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

05 OUT 2018

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.

70.044-900, Brasília - DF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 - CNPJ 08.582.678/0001-31  
Rua Rosil Guedes, 109. B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000

Guarabira (PB), 09 de novembro de 2018

Ofício 006/2018 - AMARBN


Ao  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações  
Secretária de Radiodifusão  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar  
CEP. 70044-900 / Brasília - DF

Assunto: **Envio de documentos relativos ao processo nº 01250.003146/2017-84 e em resposta ao ofício nº 37977/2018/SEI-MCTIC.**

Prezado senhor,

Em cumprimento a Nota Técnica nº 16632/2018/SEI-MCTIC, estamos enviando a **cópia do Estatuto Social** da nossa entidade, atualizado conforme o exigido. Enviamos também as **Certidões Cível, Criminal e Eleitoral da Justiça Estadual**, relativo a todos os diretores, como solicitado.

Atenciosamente,

  
Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
PRESIDENTE

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 19/11/18 às 14:00 horas

Assinatura: Poncção



**AMARBN****Associação dos Moradores e Agricultores Rurais  
do Bairro do Nordeste I – AMARBN**

Fundada em 25 de outubro de 1987 – CNPJ: 08.582.678/0001-31

Rua Celina Pinto, 637- Bairro do Nordeste I

Guarabira / Paraíba – CEP 58200 000

## ESTATUTO SOCIAL

Reformado em 04/11/2018



Fundada em 25 de outubro de 1987 – CNPJ: 08.582.678/0001-31

Rua Celina Pinto, 637- Bairro do Nordeste I

Guarabira / Paraíba – CEP 58200 000

- *Atendendo ao disposto do Novo Código Civil – Lei 10.406/2.002 e Lei nº 11.127, de 2005 (Artigos: 53 a 61). A Associação nomeou uma Comissão para realizar o estudo e Reforma do Estatuto desta entidade, com a finalidade de adequá-lo ao Código Civil, que, após ouvir exposições dos membros desta Instituição, promoveu reuniões e Assembleia Extraordinária, onde foi aprovado o novo texto do referido Estatuto Social.*

## **CAPÍTULO I**

### **DA DENOMINAÇÃO, DOS FINS, DA SEDE E DO FORO JURÍDICO**

**Art. 1º** – A **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**, no município de Guarabira, estado da Paraíba, **constituída em 25 de outubro de 1987**, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos e duração por tempo indeterminado, de caráter promocional e social, sem cunho político ou partidário, com sede e foro jurídico na Comarca de Guarabira, estado da Paraíba, com a finalidade de atender a todos os associados, regendo-se pela legislação em vigor e pelas disposições do presente Estatuto Social.



  
**BRUNO AUGUSTO DERIU**  
Guarabira/PB 19.722



**Art. 2º – Objetivos gerais da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:**

- I – Promover a união e a solidariedade entre os moradores e agricultores do município de Guarabira, particularmente, do bairro do Nordeste I;
- II – Discutir e encaminhar soluções para os problemas sociais do município de Guarabira, particularmente, do Bairro do Nordeste I;
- III – Atuar na luta dos moradores e agricultores em prol de melhores condições de moradia, educação, saúde, segurança, lazer, arte e cultura e geração de emprego e renda;
- IV – Lutar contra qualquer tipo de discriminação, seja de origem social, político-partidário, etnia, gênero ou credo religioso;
- V – Fortalecer os princípios democráticos e de cidadania, respeitando as decisões da maioria;
- VI – Promover ações de desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar;
- VII – A execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§ 1º – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 2º – *Para alcançar seus objetivos, a Associação poderá firmar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, filiar-se a outras Organização não Governamental, sem perder sua individualidade e poder de decisão.*

## **CAPÍTULO II**

### **DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS**

**Art. 3º – A Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**, contará com um número ilimitado de associados, podendo ser admitidos somente maiores de 16 (dezesesseis) anos, com residência no município de Guarabira/PB, e que cumpra as exigências deste Estatuto.

**Parágrafo Único** – Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

**Art. 4º – O Quadro Social será constituído pelas seguintes categorias:**

- I – Fundadores – Os associados que ajudaram na “fundação” desta associação, de acordo com a lista de presença da data da Assembléia de Fundação;
- II – Efetivos – Os associados que forem se associando de acordo com as normas deste Estatuto;



*[Handwritten signature]*  
**AUGUSTO DERIU**  
OAB/PB 19.722



III – Benemérito – Ao Associado Fundador: **Francisco de Araújo do Nascimento Filho, conhecido por “Seu Tito”.**

**Parágrafo Único** – A qualidade de associado é de caráter intransmissível.

**Art. 5º** – Ao associado é assegurado o direito de votar e ser votado, na forma da lei, bem como, participar eventualmente de reuniões da **Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**, sendo-lhes assegurado o direito de voz.

**Art. 6º – Admissão do Associado** - Para fazer parte da Associação, o interessado deverá preencher a “ficha de inscrição” e submetê-la a aprovação da Assembleia Geral, que observará os seguintes critérios:

- I – Apresentar documentos de identificação;
- II – Concordar com o presente Estatuto e expressar em sua atuação, na Entidade ou fora dela, os princípios nele defendido;
- III – Ter idoneidade moral e reputação ilibada;

**Parágrafo Único** – Após a aprovação em Assembleia Geral, o associado receberá uma “Carteira de Identificação” da **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**.

**Art. 7º – Demissão do Associado** - É direito do associado demitir-se quando julgar necessário protocolando junto a Secretaria da Associação, seu pedido de demissão.

**Art. 8º – Exclusão do Associado** - Dar-se-á nas seguintes situações:

- I – Grave violação do Estatuto;
- II – Difamar a Associação, seus membros e associados;
- III – Desenvolver atividades que contrariem decisões da Assembleia;
- IV – Apresentar conduta censurável;
- V – Pratique atos ilícitos ou imorais.

§ 1º – O associado que não participar das reuniões ou Assembleias e deixar de pagar suas mensalidades por um período igual ou superior a seis (06) meses, terá seu cadastro suspenso, podendo regularizar a situação a qualquer tempo.

§ 2º – A perda da qualidade de associado será indicada pela Diretoria Executiva, que encaminhará à Assembleia Geral, onde caberá recurso em favor do associado, desde que o mesmo apresente interesse.

§ 3º – Caso seja suspenso, o associado será informado por escrito e a partir desse momento não poderá receber declarações, salvo, do período em que esteve regularizado, junto a Associação.



**FRANCISCO AUGUSTO DERIU**  
OAB/PB 19.728



### CAPÍTULO III

#### DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

**Art. 9º – Direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:**

- I – Tomar parte nas Assembleias Gerais, apresentando, discutindo e votando propostas;
- II – Interpelar a **Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**; diretamente, por escrito ou, em Assembleia Geral, sobre assuntos referentes administração da Associação;
- III – Frequentar a sede da Associação;
- IV – Propor a admissão de novos associados para fazer parte da **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**;
- V – Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, na forma prevista neste Estatuto, desde que esteja com suas obrigações em dia e pleno gozo de suas faculdades mentais.

**Art. 10 – Deveres dos associados:**

- I – Zelar pelo bom nome da Associação e pela aplicação do presente Estatuto;
- II – Acatar e respeitar as decisões da Assembleia Geral, bem como, da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- III – Efetuar o pagamento das mensalidades no valor de R\$ 5,00 (Cinco Reais), podendo ser reajustado em qualquer época e homologado em Assembleia Geral.
- IV – Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias dessa Associação;
- V – Comparecer por ocasião das eleições;
- VI – Votar por ocasião das eleições;
- VII – Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;
- VIII – Defender o patrimônio e os interesses da Associação;
- IX – Assumir as responsabilidades para as quais for eleito ou designado, exercendo suas atribuições com fiel observância das orientações Estatutária;
- X – Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da Associação, para que a Assembléia Geral tome as devidas providências.

### CAPÍTULO IV

#### DAS FONTES DE RECURSOS PARA SUA MANUTENÇÃO

**Art. 11 – O Patrimônio da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, será formado e mantido:**

- I – De contribuições dos associados;



  
**AUGUSTO DERIU**  
OAB/PB 19.772

- II – De subvenções diversas e possíveis juros ou aplicações;
- III – De donativos ou legados de qualquer natureza;
- IV – De rendas provenientes dos seus bens e serviços;
- V – De bens móveis e imóveis que forem adquiridos por compra ou doação.

**Parágrafo Único** – Os recursos financeiros da Associação serão destinados unicamente à consecução de seus objetivos. Não serão distribuídas bonificações, vantagens, dividendos ou remuneração entre seus associados

**Art. 12 – Do Exercício Social** – O exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da Associação, observando o disposto na legislação.

## **CAPÍTULO V**

### **DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS**

**Art. 13 – São Órgãos Deliberativos da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN:**

- I – Assembleia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal;
- IV – Conselhos de Representantes

**Art. 14 – A Assembleia Geral**, órgão soberano da Instituição, constitui-se de associados em pleno gozo de seus direitos e deveres, decidirão por maioria simples de votos dos presentes, funcionando, em primeira convocação, com maioria absoluta de seus associados e, em segunda convocação, quarenta (40) minutos após a primeira, com qualquer número de representantes, tendo como prerrogativas:

**§ 1º** – A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente e extraordinariamente sempre que houver necessidade, coordenada pelo Presidente ou pessoa por ele designada.

**§ 2º** – As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas através de Edital de Convocação e/ou Convite direto ao associado, com antecedência mínima de dez (10) dias e necessitará da participação de cinquenta por cento mais um dos associados, para deliberarem. Não havendo quórum, será repetida a convocação com o intervalo de quarenta (40) minutos, instalando-se com qualquer número de associados presentes.



  
**AUGUSTO DERIU**  
OAB/PB 19.722



**Art. 15 – Compete privativamente a Assembleia Geral:**

- I – Eleger os administradores;
- II – Eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- III – Julgar os atos da Diretoria Executiva e apreciar o parecer do Conselho Fiscal;
- IV – Admitir e excluir associados do quadro social;
- V – Examinar e deliberar sobre o balanço financeiro da Diretoria Executiva;
- VI – Discutir, apreciar e rejeitar projetos de caráter geral apresentados pela Diretoria Executiva;
- VII – Aprovar e rejeitar transações financeiras que afetem o patrimônio da associação;
- VIII – Fixar os valores e formas de contribuição financeira dos Associados;
- IX – Cassar o mandato de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e dos Conselhos Representativos, realizando na ocasião, a eleição de outro associado, para o exercício do cargo, até o término do mandato do conselheiro cassado;
- X – Deliberar sobre pedidos de apoio e/ou solidariedade direcionados a Associação;
- XI – Homologar convênios apresentados pela Diretoria Executiva;
- XII – Decidir sobre a extinção da Associação, destinando seu patrimônio a outra entidade congênere, detentora de personalidade jurídica;
- XIII – Alteração do Estatuto Social.

§ 1º – Para a validade da deliberação dos assuntos a que se referem os incisos VI, VII, XI, XII e XIII, deverá ser observado o quórum de 2/3 (dois terços) dos associados presentes com direito a voto.

§ 2º – A extinção da Associação só poderá ser decidida em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, que deverá ser observado o quórum de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

§ 3º – Somente poderão votar nas Assembleias Gerais, os associados quites com suas obrigações sociais e que esteja cadastrado no Quadro Social da Associação por um período igual ou superior a noventa (90) dias até a data das eleições.

§ 4º – Para a regularização das contribuições sociais junto à Tesouraria da Associação, o associado poderá efetuar o pagamento das mensalidades até três (03) dias antes das eleições.

**Art. 16 – A Assembleia Geral Extraordinária** será convocada, a qualquer tempo, pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados, que deliberará somente sobre os assuntos para os quais foi convocada, conforme Edital de Convocação.

**Art. 17 – As Eleições para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselhos de Representantes**, realizar-se-ão conjuntamente a cada quatro (04) anos, no mês



*[Assinatura]*  
AUGUSTO DERIV  
OAS/PB 19724



de novembro, com chapa completa de candidatos apresentada a Assembleia Geral, permitindo-se uma (01) reeleição, podendo ser secreta, através de cédulas eleitorais ou por aclamação.

§ 1º – Os candidatos que desejarem concorrer aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal poderão registrar as chapas, a partir da publicação do edital, até três (03) dias antes da data para a realização da mesma até as 17:00 horas.

§ 2º – A posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Conselho de Representantes, dar-se-á após um mês das eleições.

**Art. 18 – Da Convocação:** As eleições para Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes, serão convocadas através de Edital, especificando a natureza das eleições, local, dia e hora, afixado na sede da Associação e em outros locais públicos, com antecedência mínima de dez (10) dias da realização da mesma.

**Art. 19 –** Com antecedência mínima de três (03) dias, a Diretoria Executiva designará uma Comissão Eleitoral, constituída de três (03) associados e ou membros de outras organizações governamentais e não governamentais, não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos ao pleito, com a finalidade de:

- I – Elaborar as instruções gerais das eleições;
- II – Elaborar as cédulas;
- III – Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- IV – Assessorar no período da votação;
- V – Apurar os votos;
- VI – Anunciar o resultado da eleição;
- VII – Dar posse aos eleitos.

**Parágrafo Único** – Concluído os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão será dissolvida imediatamente, sem maiores formalidades.

## CAPÍTULO VI

### DAS CONDIÇÕES PARA A ALTERAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E PARA A DISSOLUÇÃO

**Art. 20 – Da Reforma Estatutária:** O presente Estatuto poderá ser reformado no tocante à administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral especificamente convocada para este fim, composta por associados contribuintes quites com suas obrigações sociais, nos termos da Lei.



*Augusto Deriu*  
AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.778



**Art. 21 – Da Perda do Mandato** - Perderá o mandato o membro da Diretoria Executiva que incorrer em:

- I – Incapacidade administrativa;
- II – Dilapidação do patrimônio social;
- III – Grave violação do Estatuto;
- IV – Abandono de cargo, assim considerado a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem a expressa comunicação a Diretoria da Associação;
- V – Conduta censurável.

**Parágrafo Único** – A perda do mandato será declarada pela Diretoria Executiva e homologada em Assembleia Geral, convocada somente para este fim, nos termos da Lei, onde será assegurado o amplo direito de defesa.

**Art. 22 – O pedido de renúncia** será feito por escrito, devendo ser protocolado pelo representante legal da associação, que o submeterá, dentro do prazo máximo de trinta (30) dias, à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

§ 1º – Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelo suplente.

§ 2º – Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, qualquer dos sócios poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma Comissão de cinco (05) membros, a qual administrará a Entidade e fará realizar novas eleições no prazo de trinta (30) dias, devendo os eleitos nessas condições, completarem os mandatos dos antecessores.

**Art. 23 – Da Remuneração** – Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na Associação, decorrentes dos seus mandatos.

**Art. 24 – Da Responsabilidade dos Membros:** Os membros não respondem, sequer subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

**Art. 25 – Da Dissolução:** A Associação poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados quites com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes e obedecendo aos seguintes requisitos:

- I – Em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados;
- II – Em segunda chamada, 40 (quarenta) minutos após a primeira, com o quórum dois terços dos associados presentes.



SEI 01250.068457/2018-70 / pg. 10  
AUGUSTO DERIU  
DAS/PB 19.729



**Art. 26 – Dissolvida a Associação**, todo o patrimônio líquido será destinado à Entidade de fins não econômicos, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividades preponderantes nesta cidade.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA FORMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONTAS**

**Art. 27 – A Diretoria Executiva da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**, é constituída por 06 (seis) membros, eleitos para mandato de quatro (04) anos, com a seguinte composição:

- I – Presidente, vice-presidente;
- II – Secretário, Segundo Secretário;
- III – Tesoureiro, Segundo Tesoureiro.

**Art. 28 – Compete a Diretoria Executiva:**

- I – Dirigir a Associação de acordo com o presente Estatuto;
- II – Administrar o patrimônio social, fomentando o bem geral da entidade e dos associados;
- III – Convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- IV – Observar e cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembleia Geral;
- V – Promover e incentivar a criação de Comissões com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- VI – Representar e defender os interesses de seus associados;
- VII – Elaborar o orçamento anual;
- VIII – Apresentar a Assembleia Geral, o relatório de sua gestão, bem como, prestar contas referentes ao exercício anterior;
- IX – Encaminhar à Assembleia Geral, processo de admissão e demissão de associados.

**Art. 29 – Conselhos de Representantes** - Para garantir o atendimento aos associados e comunidade local, a **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN**, conta com Conselhos de Representantes, eleitos em Assembleia Geral, em conjunto com a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, sendo votado dois (02) representantes para cada conselho.

- I – Conselho Social e Habitacional;
- II – Conselho de Esporte e Cultura.



*[Handwritten signature]*  
AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.729



**Art. 30 – Compete ao Presidente:**

- I – Representar a Associação nas esferas judicial e extrajudicial, podendo delegar poderes e constituir advogado, se necessário;
- II – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III – Convocar Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV – Abrir e manter contas bancárias, bem como, assinar cheques e documentos contábeis, juntamente com o tesoureiro;
- V – Organizar relatório contendo o balanço financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o a Assembleia Geral Ordinária.

**Parágrafo Único** – Compete ao vice-presidente auxiliar e substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos.

**Art. 31 – Compete ao Secretário:**

- I – Redigir e manter transcrição em atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- II – Redigir a correspondência da Associação;
- III – Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação;
- IV – Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.

**Parágrafo Único** – Compete ao Segundo Secretário auxiliar e substituir o secretário em suas faltas ou impedimentos.

**Art. 32 – Compete ao Tesoureiro:**

- I – Receber e contabilizar as somas em dinheiro ou cheque, oriundas de donativos ou contribuições dos associados ou de qualquer outra origem, em favor da Associação;
- II – Manter em contas bancárias, juntamente com o presidente, os valores da Associação, podendo aplicá-los de acordo com a Diretoria Executiva;
- III – Assinar, com o presidente, os cheques;
- IV – Receber e efetuar pagamentos;
- V – Supervisionar o trabalho e a contabilidade da tesouraria;
- VI – Apresentar, ao Conselho Fiscal, o Balancete Financeiro anualmente;

**Parágrafo Único** – Compete ao Segundo Tesoureiro, substituir o tesoureiro em suas faltas ou impedimentos

**Art. 33 – O Conselho Fiscal da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I – AMARBN, é composto por três (03) membros efetivos com as seguintes atribuições:**

- I – Examinar os livros de escrituração da Associação;
- II – Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;



*Handwritten signature of Bruno Augusto Deriu*  
BRUNO AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.779

- III – Requisitar ao primeiro tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV – Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos;
- V – Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;

**Parágrafo Único** – O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Associação, como também, pela maioria simples dos membros do próprio Conselho Fiscal.

**Art. 33 – Dos Livros** – A Associação deverá ter:

- I – Livro de Matrícula dos Associados;
- II – Livros de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- III – Livros de Atas das Assembleias e de Presença dos Associados em Assembleias;
- IV – Outros livros fiscais e contábeis exigidos por Lei.

**Art. 34 – Os casos omissos** não previstos neste Estatuto serão apresentados pela Diretoria Executiva e homologada em Assembleia Geral.

**Art. 35** – O presente Estatuto derroga o anterior, revoga as disposições em contrário, bem como, uma vez aprovado e registrado, entrará imediatamente em vigor.

*[Assinatura]*  
AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.728

DIRETORIA EXECUTIVA

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*  
Maria Valdilene Alves Martins Rolim - Presidente

- 804.776.154-9

*Cícero Gonçalves de Pontes*  
Cícero Gonçalves de Pontes – Vice-Presidente

*Maria da Luz da Silva Santos*  
Maria da Luz da Silva Santos – Secretária

*Edinalva Oliveira Souza*  
Ednalva Oliveira Souza – Segundo Secretária

*Hormando Damásio dos Santos*  
Hormando Damásio dos Santos – Tesoureiro

*Sebastião Santos de Souza*  
Sebastião Santos de Souza – Segundo Tesoureiro





CONSELHO FISCAL

Adriana Maria dos Santos

Adriana Maria dos Santos – Primeiro Fiscal

Josias Guedes da Silva

Josias Guedes da Silva – Segundo Fiscal

José Alberto de Lima

José Alberto de Lima – Terceiro Fiscal

CONSELHO SOCIAL E HABITACIONAL

Maria Gomes dos Santos

Maria Gomes dos Santos

Ricardo Virgínio dos Santos

Ricardo Virgínio dos Santos

CONSELHO DE ESPORTE E CULTURA

José Mauricio Evaristo da Silva

José Mauricio Evaristo da Silva

João Pedro de Souza

João Pedro de Souza

Bruno Augusto Deriu OAB/PB 19.728

Advogado: Bruno Augusto Deriu

Guarabira, 04 de novembro de 2018



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Tóquio  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-8502

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA -

Documento protocolado no Livro A-0005, registrado no Livro A-0053 sob No. 036423 e arquivado neste Serviço. Certificado e autenticado.

Guarabira-PB, 09/11/2018 16:23:53  
Wardiria Toscano de Sales - Titular

EMUL:R\$ 237,01 FARPEN:R\$ 12,83 FEN:R\$ 447,00 FEN:R\$ 11,85  
SELO DIGITAL: ANT25901-F1E7

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>







Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos  
Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I -  
AMARBN - Guarabira - Paraíba

Em quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezoito (04/11/2018), às quatorze horas, em primeira convocação e às quinze horas, em segunda convocação, na sede da Associação, realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária com a presença de treze (13) associados, conforme lista de presença. De acordo com o Edital de Convocação, publicado em: 31/10/de 2018, foi trabalhado a seguinte pauta: Alteração no Estatuto Social da Entidade, de acordo com o Novo Código Civil, Lei 10.406/2002/Lei nº 11.127 de 2005. A presidente da Associação, a Senhora Maria Valdileme Alves Martins Polim, fez a abertura da reunião onde apresentou para todos os associados à pauta a ser trabalhada. Em seguida, convidou o Senhor José Maurício Evaristo da Silva, Membro do Conselho de Esporte e Cultura da Instituição, para apresentar a Assembleia a proposta do novo texto do Estatuto Social, explicando que a mudança será de grande importância para a Associação, uma vez que está seguindo a orientação do Código Civil, Capítulo II, Artigos 53 a 61, que trata da questão de associações. E que é uma exigência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O mesmo afirma que a mudança irá ajudar na convivência de todos os associados. Isso porque o texto ficou mais compreensível. E assim, foi realizada a leitura sendo explicadas as alterações, onde os associados puderam tirar dúvidas e dar sugestões. Finalmente, após a leitura do Estatuto, a Assembleia foi convidada a votar a nova proposta do Estatuto Social da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - AMARBN, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar a Assembleia foi encerrada e eu Maria Da Luz da Silva





presente Ata que será lida e assinada pela Diretoria, Conselho Fiscal e Conselhos de Representantes, Juazeiro do Norte/PB, 04 de novembro de 2018.

Diretoria Executiva

Maria Valdilene Alves Martins Rolim - 804776194-49  
Maria Valdilene Alves Martins Rolim - Presidente

Cícero Gonçalves de Pontes  
Cícero Gonçalves de Pontes - Vice-Presidente

Maria Da Luz da Silva Santos  
Maria Da Luz da Silva Santos - Secretária

Edinalva Oliveira Souza  
Edinalva Oliveira Souza - Segunda Secretária

Ermano Damasio dos Santos  
Ermano Damasio dos Santos - Tesoureiro

Ermano Damasio dos Santos  
Ermano Damasio dos Santos - Segundo Tesoureiro

Conselho Fiscal

Adriana Maria dos Santos  
Adriana Maria dos Santos - Primeira Fiscal

Edilson Guedes da Silva  
Edilson Guedes da Silva - Segundo Fiscal

Alberto de Lima  
Alberto de Lima - Terceiro Fiscal



## Conselho Social e Habitacional

x Maria Gomes dos Santos  
Maria Gomes dos Santos

x Ricardo Virgínio dos Santos  
Ricardo Virgínio dos Santos

## Conselho de Esporte e Cultura

x José Maurício Evaristo da Silva  
José Maurício Evaristo da Silva

x João Pedro de Souza  
João Pedro de Souza



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIR TOSCANO DE SALES - Titular  
Av. Dom Bosco, 100 - Guarabira - PB CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-4502

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA -

Documento protocolado no Livro A-0005, registrado no Livro A-0053  
sob No. 036422 e arquivado neste Serviço. Certifico a autenticidade.

Guarabira-PB, 09/11/2018 16:22:21

Wardir Toscano de Sales - Titular

EMOL: R\$ 45,50 FAPEN: R\$ 15,14 FEPJ: R\$ 11,77 TSE: R\$ 2,27

SELO DIGITAL: ANY25900-485Q

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tpb.jus.br>

Wardir Toscano de Sales  
Tabelião Público





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306403**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**

**CPF: 804.776.154-49**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:11:42

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317150/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**, CPF/CNPJ N° **804.776.154-49**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:49:56.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

**8-2150-8881-3**





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**

Inscrição: **0180 9452 1201**

Zona: 010      Seção: 0054

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 13/11/1970

Domicílio desde: 30/07/1989

Filiação: - MARIA ALVES MARTINS  
          - JOAO FELIX MARTINS

Certidão emitida às 22:10 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.  
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**OLCU.KK2J.ELKD.ZRQE**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306411**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**CÍCERO GONÇALVES DE PONTES**

**CPF: 486.714.284-00**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:23:19

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317151/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **CICERO GONÇALVES DE PONTES**, CPF/CNPJ N° **486.714.284-00**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:51:49.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8882-1



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **CICERO GONCALVES DE PONTES**

Inscrição: **0027 3540 1279**

Zona: 047      Seção: 0146

Município: 19151 - ARACAGI

UF: PB

Data de nascimento: 12/07/1960

Domicílio desde: 21/05/1992

Filiação: - MARIA GONCALVES BEZERRA  
- RAUL FELIPE DE PONTES

Certidão emitida às 22:13 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**XRUB.ZUN/JTIP.59F7**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306413**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**MARIA DA LUZ DA SILVA SANTOS**

**CPF: 061.791.604-73**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:25:26

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317154/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **MARIA DA LUZ DA SILVA SANTOS**, CPF/CNPJ N° **061.791.604-73**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:52:55.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8885-6





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ADRIANA MARIA DOS SANTOS**

Inscrição: **0276 9369 1244**

Zona: 010      Seção: 0211

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 05/10/1981

Domicílio desde: 04/05/1998

Filiação: - MARIA JOSE DE OLIVEIRA  
- ABEL JOAQUIM DOS SANTOS

Certidão emitida às 22:35 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**D2/J.R6DC.ROBT.QZRH**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306415**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**EDINALVA OLIVEIRA SOUZA**

**CPF: 036.841.604-66**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:27:28

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317155/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **EDINALVA OLIVEIRA SOUZA**, CPF/CNPJ N° **036.841.604-66**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:53:59.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8886-4



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **EDINALVA OLIVEIRA SOUZA**

Inscrição: **0257 6754 1228**

Zona: 010      Seção: 0063

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 15/09/1978

Domicílio desde: 20/03/1996

Filiação: - ANTONIA JOAO DA SILVA  
- JOAO ELOI DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 22:50 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**Q71I.QRGJ.3NUN.EOS6**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306417**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS**

**CPF: 057.559.204-43**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:28:19

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317157/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **057.559.204-43**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:54:53.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8888-0





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **HORMANDO DAMASIO DOS SANTOS**

Inscrição: **0267 4188 1210**

Zona: 011      Seção: 0102

Município: 20052 - CUITEGI

UF: PB

Data de nascimento: 07/11/1979

Domicílio desde: 31/03/1998

Filiação: - MARIA JOSE LEANDRO  
- PEDRO DAMASIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 22:22 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**MNIS.XWZC.SUWI.EW+T**



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306419**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**SEBASTIÃO SANTOS DE SOUZA**

**CPF: 568.222.864-20**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:29:21

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317159/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **SEBASTIÃO SANTOS DE SOUZA**, CPF/CNPJ N° **568.222.864-20**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:56:01.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8890-2



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **SEBASTIAO SANTOS DE SOUZA**

Inscrição: **0026 5291 1295**

Zona: 010      Seção: 0057

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 08/06/1968

Domicílio desde: 15/04/1986

Filiação: - MARIA DO CARMO SANTOS DE SOUZA  
- MANOEL ANTONIO DE SOUZA

Certidão emitida às 22:25 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**1IKA.VMOJ./GLQ.JEHI**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306425**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**MARIA GOMES DOS SANTOS**

**CPF: 690.441.634-34**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:33:31

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317160/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **MARIA GOMES DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **690.441.634-34**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:57:18.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8891-0





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA GOMES DOS SANTOS**

Inscrição: **0027 2359 1201**

Zona: 010      Seção: 0181

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 24/05/1957

Domicílio desde: 27/06/1997

Filiação: - ALAIDE GOMES DOS SANTOS  
- JOAO ANTONIO DOS SANTOS

Certidão emitida às 22:33 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**SØQJ.LLFA.RHF4.Z/HX**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Nº 201800306433  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**RICARDO VIRGÍNIO DOS SANTOS**

**CPF: 077.904.107-09**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:36:18

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317161/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **077.904.107-09**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:58:22.

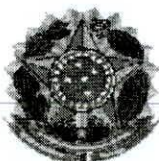
Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8892-9



JUSTIÇA ELEITORAL  
10ª ZONA ELEITORAL DE GUARABIRA - PB  
AV. JUSCELINO KUBITSCHKE, S/N Telefone 8332713263



## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **RICARDO VIRGINIO DOS SANTOS**  
Inscrição: **097295020370** Zona: 10 Seção: 216  
Município: 20273 - GUARABIRA UF: PB  
Data de nascimento: 21/07/1977 Domiciliado desde: 25/04/2004  
Filiação: - MARIA DA PENHA SIMPLICIO DA SILVA  
- SEVERINO VIRGINIO DOS SANTOS

Em 8 de novembro de 2018.

RODRIGO DA SILVA JACINTO  
AUXILIAR ELEITORAL

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.





**Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Nº 201800306421  
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**JOSÉ MAURÍCIO EVARISTO DA SILVA**

**CPF: 675.415.694-53**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

**Observações:**

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:31:50

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317168/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **JOSE MAURÍCIO EVARISTO DA SILVA**, CPF/CNPJ N° **675.415.694-53**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 21:03:41.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8899-6





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSE MAURICIO EVARISTO DA SILVA**

Inscrição: **0152 0109 1201**

Zona: 010      Seção: 0086

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 19/09/1969

Domicílio desde: 30/06/1988

Filiação: - MARIA FRANCISCA DA CONCEICAO  
- MANOEL EVARISTO DA SILVA

Certidão emitida às 23:02 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**YYAØ.KRX2.CWZE.DZCG**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306437**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**ADRIANA MARIA DOS SANTOS**

**CPF: 040.546.404-51**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

**Observações:**

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;**
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:39:21

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317162/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **ADRIANA MARIA DOS SANTOS**, CPF/CNPJ N° **040.546.404-51**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 20:59:34.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8893-7



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARIA DA LUZ DA SILVA SANTOS**

Inscrição: **0339 2627 1210**

Zona: 010      Seção: 0235

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 16/11/1985

Domicílio desde: 12/07/2007

Filiação: - NEUSA MARIA DOS SANTOS  
- JOSÉ NOBERTO DA SILVA

Certidão emitida às 22:45 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**AOCX.QQØU.DGCL.2YN/**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306427**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**JOSIAS GUEDES DA SILVA**

**CPF: 798.038.574-87**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão NÃO abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;**
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da Internet, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;**
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);**

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:34:40

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317166/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **JOSIAS GUEDES DA SILVA**, CPF/CNPJ N° **798.038.574-87**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 21:00:38.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

Observações:

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8897-0





**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSIAS GUEDES DA SILVA**

Inscrição: **0168 3357 1201**

Zona: 010      Seção: 0259

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 17/09/1971

Domicílio desde: 30/06/1989

Filiação: - SEVERINA GUEDES DA SILVA  
- PEDRO DEOCLECIANO DA SILVA

Certidão emitida às 22:37 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**VK/N.4WKO.ØQBY.YYNØ**

\* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800306423**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**JOSÉ ALBERTO DE LIMA**

**CPF: 752.297.814-91**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

**Observações:**

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

João Pessoa (PB), 06/11/2018 20:32:41

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**317167/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **JOSÉ ALBERTO DE LIMA**, CPF/CNPJ N° **752.297.814-91**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 6 (seis) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 21:01:52.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2150-8898-8



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOSÉ ALBERTO DE LIMA**

Inscrição: **0276 9118 1279**

Zona: 010      Seção: 0087

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 26/02/1971

Domicílio desde: 06/05/1998

Filiação: - JOSEFA RITA DE LIMA  
- JOÃO PAULO DE LIMA

Certidão emitida às 22:41 em 06/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**RASO.S4QB.+KQV.COYV**





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201800308000**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**JOÃO PEDRO DE SOUZA**

**CPF: 028.319.414-66**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

**Observações:**

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfpe.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão**.

João Pessoa (PB), 07/11/2018 19:13:03

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**  
**CERTIDÃO**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está quite com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **JOAO PEDRO DE SOUZA**

Inscrição: **0026 4462 1228**

Zona: 010      Seção: 0054

Município: 20273 - GUARABIRA

UF: PB

Data de nascimento: 04/02/1967

Domicílio desde: 15/04/1986

Filiação: - OLINDINA PEDRO DE SOUZA  
- NAO CONSTA

Certidão emitida às 20:20 em 07/11/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

**A1VS.VO69.CYCW.MGBO**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**  
**SECRETARIA JUDICIÁRIA**

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

**319491/2018**

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, na forma da lei, etc.

**CERTIFICA** que, consultando os sistemas processuais desta Corte, **NÃO CONSTA** nenhuma **AÇÃO** de natureza **CRIMINAL** contra **JOÃO PEDRO DE SOUZA**, CPF/CNPJ N° **028.319.414-66**. Dada e passada nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, aos 7 (sete) dias do mês de Novembro de 2018 (dois mil e dezoito) às 19:24:30.

Critérios da pesquisa: por nome, por nome e CPF/CNPJ ou por CPF/CNPJ

**Observações:**

- a) A informação do n.º do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.
- b) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no site do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, endereço ([www.trf5.jus.br/](http://www.trf5.jus.br/)), por meio do código de validação abaixo.
- c) Esta certidão tem validade em todo o Território Nacional.
- d) A presente certidão tem uma validade de 90 (noventa) dias apartir da data de emissão.

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

8-2151-1686-8



**Serviço Público Federal**  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste  
70044-900 Brasília-DF



 <b>REGISTRADO URGENTE</b> registered priority		<b>PESO (kg)</b> weight 0.185
Recebedor	<input type="checkbox"/> AR <input type="checkbox"/> MP	
Assinatura	Doc.	
FC0910		
<b>JU 00427581 9 BR</b>		
		



( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

**Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste –**  
**AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31**  
Representante Legal: Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
*Rua: Rosil Guedes, nº109, B. Nordeste I – Guarabira-PB – 58200 000*



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na  
Regional de Santa Catarina  
Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina - Florianópolis.

**NOTA TÉCNICA Nº 25786/2018/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.003146/2017-84.**

Assunto: **Constatação de pendências. Exigência 2 (dois).**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Após análise dos documentos apresentados pela **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guarabira**, estado da **Paraíba**, exigidos através da Nota Técnica nº 16632/2018/SEI-MCTIC (1ª Exigência), comunicada pelo Ofício nº 29301/2018/SEI-MCTIC, recebido em 10/08/2018- AR, evento SEI 3328141, ratificado pelo Ofício de Prorrogação de Prazo nº 37977/2018/SEI-MCTIC, recebido em 11/10/2018- AR, evento SEI 3552825, **observou-se a necessidade de notifica-la novamente (2ª Exigência)**, de acordo com a legislação em vigor, já que a mesma deixou de cumprir com algumas exigências, conforme relato abaixo:

**ANÁLISE**

	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso II	Cópia do estatuto social.	O estatuto social deverá estar consolidado com todas as alterações.  <b>Observação:</b> o estatuto social deve estar de acordo com o que dispõe o art. 40 da Portaria.
			Estatuto Social, encaminhado e reformulado em 4/11/2018, <b>deve ser atualizado, para conter entre outras, as seguintes disposições:</b>  <b>a) reformular o art. 6º</b>



<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso II c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria.</p>	<p>do Estatuto Social para:</p> <p>" <b>garantir o ingresso gratuito</b> como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica",</p> <p><b>b) O referido estatuto não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário,</b> conforme art. 40, inciso V da Portaria.</p> <p>" fica instituído Conselho Comunitário que será composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 e demais dispositivos legais".</p> <p><b>Observação:</b> o estatuto social deverá estar registrado no <b>Livro A</b> do Cartório de Pessoas Jurídicas, onde se registram os atos constitutivos das pessoas jurídicas, conforme arts. 114 e 116 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.</p> <p>A Ata de eleição da atual</p>
---	--	---	--

	Art. 130, § 1º, inciso III	Ata de eleição.	<p>diretoria realizada em 19/11/2017, para um mandato de dois (2) anos (até 19/11/2019), conforme previsto no antigo Estatuto, <b>deverá ser atualizada, já que o novo estatuto reformulado, prevê que o mandato da diretoria é de quatro(4) anos e somente para seis (6) cargos.</b></p> <p><b>Observação:</b> o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
		Certidão NADA CONSTA da <b>Justiça Estadual.</b>	<p><b>A Entidade deverá encaminhar</b> Certidão NADA CONSTA <b>Criminal da Justiça Estadual.</b></p> <p><b>OBS:</b>As certidões encaminhadas pela entidade, em 9/11/2018, foram extraídas do Tribunal Regional Federal -5.</p>

## CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de



correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 21/11/2018, às 15:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3590937** e o código CRC **AE8BED7A**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 3590937



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 46494/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste (CNPJ nº 08.582.678/0001-31)

**Rua: Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I**

**CEP: 58200.000 - Guarabira/PB.**

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhora Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25786/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.

5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html).

6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-



mail) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 12:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3592054** e o código CRC **09A7D4B4**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 46494/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 3592054



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 - CNPJ 08.582.678/0001-31  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000

Ofício nº 07/2018/AMARBN.

Guarabira – PB, 11 de janeiro de 2019.

À Senhora Vilma de Fátima Alvarenga Fanis  
Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar  
70044-900/ Brasília-DF

Assunto: Prorrogação de Prazo.

Prezada Coordenadora,

Referindo-se ao Processo nº 01250.003146/2017-84, a Direção da AMARBN se serve do presente para solicitar prorrogação de prazo, com período de mais 30 dias, devido dificuldades burocráticas para cumprir exigências, conforme Ofício 46494/2018/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 25786/2018/SEI-MCTIC.

Justificativas: A reforma do estatuto exige prazos de convocação de Assembléia Geral, pesquisas na legislação para redação técnica, onde temos muita escassez dessa mão de obra, o registro em cartório não é concluído no mesmo dia, entre outras. Igualmente, trata-se de época de final de ano e férias escolares com realidade polarizada nos arredores da cidade em detrimento das demais, dificultando contatos para reuniões e assembléias.

Diante do exposto e dos compromissos, para responder bem as exigências ao MCTIC, a AMARBN necessita da mencionada prorrogação.

Sem mais para o momento, aproveita o ensejo para externar os mais sinceros votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Maria Valdilene Alves Martins Rolim*  
**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49  
RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 16/01/19 às 14:00 horas

Assinatura: *Altton Silva*





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE – AMARBN** – Fundada em 25 de outubro de 1987 - CNPJ 08.582.678/0001-31  
Rua Celina Pinto, 637, B. Nordeste I – Guarabira-PB – CEP 58200 000

Ofício nº 07/2018/AMARBN.

Guarabira – PB, 11 de janeiro de 2019.

À Senhora Vilma de Fátima Alvarenga Fanis  
Coordenadora Geral de Radiodifusão Comunitária  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar  
70044-900/ Brasília-DF

Assunto: Prorrogação de Prazo.

Prezada Coordenadora,

Referindo-se ao Processo nº 01250.003146/2017-84, a Direção da AMARBN se serve do presente para solicitar prorrogação de prazo, com período de mais 30 dias, devido dificuldades burocráticas para cumprir exigências, conforme Ofício 46494/2018/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 25786/2018/SEI-MCTIC.

Justificativas: A reforma do estatuto exige prazos de convocação de Assembléia Geral, pesquisas na legislação para redação técnica, onde temos muita escassez dessa mão de obra, o registro em cartório não é concluído no mesmo dia, entre outras. Igualmente, trata-se de época de final de ano e férias escolares com realidade polarizada nos arredores da cidade em detrimento das demais, dificultando contatos para reuniões e assembléias.

Diante do exposto e dos compromissos, para responder bem as exigências ao MCTIC, a AMARBN necessita da mencionada prorrogação.

Sem mais para o momento, aproveita o ensejo para externar os mais sinceros votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Representante Legal - CPF nº 804.776.154-49  
RG/Identidade nº 1.516.240 - 2ª via – SSP/PB



**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações**  
Secretária de Radiodifusão  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70044-900

Brasília-DF





( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

**Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste –  
AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31**  
Representante Legal: Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
*Rua Rosil Guedes, nº109, B. Nordeste I – Guarabira-PB –58200 000*



## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 46494/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018  
01250.003146/2017-84

MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais  
do Bairro do NordesteRua Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste !  
58200-000 Guarabira / PB

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Adelino Paulo de Lima

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

12/12/18

CARTEIRO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
NOME DO DESTINATÁRIONº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENTLuan Augusto da Silva  
Mat. 8.478.867-4  
Agente dos Correios - Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

JU 08421948 1 BR

POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

04 DEZ 2018

DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASILIA BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 Brasília - DF

BRASIL  
BRÉSIL

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



## **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 4923/2019/SEI-MCTIC

À Senhora

**Maria Valdilene Alves Martins Rolim**

Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste (CNPJ nº 08.582.678/0001-31)

**Rua: Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I**

**CEP: 58200.000 - Guarabira/PB**

**Assunto: Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº xxxx/xxxx/SEI-MCTIC (evento SEI), informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015, levando-se em consideração, neste caso, as justificativas apresentadas em fl.1 do evento SEI 3769932 Proc.01250.002157/2019-17.

2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para [duvidasradcom@mctic.gov.br](mailto:duvidasradcom@mctic.gov.br).

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html)



Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/02/2019, às 10:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3858687** e o código CRC **6795213D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4923/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.003146/2017-84 - Nº SEI: 3858687

Ata da Assembleia geral Extraordinária da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais e Agricultores do Bairro do Nordeste I - AMARBN - Guarabira - Paraíba.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (17/02/2019), às dezesseis horas, em Primeira Convocação e às dezesseis horas e trinta minutos, em Segunda Convocação, na Sede da Associação, realizou-se uma assembleia geral Extraordinária com a presença de dezoito (18) associados, conforme lista de presença. De acordo com o Edital de Convocação, publicado em: 12/02/2019, foi trabalhado a seguinte pauta: Novas alterações no Estatuto Social da Entidade de acordo com o Novo Código Civil, Lei 10.406/2.002 / Lei nº 11.127 de 2005. A presidente da Associação, a Senhora Maria Valcilene Alves Martins - Rolim, fez a abertura da reunião onde apresentou para todos os associados a Pauta a ser trabalhada. Em seguida, convidou o Senhor José Mauricio Evaristo da Silva, associado e Diretor de programação da Rádio Comunitária Nordeste FM, para apresentar a Assembleia a proposta das novas alterações necessários do Estatuto Social, ele explica que a AMARBN recebeu recentemente um Ofício do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, onde exige que seja atualizado o Estatuto Social de acordo a legislação em vigor. Para isso é preciso atualizar a nova determinação. Para número de membros da Diretoria Executiva. e tempo de mandato e inserção de como se dar a composição do Conselho Comunitário que acompanha a programação do Serviço de Radiodifusão Comunitária desenvolvida por esta entidade. Contribuindo com a fala do Senhor José Mauricio,

MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 01/04/19 às 14:00 horas

Assinatura: Juliana Silva



O Senhor Sebastião Santos de Souza, Segundo Tesoureiro da Associação, expõe que temos que ser breves em atualizar o Estatuto de Vido o curto prazo que tem para enviar os documentos necessários para o Ministério e assim garantir a renovação da Outorga da Rádio Comunitária Nordeste FM, que é um instrumento de muito valor para nossa Comunidade. Voltando a fala para o Senhor José Maurício, ele diz que exatamente devido a questão de tempo, a Diretoria da AMA-RBN. Procurou a ajuda com membros da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Paraíba e o Senhor José Moreira contribuiu com Orientações importantes que viabilizaram a inserção de artigos que precisam está no Estatuto, referente ao Conselho Comunitário Assim ele apresenta o Estatuto com as novas mudanças e passa a ler junto com os presentes. A primeira mudança é o tempo de atuação da Diretoria Executiva, que em vez de dois (2) anos, passa a ter mandato de quatro (4) anos e sua composição de doze (12) membros sofre uma redução para seis (6) membros, devido a percepção de que é sempre muito complexo compor uma Diretoria com muitos membros. Essa alteração consta no Artigo 21º da Seção II - da Diretoria Executiva. A outra mudança é a inserção no Artigo 5º e parágrafo único que Institui o Conselho Comunitário do Serviço de Radiodifusão desenvolvido pela Associação, pois apesar de já ter o Conselho Comunitário desde a chegada da primeira Outorga, o antigo Estatuto Social não mencionava em seus artigos sobre o mesmo. O Conselho é composto por mínimo cinco (5) Entidades legalmente constituídas, existentes na área de abrangência da emissora. No momento as entidades populares sugeridas



Pela assembleia são: A Paróquia Nossa Senhora  
 de Guadalupe; O Movimento de Adolescentes e  
 Crianças (MAC); Associação de Arte e cultura  
 de Guarabira; A realização a leitura e as expli-  
 cações das alterações, onde os associados pude-  
 ram tirar dúvidas e dar sugestões. Finalmente,  
 após a leitura do Estatuto, a Assembleia foi  
 convidada a votar a nova proposta do Estatuto  
 Social da Associação dos Moradores e Agricultores  
 Rurais do Bairro do Nordeste - AMARB, que  
 aprovou por unanimidade. Nada mais havendo a  
 tratar, a Assembleia foi encerrada e eu, Maria  
 Nazareth da Silva Santos, na qualidade de Secretária  
 desta Associação, lavrei a presente Ata que será  
 lida e assinada pela Diretoria Executiva, con-  
 selho fiscal e demais presentes. Guarabira / PB, 17  
 de Fevereiro 2019.

## Diretoria Executiva

Maria Voladene Alves Martins Rolim - Presidente CEPF - 804-  
 776154-49

x Maria Voladene Alves Martins Rolim  
 Rileo Gonçalves de Pontes - Vice-Presidente CEPF  
 486 714 284-00

x Rileo Gonçalves de Pontes  
 Maria Nazareth da Silva Santos - 1º Secretária CEPF - 061  
 791 604-73

x Maria Nazareth da Silva Santos

Edinalva Oliveira - 2º Secretária CEPF - 036841 604-66  
 Edinalva Oliveira Souza



Hermondo Domasio dos Santos 1º Tesoureiro (CPF-057-559.204-43)

x Hermondo Domasio dos Santos

Sebastião dos Santos Souza - 2º Tesoureiro (CPF-568.222.841-20)

x Sebastião Santos de Souza

## Conselho Fiscal

Adriana Maria dos Santos - Primeiro Fiscal (CPF-040.564.404-51)

x Adriana Maria dos Santos

Josias Guedes da Silva - Segundo Fiscal (CPF-498.038.574-87)

x Josias Guedes da Silva

Jose Alberto de Souza - Terceiro Fiscal (CPF-752-897.814-91)

Vilante Souza de Menezes, Jose Mauricio da Rocha e Silva

Maria Joseineide do Nascimento Fonseca, Manice

Genti Santos de Souza, Maria da Menezes Paulino da Silva

x Maria Joseineide do Nascimento Fonseca, Manice

Manoel Jose Ferreira Azevedo, Maria Jose da S. Barboza



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502



- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA -

Documento protocolado no Livro A-0003, registrado no Livro A-0054 sob Mo. 036549 e arquivado neste Serviço. Certifico e dou fe.

Guarabira-PB, 26/03/2019 15:56:11

Wardiria Toscano de Sales - Titular

EMOL:R\$ \*\*\*\*46,93 FARPEN:R\$ \*\*\*13,41 FEPJ:R\$ \*\*\*\*7,39 ISS:R\$ \*\*\*2,35

SELO DIGITAL: A1171103-77J0

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>





Ate 45º de Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal de Associação dos Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I - ARARBNI. Aos Dezoito (18) dias do mês de Novembro de dois mil e dezessete (2017), na sede de ARARBNI, Situada à Rua Celine Pinto, seiscentos e trinta e sete (637), no Bairro do Nordeste I, às dez (10:00) horas de manhã, foi dado início ao processo de eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da Associação, com Chefe Único, para o exercício 2017-2019, com a seguinte composição:

Presidente - Maria Rutilene Alves Martins Rolim; Vice-Presidente: Cícero Gonçalves de Pontes; 1ª Secretária - Jucélia da Silva; 2ª Secretária - Edmundo Oliveira de Souza; 1º Tesoureiro - Hermendo Demétrio dos Santos; 2º Tesoureiro - Sebastião Santos de Souza; Diretoria de Esportes e Cultura - José Márcio Evaristo da Silva; Conselheiro Fiscal 1 - Jônias Guedes da Silva; Conselheiro Fiscal 2 - Adriane Maria dos Santos; Conselheiro Fiscal 3 - Ricardo Virgílio dos Santos. A Comissão Eleitoral de Eleição, constituiu os trabalhos, tendo o processo eleitoral transcrito, em clima normal e em conformidade com seu Estatuto Social, conforme disposto no Capítulo das Disposições Gerais, nas Artigos 31, 35 e 36. No decorrer dos trabalhos, tivemos alguns associados que não constavam na lista, mas que eram do quadro há mais de dez anos, tendo a Comissão de Organização decidido por unanimidade que este item participam do processo de votação, sendo estes: Aldeias, Aldeias, Aldeias, Aldeias, RG - 2.080.529-SSP/PB, filiado desde 1977, Elyson Gomes dos Santos, RG - 2.131.183-SSP/PB; Josimildo Joaquim dos Nascimento, RG - 854.265-SSP/PB. Também constam na lista de votantes alguns nomes de filiação com alteração, em decorrência de divórcio ou casamento, como sendo: Maria Gomes da Silva, hoje: Maria Gomes dos Santos; Maria de Conceição Lima dos Santos, nome de casado, não consta na lista de votantes. Sendo portanto, apenas esses as alterações que tivemos no decorrer dos trabalhos de presente eleição. Dessa forma, às quinze (15:00) horas foi dado por encerrada a eleição, passando então a apuração dos votos pela Comissão Organizadora (Comissão Eleitoral), contando com a presença do Fiscal de Chefe: Lucen Bernardo de Araújo. Como resultado do processo eleitoral, obtivemos a seguinte:

34 votos confirmaram o Chefe Único (Simp), os votos foram nulos;



O 1 voto em Branco e 00 votos (NÃO). Não tendo mais nada a  
 tratar levamos a presente Ata, que vai por mim assinada,  
 enquanto Presidente da Comissão Eleitoral: Ricardo Francisco  
 Machado Romero, bem como pelos demais membros da referida  
 Comissão, a saber: Valderêdo Alexandre de Souza, Angélica Maria  
 Gonzaga Diniz e Israel Monteiro dos Santos; Julia Diniz em  
 exercício. E também passo a ser assinada por todos os votantes,  
 Guarabira, 19 de novembro de 2017. Ricardo Francisco Machado Romero  
 Angélica Maria Gonzaga Diniz, Valderêdo Alexandre de Souza - Israel  
 Monteiro dos Santos, PRESIDENTE: Maria Valdimir Alves Martins  
 Rolim, VICE-PRESIDENTE Cicero Gonçalves de Pontes, 1º SE-  
 CRETÁRIA: Juiliana da Silva Gomes, 2º SECRETÁRIA: Edinalva  
 Oliveira Souza, 1º Tesoureiro: Jerônimo Gomes de  
 Moraes, 2º Tesoureiro: Sebastião Santos de Souza. PINETON DE  
 ESPORTE E CULTURA: João Maurício Elias, 5º do Silva, 7º CON-  
 SELHEIRO: Gervásio Mendes da Silva. 2º Conselheiro:  
 Adrianna Maria dos Santos, 3º Conselheiro: Ricardo Virgínia dos  
 Santos, Juan Modesto de Bernardes de Araújo, Adm. J. J. J. J. J.  
 Maria das Neves Paulino da Silva, Teticia Viana  
 da Silva, José ABRAÃO SIMEÃO, MARIA DAS GRACAS SPE-  
 REIRA. Maria José da Silva Barbosa, Eli-  
 zandra Gomes dos Santos, Maria José Ferreira dos  
 Santos, Maria das Graças Pereira  
 MARIA DA CONCEICA LIRA DOS SANTOS, Severino do -  
 Ramo de Pontes Suemal, Edson Gomes do  
 Santos, Heronides Alves dos Santos,  
 Marcelo Pereira de Oliveira. ~~Marcelo~~ ~~Wando~~ ~~de Silva~~  
 PRESIDENTE: Maria Valdimir Alves Martins Rolim  
 E PF: 804.776.154-49



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
 WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular  
 Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-8502

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA -

Documento protocolado no Livro A-0005, registrado no Livro A-0005, sob No. 036003 e arquivado neste Serviço. Certidão e dou fe'.

Guarabira-PB, 24/11/2017 14:45:33

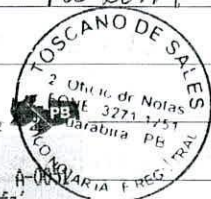
Romero Fernandes Costa Filho - Escrivão

EMOL:R\$ \*\*\*\*44,31 FARPEN:R\$ \*\*\*5,01 FEF:R\$ \*\*\*11,07 ISS:R\$ \*\*\*2,21

SELO DIGITAL: A0C13829-ELZZ

Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Romero Fernandes Costa  
 Escrivão Autorizado





**AMARBN****Associação dos Moradores e Agricultores Rurais  
do Bairro do Nordeste I – AMARBN**

Fundada em 25 de outubro de 1987 – CNPJ: 08.582.678/0001-31, Rua Celina Pinto, 637- Bairro do Nordeste I  
Guarabira / Paraíba – CEP 58200 000

**ESTATUTO SOCIAL****CAPÍTULO I****DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**Art. 1º** – A **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I**, também designada pela sigla **AMARBN**, no município de Guarabira, estado da Paraíba, constituída em 25 de outubro de 1987, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos e duração por tempo indeterminado, de caráter promocional e social, sem cunho político ou partidário, com sede e foro jurídico na Comarca de Guarabira, estado da Paraíba, com a finalidade de atender a todos os associados, regendo-se pela legislação em vigor e pelas disposições do presente Estatuto Social.

**Art. 2º** – Objetivos gerais da **AMARBN**:

- I – Executar o serviço de Radiodifusão Comunitária;
- II – Promover a união e a solidariedade entre os moradores e agricultores do município de Guarabira, particularmente, do bairro do Nordeste I;
- III – Discutir e encaminhar soluções para os problemas sociais do município de Guarabira, particularmente, do Bairro do Nordeste I;
- IV – Atuar na luta dos moradores e agricultores em prol de melhores condições de moradia, educação, saúde, segurança, lazer, arte e cultura e geração de emprego e renda;
- V – Lutar contra qualquer tipo de discriminação, seja de origem social, político-partidário, etnia, gênero ou credo religioso;
- VI – Fortalecer os princípios democráticos e de cidadania, respeitando as decisões da maioria;
- VII – Promover ações de desenvolvimento local sustentável e agricultura familiar.

**Art. 3º** – No desenvolvimento de suas atividades, a **AMARBN** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

**Art. 4º** – *Para alcançar seus objetivos, a **AMARBN** poderá firmar convênios ou contratos com entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, filiar-se a outras Organizações não Governamentais, sem perder sua individualidade, e nem o poder de decisão.*

**BRUNO AUGUSTO DERIU**  
OAB/PB 19.728

Antônio Carlos de Oliveira



**Art. 5º** – Para atender os requisitos da Radiodifusão Comunitária, a **AMARBN** Institui o Conselho Comunitário da Comunicação da Rádio Comunitária, em Assembléia Geral de entidades legalmente constituídas, existentes na área de abrangência da emissora, composto no mínimo por cinco membros, o qual deverá elaborar um Regimento Interno, para regular o funcionamento interno da emissora.

**Parágrafo Único** – O Conselho Comunitário terá a função de acompanhar toda a programação da emissora, garantido o cumprimento dos princípios da radiodifusão comunitária, Art. 4º, Lei 9.612.

**Art. 6º** – O Diretor de Operações da emissora será nomeado pela Diretoria Executiva e terá as seguintes atribuições:

I – implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do serviço de radiodifusão comunitária, sobre seus aspectos legais, técnicos e qualitativos;

II – gerir e captar os recursos advindos de patrocínios sob forma de apoio cultural e outras formas de arrecadação;

III – supervisionar e ter sob sua guarda todo o patrimônio considerado no âmbito das operações relativas ao serviço de radiodifusão comunitária;

IV – promover a integração da comunidade com os serviços de comunicação comunitária prestados;

V – o Diretor de Operações participará das reuniões do Conselho de Comunicação e fará os devidos atendimentos às solicitações, conforme regulamentações.

**Art. 7º** - No desenvolvimento de suas atividades, a **AMARBN** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero, religião, ideologia política e outras.

**Art. 8º** – Para cumprir seu propósito a **AMARBN** atuará por meio da execução direta de projetos, programas e planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

**Parágrafo Único** - A **AMARBN** disciplinará seu funcionamento por meio de Regimento Interno, aprovado pela Assembléia Geral.

## CAPÍTULO II

### DO QUADRO DE ASSOCIADOS

**Art. 9º** – A **AMARBN**, contará com um número ilimitado de associados, podendo ser admitidas gratuitamente, pessoas físicas maiores de 18 (dezoito) anos de idade, com residência no município de Guarabira/PB, e pessoa jurídica sem fins lucrativos, estabelecidas no mesmo município, que desejem cumprir as exigências deste Estatuto.





**Art. 10** – Os associados estão distribuídos nas seguintes categorias:

I – **Categoria Fundadora** – São os associados presentes na Assembléia de Fundação, que assinaram a ata e preencheram cadastro;

II – **Categoria Efetiva** – São os associados que se filiaram posterior a fundação preenchendo cadastro apropriado;

III – **Categoria Benemérita** – São os Associados condecorados pelos relevantes serviços prestados, após ampla análise de sua atuação;

IV – **Categoria Associativa** - São os associados Pessoa Jurídica sem fins lucrativos, estabelecidas no município sede da **AMARBN**.

**Art. 11** – A **AMARBN** assegura o ingresso como associados em seu quadro associativo, todas as pessoas físicas maiores de 18 anos, residentes no município de Guarabira e todas as organizações associativas da sociedade civil sem fins lucrativos, estabelecidas no mesmo município, desde que, demonstrem interesse e preencham ficha cadastral.

**Art. 12** - O passo a passo para ingressar na **AMARBN** será regulamento no Regimento Interno da **AMARBN**, aprovado pela Assembléia Geral.

**§ 1º** – *As solicitações de filiações de Pessoas Físicas quanto as Jurídicas, serão dirigidas a Diretoria Executiva e aprovadas pela Assembléia Geral, que se negada a negativa será por escrito;*

**§ 2º** – A exclusão de associados é exclusiva da Assembléia Geral e só será definitiva, quando esgotados todos os espaços de defesa.

**§ 3º** – Concluído o processo de ingresso na entidade, o associado receberá a Carteira de Identificação do associado.

**Art. 13** – São direitos dos associados quites com suas obrigações estatutárias:

I – Solicitar seu desligamento da entidade, quando julgar necessário;

II – Tomar parte nas Assembléias Gerais, apresentando, discutindo e votando propostas;

III – Interpelar a Diretoria Executiva e demais órgãos da administração por escrito ou, em Assembléia Geral, sobre diversos assuntos;

IV – Frequentar a sede da entidade;

V – Propor a admissão de novos associados para fazer parte do quadro associativo;

VI – Votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

VII – Ter voz e voto nas atividades diversas da entidade;

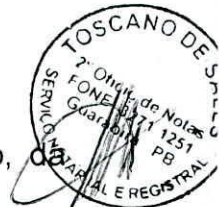
VIII – Participar propondo ou discutindo as atividades da **AMARBN**.

**Art. 14** – São deveres dos associados:

I – Zelar pelo completo funcionamento da **AMARBN**;

AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.728





- II – Acatar e respeitar as decisões da Assembléia Geral, bem como, da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- III – Efetuar o pagamento das mensalidades conforme valor decidido em Assembléia Geral;
- IV – Participar das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- V – Comparecer ao pleito eleitoral;
- VI – Votar por ocasião das eleições;
- VII – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e demais Regimentos;
- VIII – Defender o patrimônio e os interesses da **AMARBN**;
- IX – Assumir as responsabilidades para as quais for eleito ou designado, exercendo suas atribuições com observância das orientações Estatutária;
- X – Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da entidade para que a Assembléia Geral tome as devidas providências.

**Art. 15** - São passivos de punições os associados que:

- I – Violarem o Estatuto e outros documentos patrimônio da entidade;
- II – Difamarem a **AMARBN**, seus membros associados;
- III – Desenvolverem atividades contrárias às decisões da Assembléia Geral;
- IV – Apresentarem conduta censurável;
- V – Pratiquem atos ilícitos ou imorais.

**§ 1º** – O associado que não participar das reuniões ou Assembleias e deixar de pagar suas mensalidades por um período igual ou superior a seis (06) meses, terá seu cadastro suspenso, podendo regularizar a situação a qualquer tempo;

**§ 2º** – O associado que perder a qualidade de associado será notificado pela Diretoria Executiva, que também encaminhará todos os recursos a Assembléia Geral para os devidos julgamentos pela mesma;

**§ 3º** – Caso seja suspenso, o associado será informado por escrito e a partir desse momento não poderá receber declarações, salvo, do período em que esteve regularizado, junto a entidade.

**Art. 16** – Os associados e seus dirigentes não responderão subsidiariamente pelos encargos contraídos pela **AMARBN**.

### CAPÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 17** – São Órgãos Administrativos **AMARBN**:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Conselho Fiscal.

#### Sessão I – DA ASSEMBLÉIA GERAL

**Art. 18** – A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, constitui-se de associados em pleno gozo de seus direitos e deveres, onde decidirão por maioria

  
PLÍNIO AUGUSTO DERIU  
OAB/PB 19.728



simples de votos dos presentes, tendo quorum, em primeira convocação, com o mínimo de dois terços (2/3) seus associados e, em segunda convocação, quarenta (40) minutos após a primeira, com o mínimo de um terço (1/3) hábitos a votar:



**§ 1º** – A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente e extraordinariamente sempre que houver necessidade, coordenada pelo Presidente ou pessoa por ele designada.

**§ 2º** – As Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas através de Edital de Convocação e/ou Convite direto ao associado, com antecedência mínima de dez (10) dias de antecedência, podendo ser convocada pelo presidente, pelo Conselho Fiscal ou por um quinto (1/5) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

**Art. 19** – São de competências das Assembléias Gerais:

- I – Destituir membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II – Eleger os membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- III – Julgar os atos da Diretoria Executiva e apreciar o parecer do Conselho Fiscal;
- IV – Admitir e demitir associados, depois da total tramitação do processo;
- V – Examinar e deliberar sobre o balanço financeiro da entidade;
- VI – Discutir, apreciar e rejeitar projetos de caráter geral apresentados;
- VII – Aprovar e rejeitar transações financeiras que afetem o patrimônio da entidade, acompanhadas do parecer escrito do Conselho Fiscal;
- VIII – Fixar os valores e formas de contribuição financeira dos Associados;
- IX – Deliberar sobre pedidos de apoio e/ou solidariedade direcionados a Associação;
- X – Homologar convênios apresentados pela Diretoria Executiva;
- XI – Decidir sobre a extinção da Associação, destinando seu patrimônio a outra entidade congênere, detentora de personalidade jurídica;
- XII – Reformar o presente Estatuto Social.

**§ 1º** – A extinção da Associação só poderá ser decidida em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para este fim, que deverá ser observado o quórum de 2/3 (dois terços) dos associados;

**§ 2º** – Somente poderão votar nas Assembléias Gerais, os associados quites com suas obrigações sociais e que esteja cadastrado no Quadro Social da Associação por um período igual ou superior a noventa (90) dias até a data das eleições;

**§ 3º** – Para a regularização das contribuições sociais junto à Tesouraria da entidade, o associado poderá efetuar o pagamento das mensalidades até três (03) dias antes das eleições.

**Art. 20** – A Assembléia Geral Extraordinária será convocada, a qualquer tempo, pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados, que deliberará somente sobre os assuntos para os quais foi convocada, conforme Edital de Convocação.

## **Sessão II – DA DIRETORIA EXECUTIVA**





**Art. 21** – A Diretoria Executiva da **AMARBN**, é constituída por 06 (seis) membros, eleitos para mandato de quatro (04) anos, com a seguinte composição: um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro e um Segundo Tesoureiro.

**Art. 22** – Compete a Diretoria Executiva:

- I – Dirigir a **AMARBN** de acordo com o presente Estatuto;
- II – Administrar o patrimônio social, fomentando o bem geral da entidade e dos associados;
- III – Convocar a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária;
- IV – Observar e cumprir o presente Estatuto e as demais decisões da Assembléia Geral;
- V – Promover e incentivar a criação de Comissões com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais;
- VI – Representar e defender os interesses de seus associados;
- VII – Elaborar o orçamento anual;
- VIII – Apresentar a Assembléia Geral, o relatório de sua gestão, bem como, prestar contas referentes ao exercício anterior;
- IX – Encaminhar à Assembléia Geral, processo de admissão e demissão de associados.

**Art. 23** – Compete ao Presidente:

- I – Representar a **AMARBN** nas esferas judicial e extrajudicial, podendo delegar poderes e constituir advogado, se necessário;
- II – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III – Convocar Assembléias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV – Abrir e manter contas bancárias e assinar documentos financeiros contábeis, conjuntamente com o tesoureiro;
- V – Organizar relatórios anuais das atividades e apresentar para apreciação e aprovação na Assembléia Geral;
- VII – Assinar conjuntamente com o Secretário, documentos registraes e de expedientes da **AMARBN**;
- VIII – Representar a **AMARBN** ativa e passivamente.

**Art. 24** - Compete ao vice-presidente:

- I - Auxiliar de modo geral o Presidente em suas tarefas;
- II - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- III - Assumir o Mandato até seu término, em caso de vacância.

**Art. 25** – Compete ao Primeiro Secretário:

- I – Redigir e manter transcrição em atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II – Redigir as correspondências da **AMARBN**;
- III – Manter e ter sob guarda o arquivo da Associação;
- IV – Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria e do expediente;
- V – Zelará pelos arquivos e registros documentais da entidade;
- VI – Assinará documentos registraes conjuntamente com o presidente.

**Art. 26** – Compete ao Segundo Secretário:





- I – Auxiliar de modo geral o Primeiro Secretário em todas as suas tarefas;
- II – Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas e impedimentos;
- III – Assumirá o Mandato até seu término em caso de vacância.

**Art. 27 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:**

- I – Receber e contabilizar as somas em dinheiro ou equivalentes, oriundas das diversas operações financeiras;
- II – Manter em contas bancárias, conjuntamente com o presidente, os valores das receitas, podendo aplicá-los de acordo com a autorização da Diretoria Executiva;
- III – Assinar, com o presidente, todos os documentos financeiros;
- IV – Receber e efetuar pagamentos autorizados pela Diretoria Executiva;
- V – Supervisionar o trabalho e a contabilidade da tesouraria;
- VI – Apresentar, ao Conselho Fiscal, o Balancete Financeiro anualmente;
- VII – Abrir conta bancária conjuntamente com o Presidente.

**Art. 28 - Compete ao Segundo Tesoureiro:**

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II – Auxiliar de modo geral o Primeiro Tesoureiro em suas tarefas;
- III – Assumirá o mandato até seu término, em caso de vacância.

**Sessão III – DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 29 -** O Conselho Fiscal da **AMARBN**, é composto por três (03) membros titulares e três (03) suplentes, eleitos na Assembléia Geral, conforme a ordem de votação individual de cada candidato e terão mandato que inicia e termina coincidente com a Diretoria Executiva.

**Parágrafo Único –** Em caso de vacância assumirá o suplente mais votado e assim sucessivamente até o término do mandato.

**Art. 30 – Compete ao Conselho Fiscal:**

- I – Examinar os livros de escrituração da **AMARBN**;
- II – Opinar e dar pareceres por escritos sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis;
- III – Requisitar ao primeiro tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Diretoria Executiva;
- IV – Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos;
- V – Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
- VI – Contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento financeiro da **AMARBN**;
- VII - Reunir-se-á mensalmente de forma ordinária e extraordinária, sempre que necessário.

**Parágrafo Único –** Entre seus membros titulares o Conselho Fiscal elegerá um Coordenador e um Relator com a finalidade de organizar e documentar as atividades do órgão.

*Marion Sales Lima*  
*Augusto Deriu*  
*Roberto Martins*



## CAPÍTULO IV DAS ELEIÇÕES



**Art. 31** – As Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, realizar-se-ão conjuntamente a cada quatro (04) anos, no mês de novembro, com chapa completa de candidatos apresentados na Assembléia Geral, permitindo-se uma (01) reeleição, podendo ser secreta, através de cédulas eleitorais ou por aclamação no caso de chapa única.

**§ 1º** – Os candidatos que desejarem concorrer aos cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal poderão registrar as chapas, a partir da publicação do edital, até três (03) dias antes da data para a realização da mesma até as 17:00 horas;

**§ 2º** – A posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, dar-se-á um mês após as eleições;

**Art. 32** – Com antecedência mínima de três (03) dias, a Diretoria Executiva designará uma Comissão Eleitoral, constituída de três (03) associados e ou membros de outras organizações, não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos ao pleito, com a finalidade de:

- I – Elaborar as instruções gerais das eleições;
- II – Elaborar as cédulas;
- III – Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- IV – Assessorar no período da votação;
- V – Apurar os votos;
- VI – Anunciar o resultado da eleição;
- VII – Dar posse aos eleitos.

**Parágrafo Único** – Concluído os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão será dissolvida imediatamente, sem maiores formalidades.

## CAPÍTULO V DOS RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 33** – Os recursos financeiros necessários à manutenção da **AMARBN** poderão ser obtidos por:

- I – Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II – Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III – Doações, legados e heranças;
- IV – Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V – Contribuição dos associados, conforme valores decididos em Assembléia Geral;
- VI – VI – Patrocínios sob a forma de apoio cultural, captados pela emissora;

VII – Recebimento de direitos autorais etc.

**Parágrafo Único** – Os recursos financeiros da **AMARBN** serão destinados unicamente à consecução de seus objetivos. Não serão distribuídas bonificações, vantagens, dividendos ou remuneração entre seus associados

**Art. 34** – O exercício financeiro fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, observando o disposto na legislação.

## CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

**Art. 35** - O patrimônio da **AMARBN** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

**Parágrafo Único** – Para cuidar bem de seus registros e documentação em geral, a **AMARBN** organizará:

- I – Livro de Matrícula dos Associados;
- II – Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva;
- III – Livro de Atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- IV – Livro de Atas e de Presenças nas Assembléias Gerais;
- V – Outros livros fiscais e contábeis exigidos por Lei.

**Art. 36** - No caso de dissolução da **AMAMRBN** o respectivo patrimônio líquido, será transferido à outra pessoa jurídica, qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

**Art. 37** - Na hipótese da **AMARBN** obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

## CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Art. 38** - A prestação de contas da **AMARBN** observará no mínimo a Lei 9.790/99 e itens que seguem:

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;



IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.



**Art. 39** - A prestação de contas da **AMARBN** observará no mínimo a Lei 9.790/99 e itens que seguem:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 40** – Para se adequar a legislação em vigor, o presente Estatuto poderá ser reformado na sua totalidade ou parcial, a qualquer tempo, em Assembléia Geral, convocada para esse fim, e entra imediatamente em vigor na data de sua aprovação.

**Art. 41** – A **AMARBN** será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, considerando os requisitos de convocação da Assembléia Geral Extraordinária, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

**Art. 42** - Os casos omissos não previstos neste Estatuto serão apresentados pela Diretoria Executiva para referendo da Assembléia Geral.

**Art. 43** – O presente Estatuto foi reformado em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em **17 de fevereiro de 2019**.

, atendendo exigência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e revoga as disposições em contrário.

Guarabira – PB, 17 de fevereiro de 2019.

DIRETORIA EXECUTIVA



Maria Valdilene Alves Martins Rolim  
Maria Valdilene Alves Martins Rolim - Presidente

Cícero Gonçalves de Pontes  
Cícero Gonçalves de Pontes - Vice-Presidente

Maria da Luz da Silva Santos  
Maria da Luz da Silva Santos - Primeira Secretária

Ednalva Oliveira Souza  
Ednalva Oliveira Souza - Segunda Secretária

Hormando Damásio dos Santos  
Hormando Damásio dos Santos - Primeiro Tesoureiro

Sebastião Santos de Souza  
Sebastião Santos de Souza - Segundo Tesoureiro

Bruno Augusto Deriu  
Advogado: Bruno Augusto Deriu



**T** TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - TJPB  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB. CEP: 58200-000. Fone: (83) 3271-8502

- REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA -  
Documento protocolado no Livro A-0003, registrado no Livro A-0054  
sob No. 036550 e arquivado neste Serviço. Certifico e dou fe.  
Guarabira-PB, 26/03/2019 15:59:23  
Wardiria Toscano de Sales - Titular  
EWOL:R\$ \*\*\*247,67 FAFEN:R\$ \*\*\*13,41 FEPJ:R\$ \*\*\*49,53 ISG:R\$ \*\*\*12,38  
SELO DIGITAL: A1171104-109H  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Maria Valdilene Alves Martins Rolim



**TOSCANO DE SALES**  
**SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**  
**2º OFÍCIO DE NOTAS**



**CERTIDÃO**

Certifico, que nesta data fiz a competente averbação do Estatuto da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I - AMARBN, referente a alteração de algumas cláusulas do Estatuto a margem do Registro nº 036423, no livro A-53, de Pessoas Jurídicas, em data de 04/11/2018; do que dou fé.

GUARABIRA/PB, 26 de março de 2019.

\_\_\_\_\_  
Wardirjá Toscano de Sales  
Tabeliã Pública



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRJÁ TOSCANO DE SALES - Titular  
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 58200-000 - Fone: (83) 3271-8502

REG. CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
CERTIDÃO POSITIVA ATÉ 05 ANOS

Guarabira-PB, 26/03/2019 16:11:20  
Wardirjá Toscano de Sales - Titular  
EMOL:R\$ \*\*\*\*\*9,91 FARPEN:R\$ \*\*1,33 FEPJ:R\$ \*\*1,98 ISS:R\$ \*\*0,50  
COD.CONTROLE: 2019-000011  
SELO DIGITAL: A1J73603-RTCA  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>



Avenida Dom Pedro II, n.º 43, Centro - Fone (83) 3271-8502 - CEP 58.200-000 - Guarabira – PB



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos cíveis ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **9iPw.En56**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



# Validar Certidão

---

Código de Autenticidade: 9iPw.En56

✔ Certidão autêntica

---

Esta é uma Certidão de Distribuição CÍVEL autêntica emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba para a seguinte pessoa:

Razão Social:	ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I
Nome Fantasia:	AMARBN
CNPJ:	08.582.678/0001-31

Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019

Para visualizar a certidão original clique aqui! ([exibirCertidao.jsf](#))

[Voltar](#)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440

## CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos criminais ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 16:41 de 21/03/2019.**

Validade 30 dias

- 
- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2 - O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original.
  - 3 - Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4 - A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5 - A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.

---

Para confirmar a validade deste documento acesse  
**<http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao>** e insira o código de  
validação: **1Tsx.y6EA**. Você pode também ler o código QR  
apresentado ao lado.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440

## CERTIDÃO NEGATIVA EXECUÇÃO FISCAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de execução fiscal ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO  
NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 16:41 de 21/03/2019.**

Validade 30 dias

- 
- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2 - O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original.
  - 3 - Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4 - A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5 - A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.

---

Para confirmar a validade deste documento acesse  
**<http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao>** e insira o código de  
validação: **ipmP.3dfu**. Você pode também ler o código QR  
apresentado ao lado.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440

## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 16:41 de 21/03/2019.**

Validade 30 dias

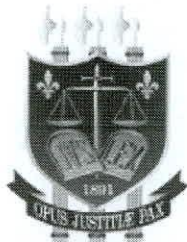
- 
- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2 - O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original.
  - 3 - Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4 - A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5 - A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.

---

Para confirmar a validade deste documento acesse  
**<http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao>** e insira o código de  
validação: **IRsSe5I+**. Você pode também ler o código QR  
apresentado ao lado.







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440

## CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos cíveis ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 16:41 de 21/03/2019.**

Validade 30 dias

- 
- 1 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  - 2 - O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original.
  - 3 - Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  - 4 - A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  - 5 - A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.

---

Para confirmar a validade deste documento acesse  
**<http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao>** e insira o código de  
validação: **YqyM.ddPr**. Você pode também ler o código QR  
apresentado ao lado.



# Solicitar Certidão

## FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

**Protocolo:** 1903.11.1.2.001812

**Resultado:** Certidão negativa

## CRIMINAL

**Protocolo:** 1903.02.1.2.000237

**Resultado:** Certidão negativa

## EXECUÇÃO FISCAL

**Protocolo:** 1903.06.1.2.000383

**Resultado:** Certidão negativa

## CÍVEL

**Protocolo:** 1903.01.1.2.000312

**Resultado:** Certidão negativa





**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Nº 201900051216**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

**ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I**  
**CNPJ: 08582678000131**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1ª Grau, Seção Judiciária do Estado da Paraíba.

Observações:

- 1 - Esta certidão **NÃO** abrange processos eletrônicos de competência de Juizados Especiais Cíveis;
- 2 - Esta certidão foi expedida gratuitamente, **através da Internet**, com base nas Portarias Nº 1.435/2005-GDF;
- 3 - O nº do documento constante nesta certidão foi informado pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverá ser conferida pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF e Identidade);

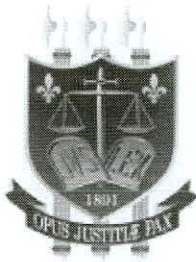
**Atenção:**

A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada pela instituição que a solicitou, caso entenda necessário, no endereço <http://www.jfjb.jus.br> por um prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando-se a total **conferência do nome, CPF/CNPJ e o número desta Certidão.**

João Pessoa (PB), 19/02/2019 10:46:15

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, bairro Pedro Gondim, CEP 58-031-900

Fone: (83) 2108-4011



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos criminais ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **CrWc.qv4i**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



# Validar Certidão

---

Código de Autenticidade: CrWc.qv4i

● Certidão autêntica

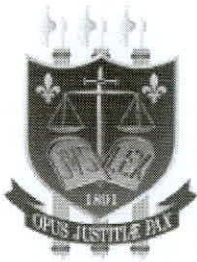
Esta é uma Certidão de Distribuição CRIMINAL autêntica emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba para a seguinte pessoa:

Razão Social:	ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I
Nome Fantasia:	AMARBN
CNPJ:	08.582.678/0001-31

Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019

Para visualizar a certidão original clique aqui! ([exibirCertidao.jsf](#))

[Voltar](#)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
TELEJUDICIÁRIO - CENTRAL DE CERTIDÕES  
Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)  
Telefone: (83) 3216-1440



## CERTIDÃO NEGATIVA

### FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Certificamos que, em pesquisa realizada nos registros de distribuição de feitos de falência e recuperação ativos nos cartórios comuns e/ou especializados, em todas as comarcas do Estado da Paraíba, **nada consta** contra:

CNPJ: 08.582.678/0001-31

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I

Nome Fantasia: AMARBN

**Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019.**

Validade 30 dias

- 
1. Esta certidão foi expedida gratuitamente, através da internet, com base na Resolução nº 17/2010, da Presidência do TJPB e na Resolução nº 121/2010 do CNJ.
  2. O número do documento constante nesta certidão foi informado pelo próprio solicitante. Sua autenticidade deverá ser conferida pelo interessado confrontando com o documento original (ex: CPF e RG).
  3. Esta certidão não terá validade para fins de instrução de processos judiciais.
  4. A pesquisa é restrita aos dados fornecidos pelo solicitante, ficando ressalvados os registros cadastrados de forma diversa.
  5. A pesquisa foi realizada em todos os sistemas processuais em funcionamento.
- 

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <http://app.tjpb.jus.br/certo/validarcertidao> e insira o código de validação: **PC/JZlgv**. Você pode também ler o código QR apresentado no cabeçalho.



# Validar Certidão

Código de Autenticidade: PC/JZlgv

✔ Certidão autêntica

Esta é uma Certidão de Distribuição FALÊNCIA / RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL autêntica emitida pelo Tribunal de Justiça da Paraíba para a seguinte pessoa:

Razão Social:	ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I
Nome Fantasia:	AMARBN
CNPJ:	08.582.678/0001-31

Certidão emitida às 12:29 de 19/02/2019

Para visualizar a certidão original clique aqui! ([exibirCertidao.jsf](#))

Voltar





<b>Correios</b>		<b>REGISTRADO URGENTE</b>	<b>PESO (kg)</b>
		registered priority	0,130
Recebedor			AR MP
Assinatura	Doc.		

JU 19781208 1 BR



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

70044-900

Brasília-DF



**Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste –  
AMARBN - CNPJ 08.582.678/0001-31**

Representante Legal: Maria Valdilene Alves Martins Rolim

*Rua Rosil Guedes, nº109, B. Nordeste I – Guarabira-PB –58200 000*



**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 01250.003146/2017 Localidade / UF: GUARABIRA/PB  
Entidade: ASSOC DOS MORADORES E AGRIC RURAIS DO B DO NORDESTE I  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 0

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria da Luz da Silva Santos	061.791.604-73	1º Secretário	19/11/2017 19/11/2021	
Hormando Damasio dos Santos	057.559.204-43	1º Tesoureiro	19/11/2017 19/11/2021	
Sebastião Santos de Souza	568.222.864-20	2º Tesoureiro	19/11/2017 19/11/2021	
CÃ-cero GonÃşalves de Pontes	486.714.284-00	Vice-Presidente	19/11/2017 19/11/2021	
Adinalva Oliveira Souza	036.841.604-66	2º Secretário	19/11/2017 19/11/2021	
Maria Valdilene Alves martins rolim	804.776.154-49	Presidente	19/11/2017 19/11/2021	(83) 986531526 (83) 32717534

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

#### VOLUME DE PROCESSO DIGITALIZADO:

- Requerimento solicitando renovação: fl. 2 evento SEI 2459034-Proc.01250.075055/2017-41 e fls. 1 a 4 evento SEI 3373186-Proc.01250.056186/2018-18.
- Declaração parâmetros técnicos: fls. 5 evento SEI 3373186-Proc.01250.056186/2018-18.
- Certidão Negativa Débitos Anatel: fl. 1 evento SEI 3190791.
- CNPJ válido e atual: fl. 1 evento SEI 3190687.
- Cópia Estatuto Social registrado: fls. 7 a 18 evento SEI 4020268-Proc.01250.015111/2019-50.
- Cópia Ata de Eleição atual diretoria registrada: fls. 45/46 evento SEI 2559034-Proc.01250.075055/2014-41, fls. 42 a 44 evento SEI 3373186-Proc.01250.056186/2018-18 e fls. 1 a 4 evento SEI 4020268-Proc.01250.015111/2019-50.
- Relatório Conselho sobre programação veiculada: fls. 47/48 evento SEI 2459034-Proc.01250.075055/2017-41.
- RG e CPF dos dirigentes: fls. 16/19/25/28 e 31 evento SEI 2459034-Proc.01250.075055/2017-41 e fls. 16 e 24 evento SEI 3373186-Proc.01250.056186/2018-18.
- Certidão Negativa Débitos Trabalhista: fl. 1 evento SEI 3190832.
- Certidão Negativa Tributos Federais: fl. 1 evento SEI 3394493.
- Certificado Regularidade FGTS: fl. 1 evento SEI 3191019.
- Entidade sem vínculos.
- Certidão NADA CONSTA TRF5-PB-Jurisdição Guarabira de todos os dirigentes- Natureza: Criminal e Eleitoral.
- Não existem divergências nas informações prestadas pela emissora no requerimento (Anexo 5), com relação ao endereço CNPJ, da sede, do sistema irradiante, etc.

Tadeu/URSC  
Fpolis, 16/4/2019.





---

Tadeu Rosa



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:



*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*



20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA



Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

**Data de Envio:**

22/04/2019 10:18:35

**De:**

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

lilian.misquita@mctic.gov.br

**Assunto:**

Proc.01250.003146/2017-84- Informação sobre existência de Pai.

**Mensagem:**

MEM\_RENOVACAO.PAI\_RCOM\_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: 01250.003146/2017-84

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira/PB, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,  
Tadeu/URSC  
22/4/19.



AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 4923/2019/SEI-MCTIC, 20/02/2019

01250.003146/2017-84

**MARIA VALDILENE ALVES MARTINS ROLIM**

Ass. dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste

Rua Rosil Guedes, nº 109 - Bairro do Nordeste I.

58200-000 Guarabira / PB

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI  
PRIORITARIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON*Anderson Antonio R. Martins*

14/03/19

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENTLuan Augusto da Silva  
Mat 8.478.867-4  
Agente dos Correios - Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO CLIENTE)

**JU 17986931 0 BR**

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

12/03/19

13/03/19

15:30 h

14:10 h

01 MAR 2019

BRASILIA

PRESENTE, EM COMPLETA FORMA

NOME DO RUAÇÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'EXPEDITEUR

Sonny, Tullio, F. L. L.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste

00044-000 Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDERECO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR





Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: PB  
Município: Guarabira  
Canal: 285  
Fase: 3

Distrito:  
Sub Distrito:  
Local Especifico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I - AMARBN  
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA NORDESTE FM  
Logradouro: RUA CELINA PINTO  
Telefone: (61) 0000000000  
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 08.582.678/0001-31  
Bairro: DO NORDESTE  
Número: 637  
Fax: Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 08582678000131

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I - AMARBN  
Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 58200000  
Número: 637  
Município: Guarabira  
Telefone: 61 0000000000  
Logradouro: RUA CELINA PINTO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: DO NORDESTE  
SubDistrito:  
Estado: PB  
Fax:

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 58200000  
Número: 637 B  
Município: Guarabira  
Logradouro: RUA CELINA PINTO  
Complemento:  
Distrito:  
Bairro: NORDESTE I  
SubDistrito:  
Estado: PB  
Telefone:    
Fax:    
E-mail:

## Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 24/12/2007

Data Limite Instalação: 24/06/2008

Número do Processo: 537300000621999

Fistel: 50403979927

Caixa: Sequência: 

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	737	Portaria	MC	23/10/2006	26/10/2006	Outorga	Jur.
<input type="text"/>	67222	ATO	CMPRL	20/09/2007	21/09/2007	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	400	Decreto Legislativo	CN	21/12/2007	24/12/2007	Deliber. do C. Nacional	Jur.

<input type="text"/>	<input type="text" value="127"/>	<input type="text" value="ATO"/>	<input type="text" value="CMPRL"/>	<input type="text" value="11/01/2008 1"/>	<input type="text" value="14/01/2008"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/>
----------------------	----------------------------------	----------------------------------	------------------------------------	---	---	---	-----------------------------------

**+ Característica da Estação Instalada****- Dados do Licenciamento****Dados da Estação****Entidade:** ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I - AMARBN - CNPJ/CPF(08.582.678/0001-31)**Município/UF:** GUARABIRA/PB**Indicativo:** ZYX693**Situação:** [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)**Canal:** 285**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**☒

Tela Inicial



Imprimir



Tadeu,

Segue resposta da CGFI.

Att.,

Natália

---

**De:** "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>  
**Para:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>  
**Enviadas:** Terça-feira, 23 de abril de 2019 10:13:02  
**Assunto:** Re: Proc.[01250.003146](#)/2017-84- Informações sobre existência de Pai.

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	<a href="#">53900.053696</a> /2015	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo em fase de apuração de possível irregularidade (aguardando análise de documentos)</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

---

**De:** "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>  
**Para:** "lilian misquita" <lilian.misquita@mctic.gov.br>  
**Enviadas:** Segunda-feira, 22 de abril de 2019 10:18:38  
**Assunto:** Proc.[01250.003146](#)/2017-84- Informações sobre existência de Pai.

MEM\_RENOVACAO.PAI\_RCOM\_SOL

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.

Processo nº: [01250.003146](#)/2017-84

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira/PB, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,  
Tadeu/URSC  
22/4/19.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

Unidade Regional de Radiodifusão no Estado de Santa Catarina- Florianópolis

## **NOTA TÉCNICA Nº 6053/2019/SEI-MCTIC**

Processo nº: **01250.003146/2017-84.**

Assunto: **Renovação de outorga. VIABILIDADE JURÍDICA PARA O DEFERIMENTO.**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I**, na localidade de **Guarabira**, estado da **Paraíba**, por meio da Portaria nº 737, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26/10/2006, e Decreto Legislativo nº 400, publicado no DOU de 24/11/2007.

### **ANÁLISE**

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 24/12/2017. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou pedido de renovação de outorga em 4/12/2017, à fl.2( evento SEI 2459034-Proc:01250.075055/2017-41), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015), alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.

REQUERENTE
Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I.
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Maria Valdilene Alves Martins Rolim. Vice- Presidente: Cícero Gonçalves de Pontes. 1ª Secretária: Maria da Luz da Silva Santos.

2ª Secretária: Edinalva Oliveira Souza.  
 1º Tesoureiro: Hormando Damasio dos Santos.  
 2º Tesoureiro: Sebastião Santos de Souza.

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	SIM. fl.2 evento SEI 2459034 Proc:01250.075055/2017-41 e fls.1 a 4 evento SEI 3373186 Proc.01250.056186/2018-18.
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	SIM.
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.7 a 18 evento SEI 4020268 Proc:01250.015111/2019-50.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	fls.45, 46 evento SEI 2559034 Proc:01250.075055/2017-41, fls.42 a 44 evento SEI 3373186 Proc:01250.056186/2018-18 e fls.1 a 4 evento SEI 4020268 Proc:01250.015111/2019-50.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	fls.16,19,25,28 e 31 evento SEI 2459034- Proc: 01250.075055/2017-41 e fls.16,24 evento SEI 3373186- Proc:



		01250.056186/2018-18.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	fls.47,48 evento SEI 2459034 Proc:01250.075055/2017-41.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	fl.2,item XI, evento SEI 3373186 Proc:01250.056186/2018-18.
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	fl.1 evento SEI 3190687.
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	fl.1 evento SEI 3190791.
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	fl.1 evento SEI 3191019.
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	fl.1 evento SEI 3394493.
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	fl.1 evento SEI 3190832.
12	Relatório de apuração de infrações.	fls.1,2 evento SEI 4091863 CGFI.
12.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal( **TRF5-PB**) e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes (**GUARABIRA**), não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga, de acordo com as fls.9 a 33 evento SEI 3373186-Proc:01250.056186/2018-18 e fl.1 evento SEI 3393932.

## **CONCLUSÃO**

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, evento SEI 4064886.

À consideração superior.

## MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.003146/2017-84, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, inscrita no CNPJ nº 08.582.678/0001-31, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6053/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.



3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 02/05/2019, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/05/2019, às 20:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 14/05/2019, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 17/05/2019, às 14:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4096289** e o código CRC **517DB250**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de Santa Catarina

## DESPACHO

Processo nº: **01250.003146/2017-84**

Entidade: **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 6053/2019/SEI-MCTIC (Evento SEI 4096289), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em Guarabira, estado da Paraíba, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária substituto**, em 22/05/2019, às 09:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karine Braga Monteiro, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização substituto**, em 22/05/2019, às 16:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 23/05/2019, às 18:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4221000** e o código CRC **F329B8C9**.

MINUTA  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.003146/2017-84, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, inscrita no CNPJ nº 08.582.678/0001-31, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6053/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX, XXXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA  
PORTARIA Nº                      DE                      DE                      DE 2019.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:



Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES  
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Gabinete da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.003146/2017-84

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminha-se a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro para providências subseqüentes, tendo em vista o que consta no despacho CGRC\_REG\_SC (4221000), encaminha-se minuta (4245313).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4245317** e o código CRC **6CACC4A5**.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 4245317



## MINUTA DE

### Portaria

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 27/05/2019, às 12:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4245313** e o código CRC **DE8F6C57**.

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

## DESPACHO

**Processo nº:** 01250.003146/2017-84

**Referência:**

**Interessado:** Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste.

**Assunto:** Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO**

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436951** e o código CRC **860A1D7A**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 4436951





## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 4293/2019/SEI-MCTIC de 26 de agosto de 2019

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 30/08/2019, às 20:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4567939** e o código CRC **0F239D49**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 04/09/2019 16:32:01  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5484142  
**Data prevista de publicação:** 05/09/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11994661	ATO PORTARIA Nº 4286 NOT MIN.rtf	57625a23ea0cec7c 450c61386140a953	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11994662	ATO PORTARIA Nº 4310 NOT MIN.rtf	151f3bfdde3f63bf ec39cd7ab8993ad5	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994663	ATO PORTARIA Nº 4291 NOT MIN.rtf	86be8307baa1ea74 40de5a9f8d84802d	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994664	ATO PORTARIA Nº 4293 NOT MIN.rtf	dfe6791e75e5ff55 f07dc34d87ae2dc9	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994665	ATO PORTARIA Nº 4294 NOT MIN.rtf	630555a20ae87301 39366f7bbd0d3020	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11994666	ATO PORTARIA Nº 4295 NOT MIN.rtf	d83aa7807d02079b 13d3d90ce5c31b59	6,00	R\$ 198,24
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
11994667	ATO PORTARIA Nº 4296 NOT MIN.rtf	7b85de9dcf1e49eb 02163cc1615952a2	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994668	ATO PORTARIA Nº 4304 NOT MIN.rtf	938838e45ece7e1c c06343e511b87b44	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994669	ATO PORTARIA Nº 4308 NOT MIN.rtf	b1bb2a466cb5cdef 3b0f4230b8619be0	7,00	R\$ 231,28
	<b>Total da matéria</b>		<b>7,00</b>	<b>R\$ 231,28</b>
11994670	ATO PORTARIA Nº 4309 NOT MIN.rtf	ad9203f0c7ba2340 3cf55bbc89f2fce3	8,00	R\$ 264,32
	<b>Total da matéria</b>		<b>8,00</b>	<b>R\$ 264,32</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>68,00</b>	<b>R\$ 2.246,72</b>





Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.286/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos administrativos nº 53100.000490/2004 e nº 01250.003111/2017-45, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação Cultural Caminho de Vida, CNPJ nº 06.154.426/0001-86, por meio da Portaria nº 111, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2006, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Rondon do Pará, estado do Pará.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.291/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53780.000166/1998 e nº 53900.048116/2015-37, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de junho de 2016, a autorização outorgada ao Clube de Mães e Idosos Maria Izabel de Medeiros, CNPJ nº 02.582.543/0001-90, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.293/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53730.000062/1999 e nº 01250.003146/2017-84, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 24 de dezembro de 2017, a autorização outorgada à Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, CNPJ nº 08.582.678/0001-31, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.294/SEI, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000957/1998 e nº 53900.016161/2015-22, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Salgadinho FM, CNPJ nº 02.869.232/0001-06, por meio da Portaria nº 258, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2003, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Salgadinho, estado de Pernambuco, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.295/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º-B, § 5º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53770.002013/1998 e nº 53000.015827/2013-15, resolve:

Art. 1º Declarar perempta a autorização outorgada ao Centro Cultural São Judas Tadeu, CNPJ nº 02.573.351/0001-17, por meio da Portaria nº 300, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, em razão da não apresentação tempestiva do requerimento de renovação da referida outorga.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.296/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001432/2000 e nº 01250.010431/2016-71, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 07 de novembro de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte, CNPJ nº 03.794.934/0001-30, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santo Antônio do Monte, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.304/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53780.000148/1998 e nº 53900.049349/2015-57, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a contar de 30 de junho de 2016, a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Rádio Comunitária Voz das Rocas - RCR, inscrita no CNPJ nº 02.614.135/0001-72, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.308/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002453/1998 e nº 01250.059072/2017-31, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí, CNPJ nº 02.585.535/0001-05, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Tatuí, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.309/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.073987/2015-99, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária do Bairro José Carlos de Oliveira e Adjacências, com CNPJ nº 23.335.584/0001-51 e sede na Rua Alexandrino Boa Ventura, nº 585, Bairro José Carlos de Oliveira, na localidade de Caruaru, estado de Pernambuco, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,9 MHz (Canal 285).

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.310/SEI, DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001286/1999 e nº 53900.049110/2015-87, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a contar de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de São Francisco de Sales, CNPJ nº 03.320.957/0001-03, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Sales, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 1.680, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial o disposto no Anexo XI, inciso XV do art. 73 do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25/01/2019, tendo em vista o que consta no processo nº 53000.065206/2012-93, com fulcro na Nota Técnica nº 20776/2018/SEI-MCTIC (3363340), cujos fundamentos adota na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Restabelecer a sanção de cassação à PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA, autorizada a executar o serviço de retransmissão de televisão, na localidade de Marabá Paulista/SP, Fistel nº 50400179016, anteriormente convertida em multa, nos termos da Portaria nº 3338/2016/SEI-MCTIC, de 26 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2016, em razão da prática de infração capitulada no art. 21 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, com o consequente cancelamento do respectivo crédito no Sistema de Gestão de Créditos da Anatel - SIGEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

DESPACHO Nº 362/2019/SEI

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78, do Anexo XI, da Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece que os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionadas pelo Secretário de Radiodifusão, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria nº 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo nº 01250.078660/2018-54, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 2913/2019/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 31 de dezembro de 2018, da frequência 610 KHz, outorgada à RÁDIO PRESIDENTE VENCESLAU LTDA, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Presidente Venceslau, no estado de São Paulo.

ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL





# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **01250.003146/2017-84**.

Entidade: **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4293 de 26 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 01250.003146/2017-84, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/09/2019, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4609646** e o código CRC **AE3F184F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.003146/2017-84

SEI nº 4609646

Brasília, 15 de outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.003146/2017-84, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores e Agricultores Rurais do Bairro do Nordeste I, inscrita no CNPJ nº 08.582.678/0001-31, explore pelo prazo de dez anos a partir de 24 de dezembro de 2017, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guarabira, estado da Paraíba, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6053/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.293/2019, de 30 de Agosto de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 05/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 39352/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 01250.003146/2017-84.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 16/10/2019, às 15:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4746880** e o código CRC **2F32CF52**.